

Vitor Marcelo Vieira

Uma educação moral cristã: a atuação da Congregação das
Irmãs de Notre Dame em Maravilha-SC (1954-1976)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2012

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho á Julieta de Souza Vieira (in memórian), que me formou nos princípios, no respeito e me ensinou a viver e acima de tudo também foi mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por me dar a saúde e a inspiração na ciência para poder pesquisar, ler e escrever. Agradeço ao meu pai João Vieira, por estar ao meu lado nas horas boas e nas horas difíceis. Por me conduzir com seu fusquinha 78 até a rodoviária de Erechim para seguir de ônibus até Passo Fundo nas aulas do Mestrado. Agradeço também à minha namorada Raquel que foi companheira em todos os momentos e agora partilha a felicidade desta conquista. Meus agradecimentos também à minha orientadora Gizele Zanotto que esteve sempre atenta no desenvolvimento da pesquisa.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura I: Mapa da área total pertencente à Colonizadora Oeste Ltda	29
Figura II: Mapa Geral das Terras da Cia. Sul Brasil, 25 de junho de 1954	30
Figura III: Foto da casa de Otto Jahnel, 1949.....	41
Figura IV: Galpão do Padre Antônio, 1951	57
Figura V: Foto da inauguração da Casa dos Missionários da Sagrada Família, Natal de 1951	60
Figura VI: Foto da primeira visita bispal em Maravilha em 13 de fevereiro de 1952	61
Figura VII: Foto do lançamento do cepo fundamental da primeira igreja evangélica, Páscoa de 1953	62
Figura VIII: Foto das irmãs de Notre Dame com as crianças, meados da década de 1950	67
Figura IX: Foto da escola, Seminário e Capela, 1955	69
Figura X: Mapa do espaço escolar Notre Dame em 1957	77

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EEB – Escola de Educação Básica

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

MSF – Missionários da Sagrada Família

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SND – Sisters of Notre Dame, Irmãs de Notre Dame.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STF – Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I - O PROJETO DE COLONIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE MARAVILHA-SC (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)	16
1.1 A definição do espaço oesteino.....	16
1.2 A empresa da colonização no oeste catarinense.....	24
1.3 A empresa colonizadora Cia. Territorial Sul Brasil.....	28
1.4 O processo colonizador em Maravilha.....	37
CAPÍTULO II - A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NO PROCESSO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE: AS IRMÃS DE NOTRE DAME EM MARAVILHA/SC (1954-1976)	45
2.1 A educação nas colônias de Santa Catarina.....	45
2.2 SND em Maravilha	55
CAPÍTULO III - HIERARQUIA DO SABER: A REPARTIÇÃO DOS INDIVÍDUOS NA ORDEM ESCOLAR MARAVILHENSE (1954-1976)	71
3.1 A consolidação do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette.....	72
3.2 O cotidiano maravilhense e a maquinaria escolar.....	83
3.3 Corpos sujeitos a injeção de subjetividades.....	88
3.4 A presença marcante de Irmã Ancila.....	92
3.5 As ramificações da Congregação de Notre Dame.....	97
3.5.1 O Clube de Mães e a Associação de Pais e Mestres.....	97
3.5.2 Reuniões Pedagógicas.....	101
3.5.3 Associações escolares.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
FONTES DOCUMENTAIS.....	113
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	115

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação da Congregação das Irmãs de Nossa Senhora - Notre Dame (SND - *Sisters of Notre Dame*), em Maravilha – SC, cidade localizada no extremo Oeste Catarinense. A SND esteve à frente da educação formal implementada na localidade, inicialmente na Escola Reunidas Vera Gomes de Miranda e depois Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete entre 1954 e 1976. Analisando a chegada da SND ao local com suas atividades, percebe-se que este evento se caracteriza como um dos elementos preponderantes, empreendidos pelo processo de colonização. Não obstante, tal evento não se caracteriza como fato isolado, mas como integrante de um mesmo processo com direção bem definida, ou seja, o desejo governamental de estabelecer o “progresso” e o “desenvolvimento” na região. Esse desejo de ocupar o espaço tem suas raízes ainda na política empreendida pelo Estado, delegando às colonizadoras, a empresa de comercializar as terras. Além de analisar a atuação da SND em Maravilha, este trabalho considerou os momentos iniciais da constituição do espaço e a importância da presença da instituição religiosa no local. As fontes empregadas nesta pesquisa derivam da própria SND e constituem-se de documentos e publicações produzidas pela instituição como, por exemplo, relatórios anuais, ata de reuniões pedagógicas e livros de correspondências. Para analisar tal aparato documental nos pautamos na categoria de poder disciplinar de Foucault (1997). Junto a isso, entender como foram se configurando as relações no espaço da colonização, com as ações do Estado, com seu interesse no povoamento da região e conseqüente incentivo às colonizadoras, foi um dos objetivos. Não obstante, identificar a disciplina empreendida pela SND na sala de aula e nas reuniões pedagógicas foi, sobretudo o fundamento deste texto. Assim, através da análise de fontes primárias interpretaram-se as ações moralizantes e a difusão de princípios cristãos empreendidos pela SND no espaço escolar e comunitário.

Palavras-chave: educação, moral cristã, disciplina, colonização.

ABSTRACT

This paper analyzes the performance of the Congregation of the Sisters of Notre Dame - Notre Dame (SND - Sisters of Notre Dame) in Wonder - SC, a city located in the extreme west of Santa Catarina. The SND was ahead of formal education in the locality implemented initially in the School gathered Vera Gomes de Miranda Group and then Our Lady of La Salette School between 1954 and 1976. Analyzing the arrival of SND to the site with their activities, it is clear that this event is characterized as one of the preponderant elements, undertaken ahead colonizatória. Nevertheless, such an event is not characterized as an isolated fact, but as a member of the same process with well-defined direction, ie, the desire to establish government "progress" and "development" in the region. This desire to occupy the space still has its roots in the occupation policy undertaken by the state, delegating the Settler, the company marketing the land. Besides analyzing the performance of SND in Wonder, this study considered the initial moments of the constitution of space and the consequent intention of Colonization in having the presence of SND. The sources used in this study derive from the very SND and are made up of documents and publications produced by the institution, such as annual reports, minutes of meetings and educational books of matches. To analyze this apparatus in the documentary We base the category of disciplinary power in Foucault (1997). Along with this, understand how they were shaping up relations in space colonization, with the actions of the State, with its interest in the settlement of the region and consequent incentive to Settler, was one of the goals. Nevertheless, identifying the discipline undertaken by SND in the classroom and the pedagogical meetings was mainly the basis of this text. Thus, through the analysis of primary sources to interpret the actions moralizing and diffusion of Christian principles undertaken by SND in the school and community.

Keywords: education, Christian morality, discipline, colonization.

INTRODUÇÃO

Desde o término da graduação, alimentava o desejo de encontrar elementos que pudessem trazer a tona problemas a essa temática. Isso aconteceu com a descoberta de novas fontes documentais, sobretudo os Anais da Congregação da Casa Provincial em Passo Fundo. O interesse aumentou em prosseguir com a pesquisa. Abraçando a idéia de René Rémond (2003, p. 14), de que o historiador: “é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos [...] postulados de sua época”, é que surgiu o interesse por esta pesquisa. A interpretação dos documentos foi determinada pelas crenças, visão de mundo e pelo fato de o autor ter sido também atingido por esta educação moral cristã empreendida por SND.

A instituição protagonista neste “palco” da colonização do oeste catarinense foi a Companhia Territorial Sul Brasil, empresa criada em 1925 que ficou responsável pela área compreendida entre os rios Chapecó e das Antas, partindo do Rio Uruguai. Essa empresa teve influência direta na composição dos elementos formativos da sociedade de parte da região, onde atuou. Para a difusão de seus princípios “civilizadores” em Maravilha, a colonizadora contou com a legitimidade dos Missionários da Sagrada Família - MSF (Seminário), da Congregação das Irmãs de Notre Dame (educação e saúde) e do governo catarinense.

Analisando as características desse “arranque”, não ficam dúvidas sobre a presença marcante e ampla da religiosidade católica nos momentos iniciais da colonização no povoado¹. A educação buscou professar esses princípios cristãos, a partir da classificação, da sanção e da doutrina cristã, tentando impor costumes, sobretudo à “tenra parafina”.²

Tanto mais por isso, vamos considerar esse poder como derivativo da ação da “tríade”: Colonizadora, Igreja Católica, Estado. Poder esse que marcou a sociedade local e regional, não ficando apenas no espaço religioso, como o seminário e a casa das irmãs, mas também dentro e fora dos muros da escola, indo se alojar nas casas dos colonos, prescrevendo regras e sugerindo comportamentos pautados pela moral cristã e “civilizadora”. Quando a

¹ Aqui se torna mister usar os termos Sede e Vila Maravilha, porque a colonizadora, no início de suas “atividades” delimitou o espaço por sedes. Depois, o local passa a ser chamado de Vila, até a sua emancipação que ocorre em 1958. No entanto por vezes será utilizado o termo “povoado” ou “vilarejo” para denominar o espaço de atuação desses atores sociais.

² Cf. a última estrofe do poema “A criança” de Acioly Lins, extraída do Jornal República. Florianópolis, 3 de outubro de 1926, n. 5, p. 6 apud SOUSA, 2003, p. 155: “A virtude aos seus filhos lhes ensina. As crianças são como tenra parafina, Aplica-se-lhes toda a forma que se almeja”.

Igreja Católica for citada neste texto como integrante da “tríade”, será uma referência à SND e aos Missionários da Sagrada Família - MSF.

A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora - Notre Dame foi fundada no ano de 1804 em Amiens na França. A Congregação deveria se dedicar à “instrução” dos pobres. Na manhã do dia 02 de fevereiro de 1804, Júlia Biliart³ (1751-1816), Francisca Blin de Bourdon (1756-1838) renovaram e fizeram o voto de castidade e prometeram trabalhar na instrução da juventude feminina pobre. Também nessa ocasião se propuseram a formar professoras que deveriam ir a toda parte onde houvesse necessidade. À partir desse dia adotaram seu nome de Irmãs de Nossa Senhora (ARENS, 2001, p. 111, 112).

Com relação à pesquisa de campo, algo semelhante e talvez mais complexo e delicado surgiu no contato com a SND. No início da pesquisa, período de coleta das fontes, a primeira visita foi à Casa Provincial em Passo Fundo, onde buscamos acesso aos documentos que falam das atividades das irmãs em Maravilha entre 1954-1976. Os primeiros contatos foram difíceis. Realmente foi complicado buscar analisar documentos que possuem uma perspectiva marcadamente religiosa e narrativa dos fatos. Quando houve o acesso à documentação, não havia dúvidas de que se estava pisando sobre cristais, porque foi preciso justificar qual era o interesse por tal documentação. A paciência tinha de estar presente, aliás, essa deve ser uma das virtudes do historiador, que no seu ofício de buscar fontes documentais, muitas vezes encontra grandes resistências – o que aconteceu neste caso - e acervos desorganizados e em mau estado de conservação, pois,

Aventurar-se pelos arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados. Portanto, o historiador tem sempre pela frente o desafio de permanecer por meses, quando não por anos, nesses ambientes pouco acolhedores em termos de conforto e de condições de trabalho, mas em um esforço que quase sempre levará a alcançar resultados muito gratificantes. Encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação que todos que passaram pela experiência recordam com prazer, e os move a novamente retornar à pesquisa (BACELLAR, 2006, p. 49)

Sobretudo é importante considerar que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2006, p. 63). Usando essa premissa é que investigamos as fontes escritas pelas irmãs: relatórios anuais que se encontram na Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salette (atual denominação da

³ Júlia Billiard nasceu em Cuvilly, norte da França em 1751. Morreu em 1816 em Namür na Bélgica. No dia 13 de maio de 1906, foi beatificada pelo papa Pio X e sua canonização aconteceu no dia 22 de junho de 1969 em Roma durante o Pontificado do papa Paulo VI (SERVATIA; AMABILIS, 1952, p. 50).

escola iniciada pelas irmãs) e os Anais, uma espécie de relato do cotidiano escolar, que se encontram na Casa Provincial de Notre Dame em Passo Fundo. Com relação à conservação e organização do acervo, observamos que os documentos, se não estão acondicionados de forma correta, superam muitas outras situações pela sua sistemática ordenação.

Para compreender a complexidade desse período, foi utilizada importante documentação, com destaque para os Anais da Casa Nossa Senhora da Salete, onde residem atualmente as irmãs em Maravilha, textos que relatam as atividades importantes de cada ano, registrados inicialmente pela irmã Maria Zenaide ou pela irmã Maria Redenta. Observando nas entrelinhas da passagem seguinte, é possível deduzir de que tenha sido uma delas ou mesmo ambas as irmãs responsáveis por tal empresa, pelo menos nos anos iniciais. O texto anuncia o início das férias no final do ano de 1957:

Dia 27 de dezembro. Neste dia partiu a querida Irmã Maria Borja à Passo Fundo a fim de fazer o santo retiro. Ficamos em casa somente a Irmã M. Redenta e Irmã Maria Zenaide (ANAI S. DA SALETE, 1957, p. 8).

Porém irmã Zenaide (ou Redenta), escreve até este ano, pois, em 1958 se transfere para São Carlos e em seu lugar fica a irmã Maria das Mercês. Esta prática de deixar as atividades registradas é uma exigência da Congregação e daí em diante tal atividade pode ter sido exercida por irmã Maria Borja, que se tornou supervisora da Casa, por irmã Ancila, que se tornou diretora do Grupo Escolar, ou mesmo por outra religiosa da Congregação. Tais documentos ficavam arquivados na Casa das Irmãs em Maravilha. Atualmente, boa parte deles está nos arquivos da Casa Provincial em Passo Fundo. Também usamos Relatórios Anuais, Livros de Atas, Livros de Correspondência e outras fontes primárias escritas pelas irmãs, mas que estão arquivados na EEB Nossa Senhora da Salete de Maravilha.

Com os Anais, era hora de partir em busca de fontes da colonizadora. Buscando compreender mais sobre a atuação da Cia. Sul Brasil, vários elementos são analisados nos documentos disponíveis no Museu Municipal Padre Fernando Nagel de Maravilha, local que preserva expressivo acervo documental da empresa colonizadora. O trabalho de pesquisa requereu paciência e um pouco de coragem, pois a documentação encontra-se em péssimo estado de conservação e organização. No início da pesquisa quando houve o primeiro contato com o acervo, o sentimento foi de desolação, e no primeiro contato com os documentos surgiu uma sensação de não saber direito por onde começar. Muitos dos documentos descrevem situações onde se percebe o cruzamento de eventos das atividades educacionais e religiosas da

Congregação, na Vila Maravilha, com a ação da colonizadora. Existe uma vasta documentação inclusive fotografias sobre o período pesquisado.

É mister considerar que para esta pesquisa foram usados métodos da História Social e da História Cultural, investigando através de lentes e procedimentos, que possam auxiliar na melhor compreensão das fontes. Segundo Hobsbawm (1998, p. 83, 84, 85) a História Social como especialidade acadêmica é muito nova. Referia-se à história das classes pobres e de seus movimentos, do trabalho, das idéias, das atividades humanas, dos costumes e também da evolução da economia. Porque essa explicava a estrutura e as mudanças na sociedade. Peter Burke (2002, p. 30) afirmou que se trata de uma “história interessada em todas as atividades humanas com idéias da antropologia, da economia, da psicologia e da sociologia”, menos interessada com a narrativa dos eventos. A pesquisa vista a partir da base, neste caso, tornou-se uma tarefa difícil, pois as fontes encontradas, refletem a visão oficial da instituição dominante, ou seja a SND. Não obstante, Burke (2002, p. 59, 60) afirma que a recuperação do ponto de vista das pessoas comuns do passado baseado em dados oficiais, lança dúvidas, pois:

Se formos utilizar a estatística da comunhão para estudar a intensidade da devoção e uma região específica, precisaremos saber (entre outras coisas) o que a prática da comunhão pascal significava para as pessoas envolvidas. [...] Medir a temperatura religiosa de uma comunidade, se está alta, baixa ou morna, não é tarefa fácil (BURKE, 2002, p. 59, 60).

Entendendo que essa realidade no espaço e recorte temporal desta pesquisa, é construída pelas relações estabelecidas entre os diversos atores sociais, é mister também utilizar aqui a lente da História Cultural, pois,

Tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

É nesta passagem que amarramos a nossa pesquisa à História Cultural, pois o que se percebe do social não é de forma alguma discurso neutro. Produz estratégias e diversas práticas, inclusive escolares que tem a intenção de impor uma autoridade e justificar para os

indivíduos suas escolas e condutas. A investigação no campo das representações ⁴ está calcada num campo de competições “cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A temática proposta foi analisada, sobretudo, utilizando as seguintes categorias: disciplina, poder e tecido social – tais elementos teórico-metodológicos utilizados nesta pesquisa serviram como “lentes” para a interpretação desta realidade. Com referência à categoria disciplina, é utilizada a partir da concepção de Foucault (1997), que analisa essa anatomia política que não se instalou subitamente no século XVIII na França, mas que aos poucos entrou em funcionamento e circulou lentamente nas escolas primárias. Segundo Foucault (1997, p. 126): “A primeira das grandes operações da disciplina é a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas”. Além disso,

A disciplina “não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente [...] A disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente (FOUCAULT, 1997, p. 138, 143).

Poderia se perguntar de que forma a disciplina foi usada para a análise deste recorte? Mesmo que a análise de Foucault se volte para o século XVIII na França, tal categoria embasa a pesquisa e citação a seguir pode clarear essa dúvida.

Mas ainda no século XIX, quando se quiser utilizar populações rurais na indústria, será necessário apelas a congregações, para acostumá-las ao trabalho em oficinas; os operários são enquadrados em ‘fábricas – conventos’. [...] Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares (FOUCAULT, 1997, p. 128).

Com relação à categoria “poder”, Foucault (2005, p. 08) o considera como “uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que

⁴ Cf. CHARTIER (1990, p. 23) o conceito de representação: “Permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns representantes marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.

tem por função reprimir”. Ao afirmar isso, Foucault quer dizer que se tem uma visão negativa do poder, associando-o constantemente à repressão. Conforme o autor:

Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2005, p. 08).

O conceito de “Tecido Social” é usado por Norbert Elias na célebre obra “O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização” (1993). Esta categoria foi utilizada para tentar identificar como as pequenas ações empreendidas no espaço escolar, percorriam até os lares das famílias. Segundo o autor, o processo civilizador nada mais é do que o:

Problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo, essa mudança não foi ‘racionalmente’ planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados. Como teria sido isso possível? Como pode acontecer que surjam no mundo humano formações sociais que nenhum ser isolado planejou e que, ainda assim, são tudo menos formações de nuvens, sem estabilidade ou estrutura?”. A resposta do autor é simples: “planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultantes de muitos planos e ações isolados, pode dar origem à mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador” (ELIAS, 1993, p. 194).

Da análise que propomos, dividimos o trabalho em três partes. O capítulo I contempla elementos de um período de definições para o Oeste Catarinense, após a definição da Questão dos Limites. Este capítulo analisa como o espaço foi se configurando com a atuação das colonizadoras, empresas privadas que receberam do Estado a “missão civilizatória” de povoar o espaço antes “inabitado”, buscando com isso, atender a urgência de trazer o “desenvolvimento” para a região. Depois dessa visão mais ampla, convergimos para o espaço de Maravilha, situada na região do extremo-oeste de Santa Catarina, que teve o seu planejamento feito pela colonizadora. Além disso, verificamos a chegada dos primeiros colonos a esta região e a constituição da Companhia Territorial Sul Brasil. Como ela surgiu? Como era a sua relação com o governo do estado? E sua atuação? Após analisar tais questões

e outras mais, procuramos nos deter na questão da formação colonial do espaço de Maravilha e a demanda pela educação formal por parte do Estado.

O capítulo II apresenta uma análise sobre a atuação da Igreja Católica e o Estado Republicano na educação do início do século XX. Este capítulo analisa as políticas do Estado, que se apresenta como laico, mas não abre mão da “colaboração” com a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) para a difusão de seus princípios “civilizadores” de “ordem e progresso”. Neste cenário, o objeto de atenção é a “tenra parafina”, a criança. O sucesso do empreendimento republicano vislumbra moldar essa criança dentro de seus princípios. E, para isso irá contar com a experiência educacional da Igreja Católica para tentar consolidar esse empreendimento. O espaço por excelência (mas não o único) para formar esse “bom cidadão republicano” e “bom cristão” é a sala de aula. Na sequência, voltaremos o foco para a constituição da chamada “educação oficial”, que se dá com a chegada dos Missionários da Sagrada Família e da Congregação das Irmãs de Notre Dame em Maravilha no ano de 1954. Assim, analisaremos a história da Congregação, sua chegada ao país e, mais especificamente, à Vila Maravilha e os momentos iniciais das atividades das irmãs que ficaram responsáveis pelo início das aulas ainda em fevereiro de 1954.

O capítulo III desenvolve a análise do cotidiano escolar propriamente dito, contextualiza e promove compreensão daqueles momentos caracterizados pela educação moral cristã promovida pela Congregação em sua atuação educacional entre os maravilhenses. Buscamos identificar a aplicação desses preceitos na prática pedagógica das irmãs, classificando, doutrinando, examinando e sancionando. Neste capítulo também identificamos como parte desse poder atravessou os muros da escola e se alojou nos lares das famílias de colonos, difundindo e/ou consolidando elementos de ordenação cristãos no cotidiano de Maravilha.

CAPÍTULO I

O PROJETO DE COLONIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE MARAVILHA-SC (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Neste capítulo vamos abordar o contexto do projeto de colonização da região oeste de Santa Catarina, após a assinatura do acordo de limites, em 1916, com o estado do Paraná, mais especificamente a área de atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Nossa proposta é abordar a colonização no espaço de Maravilha, município do extremo-oeste catarinense, que se emancipou em 1958. Sua constituição social e espacial está diretamente ligada aos desígnios da “tríade”: Cia. Sul Brasil, Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e Estado Catarinense. Assim, este capítulo deter-se-á sobre as intenções do governo do estado em incentivar ações das empresas colonizadoras a fim de consolidar a ocupação do espaço – essas, por sua vez, tiveram nas instituições religiosas um importante aporte para sua atuação. Para isso, investigamos documentos da Cia. Sul Brasil disponíveis no Museu Municipal Padre Fernando Nagel, em Maravilha.

Nesse sentido, neste capítulo, utilizamos basicamente as obras de autores que escreveram sobre o período de colonização na região de Maravilha: Gialdi (2003), Pilati (1991) e Werlang (2006). Gialdi, em sua obra, enaltece os “líderes” da colonização e apresenta uma narrativa histórica da colonização com a forte presença dos “olhos de Deus”. Por sua vez, Pilati (1991) se detém em elementos narrativos também vinculados aos “olhos da colonização”. Escreve, enaltecendo os feitos dos “líderes” desse período. Redige uma narrativa que se inicia com a colonização pelos migrantes.⁵ Também utilizamos a obra de Werlang (2006) como base para nossas reflexões. Esta, talvez seja a maior referência, até agora, sobre a atuação da referida Colonizadora, no oeste catarinense.

1.1 A definição do espaço oestino

Considerando os momentos anteriores ao da colonização de Maravilha, é importante lembrar que na região oeste - mais precisamente no território situado entre os rios Iguaçu e Uruguai e mais ao leste limitados pelos rios Jangada e Chapecó -, houve uma intensa reivindicação por parte da Argentina durante todo o século XIX, como sendo parte da província chamada Misiones. Somente a partir de 1895, com o arbitramento do presidente

⁵Cf. PIAZZA (1994, p. 12) se referindo ao conceito de colonização: “é mais que povoar, é usufruir da terra, retirando-lhe ao mesmo tempo, que a povoa, benefícios de ordem econômico-social”.

estadunidense Grover Cleveland, então em seu segundo mandato (1885-1889), o Brasil teve a posse reconhecida internacionalmente (MACHADO, 2007, p. 125).

O arbitramento do presidente norte-americano é abordado por Heinsfeld (2007, p. 145), afirmando inclusive que em sua homenagem, devido à decisão favorável ao Brasil, uma cidade paranaense foi batizada com o nome de Clevelândia. A decisão deixava claro que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio “eram aqueles reconhecidos e demarcados em 1759 e 60, pelos comissários portugueses e espanhóis, em conformidade com o Tratado de Madrid”.

Conforme Heinsfeld (2007), com relação ao Tratado de Madri de 1750, este determinava que se prestasse atenção a duas questões, buscando não causar intrigas entre Portugal e Espanha:

primeiro, que ‘se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas’; segundo, que cada parte ‘há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão’(TRATADO DE MADRID apud HEINSFELD, 2007, p. 47).

Por este Tratado o Brasil obteve quase que totalmente a configuração espacial atual, não sem conflitos. As decisões arbitrárias, tomadas nas cortes da Europa foram abandonadas em favor de uma visão mais racional das fronteiras territoriais. Sendo assim, o princípio romano do *uti possidetis* não mais considerava a posse de direito, que havia sido determinada por tratados anteriores, e sim se fundamentava na posse de fato, ou seja, na ocupação territorial. Desta forma as terras ocupadas pelos portugueses eram consideradas pertencentes a Portugal (HEINSFELD, 2007, p. 46).

Entretanto, para compreender a Questão dos Limites entre Santa Catarina e Paraná – outro tema controverso para a consolidação territorial do estado catarinense -, é preciso levar em conta que o Brasil, para legitimar sua soberania sobre territórios, desde o Tratado de Madri em 1750, valia-se do princípio da ocupação e colonização de fato. O Paraná adotava esse mesmo princípio para legitimar seus direitos sobre o planalto não pertencente a Lages, principalmente em relação aos campos de Palmas e trabalhava no sentido de que fossem cumpridas as determinações coloniais, as quais definiam o domínio sobre o território circunscrito aos limites naturais ao sul dos rios Negro e Iguaçu (MACHADO, 2004, p. 125).

A divisa das duas províncias, a paranaense e a catarinense foi definida através do decreto número 3.378 de 1865. Segundo tal regulamentação, ficava sob a jurisdição de Santa Catarina apenas o município de Lages e uma parte de seu distrito de Curitibaanos. Os

paranaenses dominariam toda a região dos campos de Palmas a oeste e as bacias hidrográficas dos rios Negro e Iguaçu. Campos Novos, então um distrito de Lages, ficaria sob domínio paranaense. Esse decreto teve violenta oposição de deputados e senadores catarinenses e veio a ser revogado um ano depois (MACHADO, 2004, p. 126). O Aviso Ministerial de 14 de janeiro de 1879 definiu a divisa catarinense tendo o rio do Peixe como o limite oeste. Essa medida propiciou a implantação dos municípios de Curitiba e Campos Novos e definiu a situação até o acordo final em 1916.

Porém, não se chegou a um acordo sobre o limite norte neste Aviso, o que deu margem a novos problemas. A situação se tornou um grande problema político entre os dois estados da federação no início do período republicano. A região de Lages, Curitiba e Campos Novos vai se tornando um espaço de grandes ocupações de fazendas. No Paraná em União da Vitória, Rio Negro e Palmas, a situação não é diferente (MACHADO, 2004, p. 127).

Enquanto isso, a ferrovia São Paulo – Rio Grande no vale do rio do Peixe, causava mais tensão na medida em que avançava sobre o território contestado no ano de 1908. A Brazil Railway ⁶ passou a desalojar os posseiros que se encontravam na faixa de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia, área de terra que foi “recebida do governo federal em troca da construção da estrada de ferro” (WERLANG, 2006, p. 27). A Guerra do Contestado (1912-1916) foi causada por diversos fatores. Não cabe aqui esmiuçar em detalhes os fatos desse conflito tão complexo e interpretado por diversas “lentes”. No entanto torna-se mister trazer à luz, a máxima de Thomé (1999), de que a Guerra do Contestado foi um conflito que envolveu a população sertaneja e militares. Porém,

Para religiosos, ocorreu uma “Guerra de Fanáticos”; para sociólogos, houve um “Movimento Messiânico”; para políticos, aconteceu uma “Questão de Limites”; para militares, tratou-se de uma “Campanha Militar”; para marxistas, foi uma “Luta pela Terra”. A Guerra do Contestado foi tudo isso e foi muito mais que tudo isso. A História aceita todas estas atribuições fragmentadas, considerando que a Guerra do Contestado foi um destacado evento histórico, resultante da revolta da população regional à ordem vigente, ou seja, uma insurreição da população cabocla (THOMÉ, 1999, p. 13).

Com uma ânsia de obter lucros com a comercialização dessas terras, a Brazil Railway passou a utilizar o expediente da violência para expulsar as pessoas, vindo a ocasionar a

⁶ Cf. Machado (2007, p. 142) A Brazil Railway foi a “empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos [...]”. A empresa era formada “pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de capitais ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízo, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha.

Guerra do Contestado, quando os posseiros passaram a lutar pelas glebas e em defesa do seu modo de vida naquela região. Dessa forma, passavam a enfrentar a polícia particular da empresa. Com o agravamento da situação e visando resolver esse “obstáculo”, o governo federal empregou força militar, e após 13 expedições, promoveu um massacre na conhecida Guerra dos Sertanejos, ficando assim o caminho aberto para a empresa continuar com seus negócios. Somente no território catarinense ela detinha 4.799.236.000 m², o equivalente a 4,8 hectares, correspondendo a 30 % das terras do oeste catarinense (WERLANG, 2006, p. 27).

A Questão dos Limites não era interesse exclusivo dos políticos e grandes proprietários, mas também dos posseiros que percebiam aí uma grande ameaça à sua condição de sitiantes independentes. Entretanto, a luta no campo político prosseguia, e,

Santa Catarina obteve sucesso no campo jurídico. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao estado na questão dos limites. Os representantes do Paraná recorreram da sentença, e um novo julgamento, em 1909, confirmou a sentença anterior. O Paraná contratou Rui Barbosa para a defesa de sua causa, que entrou com embargos à sentença de 1909. Em 1910, o STF rejeitou os embargos do Paraná e confirmou as sentenças de 1904 e 1909 a favor de Santa Catarina. A sentença fixava os limites entre os dois estados nos rios Negro e Iguaçu, já que as divisas no litoral (rio Saí) não eram objeto de contestação. Os governantes paranaenses tudo fizeram para impedir a execução da sentença. [...] Faltou a Santa Catarina força política para fazer executar a sentença (MACHADO, 2004, p. 136).

A Questão dos Limites se tornou preocupante e o presidente da República Venceslau Bráz Pereira Gomes (1914-1918) entrevistou junto aos governos dos dois estados e conseguiu a definição de um acordo. O Paraná ficou com aproximadamente 20 mil km² e Santa Catarina com 28 mil km² (SANTOS apud WERLANG, 2006, p. 27-28).

O projeto da colonização na região oeste de Santa Catarina, na primeira metade do século XX voltou seu foco para o desenvolvimento e o “progresso”⁷. Com a chegada de migrantes descendentes de alemães e italianos advindos do Rio Grande do Sul, a região oeste passou por um outro processo de constituição sociocultural, estabelecendo novas formas de relação social entre 1917 e 1954 (NODARI, 2009, p. 17). A Constituição Republicana de 1891 passou para os estados a prerrogativa de legislar sobre as terras e a colonização. A política estadual de terras foi definida ainda na década de 1890 e tinha como objetivos principais: regularizar definitivamente as antigas posses e vender as terras públicas, visando

⁷ Cf. Le Goff (2003, p. 236) O conceito de progresso é ocidental e seu ápice se dá durante o século XIX. O que o sustenta são os avanços científicos e técnicos, os sucessos da Revolução Industrial e a melhoria para a elite do conforto, instrução e democracia. Segundo Le Goff “é uma interpretação da história que considera que os homens avançam mais ou menos depressa, mas em geral bastante lentamente, numa direção definida e desejável”.

estimular a pecuária e a lavoura (MACHADO, 2004, p. 139). O projeto caminhou nesse sentido, pois,

a política de terras baseava-se na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola”e, para isto, já contava com terras “ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses do capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras – [...] Como em outros estados, as populações indígenas [e caboclos], que ainda ocupavam espaços territoriais significativos nas regiões entre a serra e o litoral e no oeste, eram completamente alijadas desta política de desenvolvimento (MACHADO, 2004, p.139).

Após o encerramento da Campanha Militar da Guerra do Contestado, no ano de 1916, o então presidente da República Wenceslau Braz propôs um acordo entre Santa Catarina e Paraná. O coronel Felipe Schmidt que foi eleito governador para o período 1914–1918, empreendeu acordo com o presidente do Paraná, pressionado por Wenceslau Bráz. O desgaste da Guerra Sertaneja e a determinação do presidente acabaram apressando o desfecho final da disputa até a assinatura do Acordo de Limites (MACHADO, 2004, p. 137).

Tal acordo foi assinado no dia 20 de outubro daquele ano pelo presidente Afonso de Camargo do Paraná e pelo governador Felipe Schmidt de Santa Catarina. Após a aprovação por parte das Assembléias Legislativas dos dois estados, foi feita a demarcação dos limites. Em seguida o governo de Santa Catarina incorpora áreas que já estavam sendo ocupadas e cria em 25 de agosto de 1917, novos municípios: Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó.⁸ Assim se completava a integração territorial de Santa Catarina, que em 1916 possuía 560.000 habitantes e com a incorporação passou para algo em torno de 600.000 (PIAZZA, 1994, p. 299, 300).

Solucionada a Questão dos Limites o governo de Santa Catarina, toma por diretriz, no período governamental de Hercílio Luz (1918-1922) “abrir estradas na área incorporada ao nosso território, pagando esses serviços com terras devolutas” (PIAZZA, 1994, p. 300). O Oeste, considerado um espaço estratégico para o Estado, devido a suas fronteiras com o Rio Grande do Sul, Paraná e com a Argentina, levou a constituição de estratégias que garantissem a posse efetiva das terras. O ano de 1954, marco inicial desta pesquisa é marcado pelo

⁸ Conforme Piazza (1994, p. 308) “Do complexo de medidas tendentes ao povoamento e colonização das áreas do extremo oeste, a partir da solução do ‘Acordo’ de 1916, estruturou-se uma unidade político-administrativa: o município de Chapecó”.

desmembramento de vários municípios da região, ocasionando o surgimento de outras cidades. Além disso, 1954 marca o fim da Era Vargas (NODARI, 2009, p. 19).

É importante reforçar que o longo período de indefinição das divisas territoriais entre Santa Catarina e Paraná, constituiu a natureza da ocupação demográfica da região e também as características sociais e políticas das comunidades (MACHADO 2004, p. 123). O governo catarinense, após a definição territorial do estado, voltou seu foco para consolidar a “ocupação” destas terras, buscando o estabelecimento da “civilização”:

Este aspecto traz similitudes com a ideologia da colonização européia no país, tendo como protagonistas os colonos “trabalhadores”, “construtores do progresso e da civilização”, no entanto, não contemplava nesse projeto a população brasileira, posseira. A exclusão dessa camada populacional encontra justificativa e legitimação na ideologia da colonização, do modelo de colono que convergia a um “país com vocação agrícola” (RENK, 1997, p. 48).

No Brasil, os governos imperial e republicano bem como os provinciais e depois estaduais, foram responsáveis pela empresa da ocupação. No oeste catarinense, a frente de colonização foi expressiva após a solução da Questão dos Limites entre Santa Catarina e Paraná. Com relação aos indígenas, durante a colonização de Santa Catarina, os governantes discutiam a questão sobre o massacre imposto pelos colonizadores aos nativos. Para isso se utilizavam de discursos “civilizatórios” e “humanitários” e buscavam medidas para catequizá-los e aldeá-los. Situação similar foi a dos caboclos que viviam em regiões distintas do estado praticando atividades de subsistência. Com o advento do projeto colonizador, estatal e privado, os caboclos que viviam em várias regiões do estado começavam a perder espaço (MACHADO, 2004, p. 139).

Segundo Werlang (2006, p. 28-29), além da criação dos municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó, o governo catarinense repassou a empresas particulares muitas glebas para colonização, mas não considerou a população indígena e cabocla, fato que resultou em conflitos – a não ser em casos específicos, mas não estruturais da atuação das companhias e do governo. Segundo Gialdi (2003, p. 72), no início da colonização de Maravilha os índios desta região já estavam “catequizados” e já usavam roupas feitas pelos homens “civilizados”. Conforme o autor, o “ilustre” José Leal Filho, administrador local da Cia. Sul Brasil, “consentiu” que algumas “poucas” famílias indígenas “ocupassem” “transitoriamente” duas colônias da Companhia na Seção Boriví-Cunha Porã-SC.

Outra questão a ser considerada foi a situação dos chamados caboclos que já habitavam a região oeste de Santa Catarina. Conforme Vicenzi (2008, p. 66), os caboclos foram os grandes desbravadores do oeste catarinense, que abriram picadas e clareiras nas regiões que não eram habitadas pelos europeus. Após abrirem o caminho foram amplamente dominados pelo processo da agricultura mercantil. Enquanto os colonos produziam para acumulação excedente, o caboclo produzia somente para sua subsistência. Na sua roça plantava basicamente feijão e milho e vivia em casebres de chão batido e tábua lascada.

Poli (1995, p. 75), embasado em levantamentos feitos em registros eclesiásticos e cartorais de casamentos realizados no início do século XX em Xanxerê, Abelardo Luz, Xaxim, Chapecó e Modelo, confirma a tese de que o caboclo, também conhecido como luso-brasileiro, foi o verdadeiro desbravador e pioneiro da região oeste catarinense. Segundo o autor, a pesquisa demográfica realizada em Modelo-SC, por exemplo, mostrou duas fases diferentes na região oeste de Santa Catarina: “primeira fase (1928-1947) população puramente luso-brasileira; segunda fase (1948-1958): ação das empresas colonizadoras e gradual diminuição da participação do luso-brasileiro na formação populacional”. Analisando esse estudo da evolução demográfica da região Oeste Catarinense, se deduz que, na medida em que o caboclo formava a sua comunidade, as empresas colonizadoras já encontravam ali o caminho aberto para explorar e vender essas terras já desbravadas (POLI, 1995, p. 75).

Por outro lado, Machado (2004, p. 140) se referindo aos pequenos criadores caboclos da região do planalto médio e norte de Santa Catarina, destaca a dificuldade desses posseiros permanecerem nas suas terras durante a colonização – situação também percebida no oeste. Nesse caso, se eles quizessem permanecer, teriam de arcar com recursos financeiros, que não possuíam, para adquirir a papelada a fim de promover a regularização da terra, determinada pela Lei de Terras de 1850.⁹ A herança da terra era outro fato que dificultava, sendo inviabilizada, porque raramente os caboclos tinham inventário. Já que não possuíam dinheiro para “legalizar”, a alternativa era proteger a propriedade “à bala”. Havia ainda outro problema que complicava a venda e a herança. O Estado não reconhecia a família cabocla, que geralmente não possuía casamento civil e nem religioso, era amasiada. Na impossibilidade de legalizar a posse da terra, os caboclos ficavam desamparados e excluídos do processo. Renk (1997) cita um exemplo dessa situação:

⁹ Cf. MACHADO, (2004, p. 73) “a Lei de Terras de 1850 previa a separação das terras públicas e particulares e estabelecia que o único título de propriedade válido a partir de então seria o adquirido por compra da terra”.

No extremo oeste catarinense a situação dos caboclos da Barra do Lageado Macaco Branco, posseiros em área da Empresa Colonizadora União Popular, foi merecedora de atenção da imprensa. Veja-se: “Estes brasileiros foram os primitivos povoadores, por si por seus pais, dos sertões de Chapecó. Depois veio a colonização e eles foram encostando sobre a fronteira, até chegarem ao extremo e lá estão sob a ameaça de despejo que de um momento para o outro pode ser requerido. É população pobre, analfabeta e sem escola” (A VOZ DE CHAPECÓ, 20/02/1940 apud RENK, 1997, p. 157).

Poli (1995, p. 99-100) destaca que a conceituação do termo caboclo é uma tarefa difícil e que alguns autores contentam-se em defini-lo como sendo resultado da miscigenação do branco com o índio. Outros o consideram como cafuzo, mameluco ou mulato. Na verdade, segundo o autor, o caboclo da região oeste de Santa Catarina não é simples resultado de cruzamento étnico puro, mas sim, do cruzamento de indivíduos já miscigenados. Mas o mais importante, segundo ele, é considerar que o conceito de caboclo é muito mais social e econômico do que étnico. O autor destaca que se o caboclo fosse proprietário e tivesse posses e instrução, deixaria de ser chamado de caboclo e seria chamado de luso-brasileiro. Para finalizar, afirma que: “Basicamente, pois, o caboclo é conceituado como luso-brasileiro, e sua condição fundamental de reconhecimento é ser pobre e viver toscamente”. Renk (1997, p.29) apresenta como contraponto ao caboclo a figura do colono, explicando que “Colonos é a designação atribuída à população rural. O qualificativo de origem é a forma como se identificam e são identificados os descendentes de europeus”.

Poli (1995, p. 97) ainda afirma que: “Os colonos que vieram para a região Oeste eram predominantemente italianos e alemães. Era uma nova camada populacional que se caracterizava pela busca da propriedade da terra, a instalação de indústrias diversas, como moinhos, serrarias e pequenos estabelecimentos comerciais”. Segundo Renk (1997, p.71) a propriedade é fundamental para a construção da identidade de colono. Porém, esta propriedade é construída socialmente, saindo do estado de natureza para o estado da cultura. O primeiro teria o mato como vetor central, na área não cultivável, nos obstáculos. A passagem ao estado da cultura ocorreria pela ação do trabalho, representada pela transformação, ou seja, o pomar, o quintal e a horta. O contraponto do colono, nesse discurso, seria o caboclo, que é apresentado como destituído dos elementos do estado de cultura, ou seja, a produção da horta, do pomar, etc..

É mister entender a forma como esses grupos étnicos se representam no espaço de construção social. Nesse caso, o espaço bruto e hostil da colonização se torna o cenário para a construção dessas representações. As percepções que se tem do social não são discursos neutros. Eles produzem práticas, sejam elas sociais ou mesmo políticas, que podem impor

uma autoridade sobre outros sujeitos, legitimando um projeto reformador, justificando para os demais indivíduos sua conduta e suas escolhas. A representação da colonização, portanto, está colocada num campo de disputas e concorrência cujos desafios se caracterizam por dominação e poder (CHARTIER, 1990, p. 17). Partindo do pressuposto de que o espaço geográfico também influencia na maneira de como esses grupos se representam enquanto sujeitos históricos pode ser considerada a ideia de que estão inseridos num ambiente em que predomina o domínio sobre a terra, precipitando e acirrando um antagonismo entre os colonos e os tidos como “invasores”, no espaço da colonização.

1.2 A empresa da colonização no oeste catarinense

Em geral, as companhias colonizadoras que atuaram no oeste catarinense foram criadas no início da segunda década do século XX. Os incentivos por parte do poder público catarinense para a iniciativa privada, com o intuito de dar impulso à colonização, foram fatores preponderantes para a atuação das colonizadoras naquela região. Na maioria dos casos eram formadas por grupo de sócios e quase sempre apenas um deles atuava na região, tratando diretamente da venda das terras (RADIN, 2009, p. 105). Após a assinatura do Acordo dos Limites, Santa Catarina se comprometeu em respeitar as concessões feitas até então pelo estado vizinho. Porém, o estado do Paraná prosseguiu fazendo algumas concessões. Entre elas a que expediu 95 títulos, a maioria deles na área pertencente a Santa Catarina (RENK apud WERLANG, 2006, p. 31).

Em decorrência, o governo catarinense editou a lei número 1.181 de 4 de dezembro de 1917 que regia que todas as pessoas que possuíam terras com títulos expedidos pelo Paraná na zona contestada ficavam obrigados a registrá-los num prazo de dois anos a contar de primeiro de janeiro de 1918. O objetivo era legalizar terras concedidas pelo Paraná antes do acordo e anular as doações posteriores. Isso era necessário para que o estado de Santa Catarina fizesse concessões das terras devolutas (WERLANG, 2006, p. 31). Na região oeste de Santa Catarina havia as permissões de posse de terra feitas pela Colônia Militar de Chapecó, implantada no dia 14 de março de 1882 na atual cidade de Xanxerê-SC. O objetivo principal da implantação era proteger as fronteiras e os habitantes dos campos de Palmas, Erê, Xagu e Guarapuava. A Colônia Militar, para neutralizar os indígenas, fazia uso das armas e catequese (WERLANG, 2006, p. 20). Através do decreto número 46 de 11 de julho de 1934 o estado de Santa Catarina reconheceu títulos dos lotes que foram concedidos pela Colônia Militar. Essas terras da

região, consideradas devolutas, eram habitadas por pequenos posseiros, em sua maioria luso-brasileiros que jamais se preocuparam em legalizá-las, por as considerarem “de Deus”, ou seja, de quem tomava posse. Praticavam nestas terras uma agricultura de subsistência e constantemente praticavam a migração. A partir de 1919 Santa Catarina começou a conceder terras às colonizadoras, não levando em conta a presença desses posseiros (WERLANG, 2006, p. 32).

Percebendo a iminência do conflito o governo catarinense comprometeu-se em “manter a ordem nos núcleos coloniais e nas zonas próximas, bem como desembaraçar as terras de pretensões infundadas de terceiros” (WERLANG, 2006, p. 32). A grande maioria dos posseiros, no entanto, desconhecia os trâmites legais para regularizar a posse. O prazo de 10 meses para regularizar as terras e os termos usados nesta lei deixavam claro que o objetivo era dar suporte legal para a ação de despejo empreendido pelas colonizadoras. As terras, em sua maioria, eram concedidas para as empresas em troca da construção de estradas. Era uma forma de conseguir junto ao governo de Santa Catarina, grandes extensões por um valor baixo (WERLANG, 2006, p. 32, 33), situação esta que afetava, como já vimos, sobretudo os ditos caboclos, pois, caso não adquirissem as terras das companhias colonizadoras, seriam despejados da mesma. Caso “optassem” por legalizar a terra, em seu “socorro” viria o decreto número 21 de 5 de março de 1925, que determinava em seu artigo primeiro, o seguinte: “Fica estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 1925, a regularização das posses criminosas (invasões ou ocupações ilegais). Os posseiros após este prazo serão despejados, com perdas das benfeitorias”.

O processo colonizatório, engendrado pelo poder público estadual, visando trazer para este “sertão inóspito”, a “civilização”, conta com um fato que vem beneficiar tanto o sucesso do empreendimento da colonização, como também a Cia. Sul Brasil – de expressiva atuação na região do extremo oeste. Em 1929 o então governador do estado de Santa Catarina Adolfo Konder, quando da sua visita ao oeste catarinense, visitou as terras da Cia. Sul Brasil e proferiu um inflamado discurso em Cascalho, então sede da administração da colonização. No seu discurso destacou a atuação séria da Colonizadora afirmando que:

Simpatia e respeito merecem, sim, as empresas (sic) que, à semelhança da Sul- Brasil, objetivam a alta e patriótica tarefa de expandir a cultura humana, através de érmos e descampados, semeando terras e povoando o sertão. O surpreendente sucesso de São Carlos, Palmitos e Cascalho, povoados que, como por encanto, estão a brotar ás (sic) margens do Uruguay, prova o acerto dessa sábia política da gleba, que desejaria vêr, por toda a, parte, triunfante, para castigo dos mascates de terras e para fortuna do Estado, por

cujo engrandecimento todos temos o dever de trabalhar, resolutamente, porfiadamente, patrioticamente (MEMORIAL DA CIA. SUL BRASIL ao Depto. De Viação, Obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguassú, Passarinhos, 19 ago. 1954. Arquivo Cia. Sul Brasil, Museu Padre Fernando Nagel).

Esse discurso do governador foi muito utilizado pela Companhia, sobretudo para adquirir recursos junto aos órgãos públicos, para divulgar sua atuação junto às colônias velhas no Rio Grande do Sul e também para fazer sua defesa quando era acusada de irregularidades por outras instituições. Poucos dias após a visita do governador, a Companhia requereu a redução de 20 para 10 mil réis por hectare, a base para o cálculo do imposto territorial por no mínimo quatro anos. A solicitação foi deferida, mas com a assinatura de um termo de compromisso, o qual obrigava a colonizadora a cumprir as exigências do decreto nº 1.633 de 4 de agosto de 1928. Uma exigência do decreto era a de que a Cia. deveria promover o povoamento das terras com colonos nacionais e estrangeiros, vendendo para eles os lotes em prestações anuais e cobrando juro de 6 %. Outra exigência se referia à indenização do lote ao colono que o abandonasse. Além disso, a Colonizadora deveria enviar ao governo catarinense um relatório anual sobre suas atividades, incluindo os mapas, necessários para a repartição das terras. No entanto, mesmo usufruindo dos benefícios do Estado a empresa não cumpriu tais exigências. No mês de agosto de 1931, a Comissão de Sindicância da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura concluiu que a colonizadora não havia cumprido os dispositivos do decreto número 1.633, pois estava cobrando juros de 8 % e no caso de rescisão do contrato, o colono perdia as quantias pagas (WERLANG, 2006, p.70). Além disso, as benfeitorias deveriam ser retiradas da terra num prazo de dois meses, caso contrário passaria para a Companhia e o comprador não poderia vender a terra antes de possuir a escritura.

Diante disso, a Comissão efetuou a rescisão do termo de compromisso lavrado em 8 de julho de 1929. Analisando este fato, percebe-se que a referida Comissão decidiu apenas rescindir o contrato sem qualquer cobrança de explicações para a colonizadora a respeito do descumprimento do termo. Esta prática, entre outras promovidas pela Colonizadora, gerava polêmica e descontentava os colonos (WERLANG, 2006, p. 71).

A Cia. Sul Brasil, considerava esta terra como sendo “inculta” e “desabitada” e com isso difundia a notícia de que estava trazendo a essa região, a “civilização” além do desenvolvimento e a “cultura”, pois,

enfrentando as maiores dificuldades, peculiares à colonização de uma gleba antes desabitada, inculta e sem estradas que lhe dessem acesso, apenas

procurada, nas margens dos rios, por exploradores clandestinos de madeiras, que devastavam suas matas, e por egressos da lei, que ali se homisiavam (sic), provindos dos Estados próximos [...] inúmeros são os benefícios que a Companhia Territorial Sul Brasil proporcionou à formação econômica da região. [...] Dessa região, assim organizada e povoada de modo sistemático, estão surgindo numerosos e adeantados (sic) núcleos coloniais, que irradiarão o prestígio de uma política de realizações benéficas (MEMORIAL DA CIA. SUL BRASIL ao Depto. de Viação, obras Públicas, Terras e Colonização do Território Federal do Iguassú, Passarinhos, 19 Ago. 1944).

No entanto, isso ocorre no mundo dos discursos, pois, investigando os documentos da colonizadora consideramos que para vender os lotes e obter lucros com a empresa da colonização, precisou lançar mão da limpeza sistemática dos “intrusos” (pessoas que se encontravam nas terras da Cia. Sul Brasil), em sua maioria, caboclos. A empresa buscou resolução para o “problema” da intrusão, entrando em contato com esses e promovendo práticas de pagamento de benfeitorias, fornecimento de alimentos e outras formas possíveis de “convencimento”, para que deixassem as terras. Essas pessoas eram consideradas pelos “olhos da colonização” como bandidos, na maioria das vezes foragidos da justiça e de alta periculosidade. O discurso da colonizadora estava, portanto, em consonância com os discursos do Estado.

A Companhia Sul Brasil, fundada no início do século XX, empreendeu sua ação a partir do rio Uruguai expandindo-se na área entre o rio Chapecó e rio das Antas seguindo em direção ao norte de Santa Catarina. Com relação à atuação na venda de terras, Werlang (2006, p. 76) afirma que: “O processo de exclusão foi o que mais se observou em relação aos posseiros residentes nas terras da Cia. Sul Brasil”.

A saga dos colonos nestas “inóspitas paragens” também deve ser considerada. Enfrentaram muitas dificuldades nos primeiros anos da colonização. Werlang (2006, p. 71) relata o caso de um colono, que afirmou que se soubesse que não havia estrada a São Carlos não teria saído de Santa Cruz do Sul - RS onde morava, pois, lá tinha salame, carne, leite e aqui em algumas ocasiões a alternativa era feijão podre durante as refeições. O colono afirmou inclusive que a pobreza era tanta que muitos não tinham nem como fugir dos mosquitos e da fome. Mas não era só isso. Insatisfação maior ocorria entre os posseiros que não aceitavam o fato de a colonizadora se apossar das terras para revendê-las. Isso causava entre os caboclos um êxodo sem precedentes. Mas a Colonizadora assumia uma postura narcisista, pois, se considerava arauto do “progresso” na região porque havia recebido terras “despovoadas” sem qualquer condição de comunicação. Orgulhava-se de sua atuação, pois transformara essa terra em zona de grande “progresso” não tendo sido favorecida de nenhuma

forma no que se refere a ter lucro com a venda das terras. Pelo contrário, afirmava estar endividada em estabelecimentos de crédito com grandes quantias, e que estas e mais o capital dos acionistas estavam investidos na colonização (WERLANG, 2006, p. 73).

1.3 A empresa colonizadora Cia. Territorial Sul Brasil

A Companhia Territorial Sul Brasil foi constituída em dia 23 de maio de 1925 em Porto Alegre-RS, e registrada na Junta Comercial do Rio Grande do Sul sob o número 15.871, formada por 14 acionistas. Foi registrada como sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sendo que no dia 1º de junho foi transformada em Sociedade Anônima. A primeira sede no Oeste Catarinense foi Taquaruçú, seguida de Linha Passarinhos, interior do Município de Palmitos (WERLANG, 2006, p.51).

A ata de fundação da Cia. Sul Brasil destaca:

Aos vinte e três dias do mez (sic) de maio de mil novecentos vinte e cinco nesta cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, Republica dos Estados Unidos do Brasil, á rua Sete de Setembro nº 68, ás duas horas da tarde desse dia, achavam-se presentes as seguintes pessoas, em virtude da convocação feita na assembléia geral em que ficou assentada a constituição daquela sociedade, convocação esta feita para o fim especial de constituição definitiva da mesma sociedade, com o objectivo de explorar terras e madeiras (ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA SOCIEDADE CIA. TERRITORIAL SUL BRASIL, 23 mai. 1925. Arquivo Museu Municipal Padre Fernando Nagel).

Na sequência, a referida ata traz a lista dos nomes das pessoas presentes naquele dia, iniciando pelo general Adalberto Reis Petrazzi, subscritor de 478 ações. Nesta lista constam 14 pessoas que possuíam ações da colonizadora. Logo em seguida, traz a constituição da primeira diretoria da sociedade. Com a presença de subscritores em número considerado legal para a constituição da companhia, as pessoas presentes aclamaram Frederico Carlos Gomes como presidente da Assembléia que por sua vez, convidou Adalberto Reis Petrazzi para a função de secretário. Em seguida, após as formalidades, o presidente declarou constituída a Companhia Territorial Sul Brasil (ATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA SOCIEDADE CIA. TERRITORIAL SUL BRASIL, 23 mai. 1925).

Na mesma ata, se encontram os estatutos onde no capítulo I nos artigos 2º e 3º, diz o seguinte:

A duração da Companhia será de 25 (vinte e cinco) annos (sic), contados da data da aprovação destes Estatutos, podendo esse praso (sic) ser prorogado (sic) por deliberação da assembléia geral de accionistas. A Companhia tem por fim: 1º - comprar e vender madeiras e terras para lavouras. 2º - Promover, contractar e executar por si ou por outrem, todo e qualquer empreendimento (sic), serviço, obra ou trabalho que, directa ou indirectamente interesse a colonisação (sic) (ATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DA SOCIEDADE CIA. TERRITORIAL SUL BRASIL, 23 mai. 1925).

A Cia. Sul Brasil, adquiriu a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Ltda.(figura I). Esta última foi fundada no dia 3 de maio de 1920, tendo como sede e foro jurídico a cidade de Porto Alegre. A Colonizadora Oeste Ltda. tinha como objetivos comprar e vender terras, construir estradas de rodagem, colonizar e realizar explorações comerciais e industriais. Possuía 2.467.074.800m2 de terras, na qual haviam sido demarcados 510 lotes urbanos, 685 lotes coloniais e 80 chácaras (WERLANG, 2006, p. 38, 51).

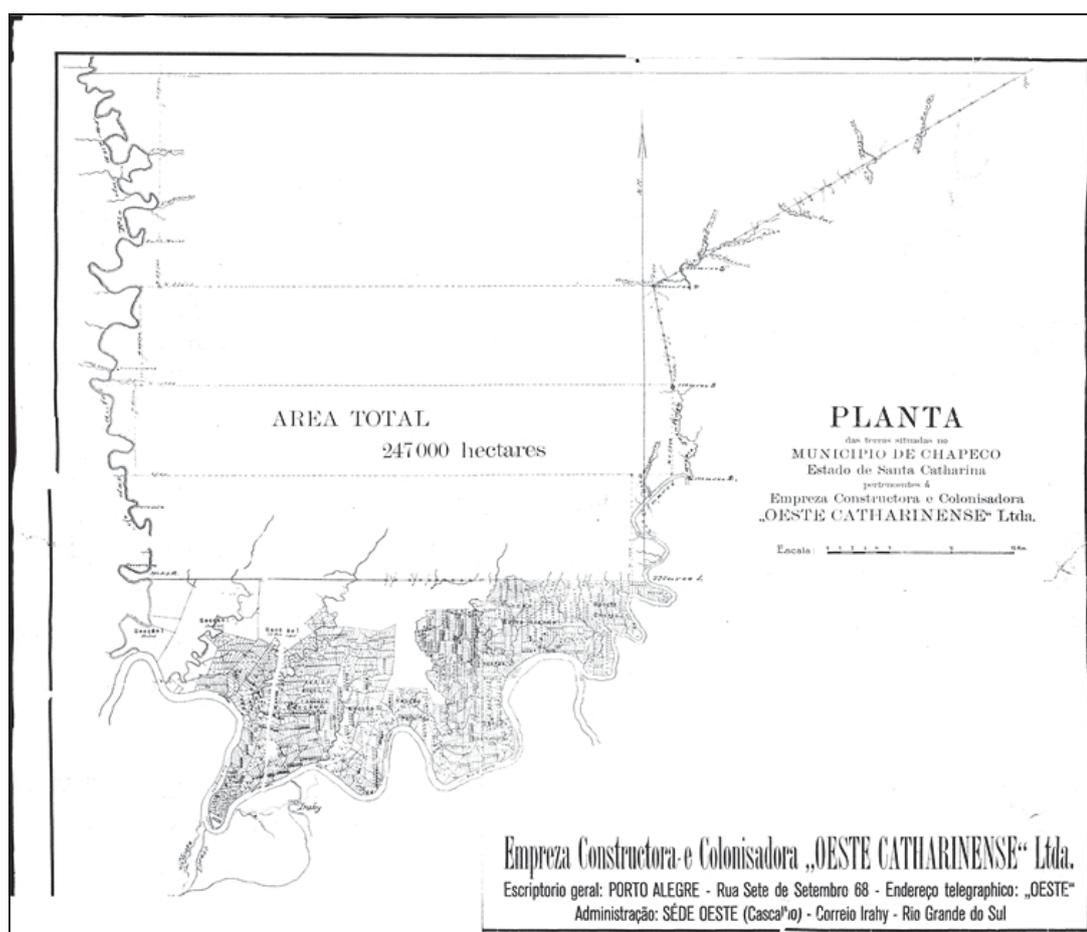


Figura I: Mapa da área total pertencente à Colonizadora Oeste Ltda. Acervo Museu Padre Fernando Nagel.

Conforme Piazza (1994, p. 267), a Cia. Sul Brasil ao receber o ativo e passivo da Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense, no dia 26 de agosto de 1926, obteve um crédito de R\$ 250:746\$179 do governo do estado de Santa Catarina. Requereu e obteve este crédito, através de um despacho de 9 de novembro de 1934. Quando a transação foi concluída em 21 de dezembro do mesmo ano, recebeu uma gleba de 250.000.000 m² no distrito de Campo Erê, que pertencia ao município de Chapecó (figura II).



Figura II: Mapa Geral das Terras da Cia. Sul Brasil. Em destaque o círculo onde ficava a Seção Maravilha, 25 de junho 1954. Acervo Museu Padre Fernando Nagel.

A Cia. Sul Brasil até o ano de 1930 já tinha formado as povoações de Cascalho, Passarinhos, Palmitos, São Carlos, Ilha Redonda e Iracema. O Comissariado de Emigração da Alemanha enviou para as terras da Cia, Sul Brasil até o dia 4 de dezembro de 1930, 1.200 agricultores teuto-russos. Em 1934 a área colonizada pela Companhia contava com 771 famílias, totalizando 3.877 pessoas assim distribuídas: 70 famílias luso-brasileiras; 398 famílias teuto-brasileiras; 15 famílias ítalo-brasileiras; 35 famílias alemãs; 10 famílias italianas; 229 famílias teuto russas (sul da Rússia) e 14 desconhecidas (PIAZZA, 1994, p. 268). Com relação ao número de famílias presentes em suas terras, a colonizadora informou ao Ministério da Agricultura Secção de Segurança Nacional do Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1949, que:

Em 1943, no último levantamento feito por esta Companhia, existiam dentro de nossa colonização, 1.290 famílias com 8.117 membros. Naquela data a percentagem era a seguinte, por nacionalidade:- brasileiros: 83,5% - russos 8% - alemães 7% - italianos 0,5% - suíços (sic), austríacos, polonezes, argentinos, paraguayos 1%. De então para cá, tem entrado uma média de 200 famílias por ano, calculando-se a nova população em cêrca de 16.000 almas. Por outro lado a entrada de estrangeiros têm diminuído consideravelmente, bastante assinalar que para cada 200 famílias de brasileiros, 3 são de estrangeiros, sendo que os filhos destes últimos na sua absoluta maioria são brasileiros natos. Por isso, cremos ser hoje a percentagem de brasileiros de 96% para mais (DADOS DA CIA. SUL BRASIL informados ao Ministério da Agricultura, 27 Out. 1949, Arquivo Cia. Sul Brasil, Museu Municipal Padre Fernando Nagel).

Não considerando qual o critério utilizado pela Colonizadora para conceituar “brasileiros” é oportuno destacar que observando estes dados, percebe-se ainda um grande número deles presentes nas terras que se iria comerciar. Torna-se mister compreender que a Cia. Sul Brasil foi a empresa que colonizou a maior área no extremo oeste de Santa Catarina e introduziu nessa região colonos de diferentes etnias: ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros e teuto-russos. O fato de vislumbrarem lucros na comercialização de madeiras e terras levou os empresários gaúchos, donos da colonizadora, a aplicarem seu capital financeiro naquela região. Pelo fato de possuírem pouco conhecimento sobre a condução da colonização, contaram com a experiência de Carlos Culmey (1879-1939). Esse foi contratado como diretor-gerente no ano de 1926 para planejar e executar a colonização. Atuou nessa empreitada até 1939 quando morreu tragicamente no rio Uruguai. Carlos Culmey nasceu no dia 19 de junho de 1879 em Neuwied na Rhenania. Formou-se em engenharia civil e com 23 anos

de idade veio para o Brasil. Retornou logo para buscar sua noiva Luise Von Michelis, com a qual veio se casar no Brasil (WERLANG, 2006, p. 52).

Em 1914 tentou voltar para a Alemanha, mas não conseguiu devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Por volta de 1919 sem condições financeiras de voltar para a Europa, se dirigiu para a província argentina de Misiones, onde passou a receber imigrantes que deixaram a Alemanha devido à crise que se estabeleceu naquele país, em razão da derrota sofrida na guerra. Porém, entrou em atrito com os líderes da Colonizadora e retornou a Alemanha. No mês de junho de 1926 recebeu convite da Cia. Sul Brasil para retornar ao Brasil, o que acabou fazendo. Segundo Werlang (2006, p. 54-55), Culmey tinha presente que o investimento das colonizadoras não teria retorno imediato.

Esse líder da colonização era amado por uns e odiado por outros. O fato de estar próximo dos colonos em suas dificuldades, lhe rendeu certo respeito. Por outro lado, o líder da Cia. Sul Brasil entrou em conflito com os posseiros. Quando a colonizadora chegou, a maioria da população indígena já havia sido eliminada e a sua destruição e catequização já havia acontecido antes da chegada dos colonizadores. O extermínio maior já se realizara muito antes, ainda quando da instalação de fazendas nos campos de Palmas-PR e abertura de estradas de Guarapuava-PR até os campos de Vacaria – RS. Para isso, a fim de favorecer a expansão da pecuária, o governo imperial tentou eliminar qualquer resistência indígena. Porém, mesmo isso sendo feito, na época da colonização havia a presença indígena nas terras da Cia. Sul Brasil, mas a colonizadora não reservou área para tal grupo (WERLANG, 2006, p. 74). Neste sentido, entendemos, assim como Poli, que o povoamento, ou seja, a ocupação do oeste catarinense passa por:

três fases de ocupação, cada uma com atividades econômicas características: fase de ocupação indígena: até meados do século XIX, afora algumas incursões exploratórias portuguesas, a região era território tradicionalmente ocupado pelos índios Kaingang; fase cabocla: a população que sucedeu a indígena e miscigenou-se com esta foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era a agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo. Esta é a fase mais esquecida e a menos estudada de todas; fase da colonização: caracterizada pela penetração de elementos de origem alemã e italiana, vindos principalmente do Rio Grande do Sul pelo desenvolvimento dos projetos de colonização e da exploração madeireira. Esses colonos passam a adquirir terra das colonizadoras, formando a grande frente agrícola e pecuária que vai afastando aos poucos o caboclo (POLI, 1995, p. 73-74).

Conforme Werlang (2006, p. 59) a seriedade com que a Cia. Sul Brasil tratava a demarcação e venda dos lotes proporcionava certa credibilidade à empresa. Os mapas dos

lotes com o tamanho da área e sua localização e numeração evitava o problema de se vender o mesmo lote para mais de uma pessoa. A demarcação dos lotes se dava levando em conta o curso das águas. De cada leito do rio partiam os lotes das duas margens até estes se encontrarem com lotes de outros leitões, formando assim, uma divisa seca chamada de “travessão”. Este dividia ao meio as terras entre dois rios.

A partir disso as terras eram divididas em lotes de 25 a 35 hectares em média. Geralmente a forma do lote era retangular e quanto maior a distância entre os rios mais comprido e estreito era o lote. A primeira gleba que foi demarcada pela Cia. Sul Brasil foi dividida em 26 seções e a ocupação se deu a partir do rio Uruguai entre os rios Chapecó e Antas seguindo em direção ao norte. Em setembro de 1938 a colonizadora já havia vendido 106.088 dos 277.283 hectares que tinha. No ano de 1954 a empresa já havia introduzido colonos nas áreas de 48 seções (WERLANG, 2006, p. 60). No entanto, visões diferentes acerca da atuação da colonizadora são consideradas. O fato de a Cia. Sul Brasil estabelecer preços mais baixos na venda de madeiras e lotes coloniais, não era bem visto pelas demais colonizadoras, sendo dessa forma considerada uma concorrente desleal. A Cia. Sul Brasil podia vender lotes a preços menores, pois, havia adquirido as terras do Estado também por preços menores. Outro fator preponderante era a localização privilegiada de suas terras (WERLANG, 2006, p. 71). Um fato esclarece um pouco mais sobre este assunto. A relação da Cia. Sul Brasil com a colonizadora Colonização e Madeiras do Oeste Ltda, com sede em São Miguel do Oeste – SC, foi tensa. Isso ficou evidenciado em uma carta, datada de 27 de agosto de 1955, enviada ao diretor-presidente da Cia. Sul Brasil, assinada pelo diretor-gerente da colonizadora José Leal Filho.

A carta datada de Florianópolis, em 9 de julho de 1958 pelo titular da Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina, reporta que a colonizadora Colonização e Madeiras do Oeste Ltda requereu a verificação da falta de uma área de 106.886.273,00 m² na Fazenda Campo Grande de sua propriedade que fazia limites com terras da Cia. Sul Brasil. Relata na carta que o titular da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura, após analisar os documentos reconhece a falta da área reclamada. Mais adiante o diretor-gerente informa que o titular solicitou esclarecimentos sobre o alegado pela requerente. Na sequência diz:

Da carta acima resumida, em tempo oportuno, foi-nos remetida copia (sic) para Palmitos, afim (sic) de ser estudada, - em nossa Seção Técnica - de modo a preparar os elementos técnicos necessários á sua contestação com a consequente vinda do signatário a esta capital para, em sua presença, melhor

encaminhar o assunto. Ventilado em seus detalhes, foi deliberado nada responder por escrito ao Sr. Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, antes de um contato pessoal do signatário com o mesmo, em Florianópolis, afim de bem orientar-se sobre o objeto de sua missiva (CARTA do diretor-gerente da Cia. Sul Brasil José Leal Filho ao diretor-presidente, Porto Alegre, 27 Ago. 1955).

Por esta carta pode-se perceber a estratégia técnica do diretor-gerente da colonizadora de não se manifestar antes do contato do signatário com o responsável pela Diretoria de Terras e Colonização. Mais adiante, prossegue, relatando que: “Assim, em 13 do corrente, tivemos naquela capital o primeiro entendimento com o sr. Dr. Alvaro Bittencourt Lobo Filho, Diretor da Diretoria de Terras e Colonização – com quem já mantínhamos relações de cortezia e que nos distinguiu com uma cordeal (sic) acolhida”. Na sequência da carta, ele destaca que nesta visita procuraram demonstrar que sua presença na capital se constituía numa resposta inicial à missiva e que haveria a necessidade de se capacitar perante ao objeto, solicitando que fosse dado vista do processo número 11.414. Depois cita que em 17 do corrente tiveram vista ao processo. Após, requereram o fornecimento da Certidão da petição inicial e cópias autenticadas dos mapas ilustrativos em número de três. A carta detalhava que no dia 21 de março de 1955 a Colonização de Madeiras Oeste Ltda. encaminhou uma petição ao governador do estado de Santa Catarina informando que constatou-se que dentro dos limites da medição feita em 1892 havia falta da referida área na fazenda Campo Grande. Informa ainda que a falta da referida área se encontrara na Gleba Mundo Novo titulada à Cia. Sul Brasil (CARTA À CIA. SUL BRASIL, Porto Alegre, 27 Ago. 1955, Arquivo Cia Sul Brasil, Museu Padre Fernando Nagel).

Depois de verificar o objeto da carta, José Leal Filho afirma que embora esteja munido de elementos que foram solicitados pela Diretoria de Terras e Colonização, constante na carta de 09 de julho, o que habilitaria para comprovar a improcedência das alegações da Colonizadora e Madeiras Oeste Ltda.

resolvemos adotar uma atitude de cautelosa contemporização, cingindo-nos a obter os elementos julgados necessários, para com êles, volta á presença de Vsa., afim (sic) de, pelo seu exame, ser concertada a resposta cabível à carta daquele titular. [Concluindo diz que:] A Colonização & Madeiras Oeste Ltda., deverá orientar-se noutro rumo para satisfazer as suas pretensões receindicatorias (sic), objeto do processo nº 11.414 “K”, da Diretoria de Terras e Colonização do Estado de Santa Catarina (CARTA À CIA. SUL BRASIL, Porto Alegre-RS, 27 ago. 1955).

A passagem citada demonstra que a disputa essencial era pela propriedade da terra e não se restringia somente ao antagonismo entre colonizadora e os posseiros, estes, considerados como “intrusos”. O conflito também ocorria entre as próprias colonizadoras pela comercialização das terras. Dois casos demonstram isso: primeiro, a disputa entre a extinta Colonizadora Construtora Oeste e a Brazil Development & Colonization pelas terras contestadas, fato que ocasionou na falência da Colonizadora Construtora Oeste Ltda. devido aos grandes prejuízos e depois, o caso citado anteriormente entre a Cia. Sul Brasil e a Colonização de Madeiras Oeste Ltda., demonstrando que a disputa se dava também nas instâncias estaduais pelo domínio da exploração das terras.

A Colonizadora buscava seus lucros para dar resposta imediata aos seus acionistas. Essa prática fica evidente numa carta enviada pelo diretor-presidente da Cia. Sul Brasil, endereçada ao engenheiro José Leal Filho (1902-1972) sediado na seção técnica em Cunha Porã. O engenheiro foi contratado em 1949 pela Colonizadora para atuar como agrimensor. Pouco depois passou a ocupar o cargo de diretor-gerente. Conforme (GIALDI, 2003, p. 49), Leal Filho, foi o responsável direto na colonização de Maravilha onde esteve presente no período de construção de igrejas, escolas, hospitais e nos momentos políticos decisivos de Maravilha, quando foi elevada à Distrito e também no período da emancipação. Segundo o autor:

A propósito do tema em questão, reporta-se a alguns elementos importantes obtidos de uma pessoa que conheceu diretamente os fatos, na colonização do município de Maravilha. O Dr. José Leal Filho não foi apenas o administrador local da Companhia Territorial Sul Brasil; foi também um estímulo para a cultura. Não foi um estranho aqui embrenhado, com o único intento de bem representar uma empresa colonizadora; foi parte ativa de uma sociedade múltipla. Havia parceria para o bem da comunidade que se formava. Seu olhar atingia milhas e milhas de distância, incluindo o porvir (GIALDI, 2003, p. 48).

Em relação à carta enviada ao engenheiro José Leal Filho, o diretor-presidente da Cia. Sul Brasil expressa sua preocupação quanto ao pagamento dos lotes adquiridos junto a colonizadora:

Pela presente solicitamos suas providencias no sentido de notificar a todos os ocupantes de chacaras e terrenos na Séde Maravilha, que ainda não regularisaram (sic) sua situação perante a Cia., de que serão colocados á venda, tanto as chacaras como os terrenos e portanto terão de desocupa-los imediatamente. Fica concedido um prazo improrrogavel até 31 de julho p. Futuro, para que esses ocupantes irregulares normalisem (sic) sua situação conosco, fazendo os pagamentos dos respectivos valores. Caso não o façam, no prazo estipulado, as chacaras e terrenos serão vendidos a outros

compradores. Grande tem sido a procura e não podemos estar sendo prejudicados (CARTA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA CIA. SUL BRASIL para José Leal Filho, Cunha Porã, 24 jun. 1952).

Como já enfatizado, a colonizadora se apresentava como “arauto do progresso e da civilização” nessas terras. Não obstante se regozijava com isso e com os lucros obtidos no processo colonizatório. Esse elemento pode ser identificado numa carta enviada à seção técnica em Cunha Porã pelo escritório da colonizadora em Passarinhos, ao engenheiro José Leal Filho, congratulando-se com os funcionários pela chegada da páscoa e anunciando ser instituição de promoção “humana e social”:

A DD. Direção da Cia. T. Sul Brasil, num cativante gesto de compreensão humana e social e num estímulo para os que trabalham, acaba de conceder um generoso brinde a tôdos os funcionários da Companhia, pela passagem das festas de Pascôa (sic) que se aproximam. Consiste ele no pagamento imediato de meio mês de vencimento a cada um dos nossos funcionarios. Atendendo prazerosamente, essa feliz resolução, estamos enviando a respectiva fôlha especial, acompanhada da quantia de Cr\$ 3.525,00 para serem pagos nossos funcionarios dessa seção tecnica (CARTA DO ESCRITÓRIO DE PASSARINHOS À SEÇÃO TÉCNICA EM CUNHA PORÃ, 10 abr. 1952).

No processo de colonização no oeste de Santa Catarina, algumas cidades tiveram seus núcleos planejados pela Cia. Sul Brasil, entre elas Maravilha, sendo que a localização de praças, igrejas, escolas e comércio, foram definidos previamente e na formação desses núcleos a empresa se comprometia em fornecer terrenos próprios para estas instituições que não eram cobrados pelo estado de Santa Catarina, exigindo-se apenas a planta dos terrenos. Para as vendas existiam os propagandistas (WERLANG, 2006, p.61). Esses eram homens, em geral colonos que deveriam possuir credibilidade e conhecimento das terras, que faziam o trabalho corpo a corpo. A Cia. Sul Brasil repassava 10 por cento do que eles vendiam. O argumento que usavam visando comerciar os lotes “era a existência de terras baratas e de boa qualidade para a produção de milho, mandioca, feijão e batata”. A Cia. Sul Brasil também possuía propagandas em revistas e jornais, como por exemplo, a *Paulusblatt* e o *Volksblatt*, veículos que faziam parte da imprensa católica presente no Rio Grande do Sul ¹⁰ (WERLANG, 2006, p. 61).

Palmitos, Cunha Porã, Maravilha, São Carlos e Saudades, foram cidades que tiveram seus núcleos planejados desde o início da colonização, numa distância máxima de 20

¹⁰ Cf. RAMBO (2002, p. 301) o Jornal *Volksblatt* foi fundado pelos padres jesuítas em 1871 em São Leopoldo – RS e a revista *Paulusblatt* começou a circular em 1912.

quilômetros em média. Os trabalhadores e empreiteiros da colonizadora chegaram para abrir estradas, medir e vender terras. Em 1951 quando foram medidos e demarcados os lotes urbanos, foi designado nome para apenas duas avenidas da área urbana: Sul Brasil e Araucária. Esta última teve seu nome concebido “naturalmente”, devido às belas e imponentes araucárias que havia no local (PILATI, 1991, p.138).

1.4 O processo colonizador em Maravilha

A colonização de Maravilha está atrelada a um processo de longa duração que inicia com a definição da Questão dos Limites, pois, após a “casa arrumada”, o Estado delega às empresas privadas o filão da colonização, muito em função de este não ter condições estruturais para tal empreendimento. A Cia. Sul Brasil obteve toda a área que pertencia à Construtora e Colonizadora Oeste Ltda. A Cia. Sul Brasil adquiriu por escritura de compra e venda lavrada em 26 de agosto de 1925 o ativo e passivo da Colonizadora Oeste, incluindo as concessões que já haviam sido feitas pelo governo catarinense. Do “Velho Chapecó”, nasceram os primeiros distritos no ano de 1917, entre eles, em 1921, Palmitos que compreendia todo o território da atual Maravilha (GIALDI, 2003, p. 109, 111, 112), território cujo nome tem, pelo menos, duas versões explicativas. Segundo Gialdi

Os maravilhenses costumam contar da seguinte maneira: uns caçadores, vindos do Rio Grande do Sul, ao chegarem no alto onde está, hoje em dia, o Educandário Nossa Senhora de Fátima (morro do seminário), [seminário que não existe mais] e olhando para a paisagem descortinada, incluindo a beleza da copada do pinhal na planície – hoje cidade – exclamaram: ‘Que maravilha!’ E o nome ficou para a identificação geográfica desde o início, com a demarcação dos lotes rurais e urbanos; depois ‘Sede’, Distrito e, atualmente, Município. Antes de ter o nome oficializado, ao referirem-se a esta área em demarcação, assim diziam: lá nas cabeceiras do rio Iracema ou na mancha de pinhal (GIALDI, 2003, p. 118).

Já Pilati (1991, p. 59), em uma versão um pouco discrepante, afirma que:

Maravilha, nessa ocasião, não tinha este nome. Se se perguntasse a qualquer um dos integrantes do grupo [de caçadores, em número de 20] o lugar para onde se dirigiam, com certeza teriam respondido ‘Cunha Porã’, ‘Iracema’ ou ‘Cabeceira do Iracema’, pois o rio era o ponto de referência. O futuro núcleo ainda não tinha nome.

Conforme o autor, o nome de Maravilha depois seria atribuído a José Leal Filho, que teria reafirmado o que todos já diziam. A primeira menção à Maravilha teria seu registro em

um documento da firma Sbaraini, Benvegnu e Cia. Ltda., com data de julho de 1949. Portanto o nome de Maravilha teria sido difundido entre 1948 e 1949 (PILATI, 1991, p. 59).

Porém, Gialdi (2003, p. 120) afirma que sobre o fato de o nome ser atribuído à José Leal Filho, quando do período da demarcação das terras, “pairam dúvidas, pois José Leal Filho assumiu a direção da Cia. Sul Brasil no dia 17/11/1949; sendo que, antes disso, já haviam sido expedidos documentos com o nome de Maravilha. [...] A ocupação desta área foi desencadeada a partir de 1949”. O autor cita um documento enviado pela matriz da Cia. Sul Brasil em Porto Alegre-RS para o escritório em Passarinhos, via correios de Iraí-RS no dia 03/09/1949 onde figura o nome “Maravilha”. Vamos considerar ambas as versões sobre a difusão do nome da Sede. Entretanto, mesmo identificando um ponto de confluência entre os dois autores, quando eles citam que o nome teria surgido pela primeira vez no ano de 1949, é mister lembrar que os meses que os autores citam não coincidem. Gialdi fala em setembro e Pilati em julho de 1949.

Conforme Gialdi (2003, p. 85) “Na área que compreende o atual Município de Maravilha - antes da chegada da Companhia Territorial Sul Brasil para a demarcação -, moravam caboclos, inclusive no futuro perímetro urbano” (GIALDI, 2003, p. 88). Todavia, a colonização desta área - exigência do governo brasileiro – priorizou outros grupos sociais como vetores do “progresso” e “desenvolvimento”, como já mencionado.

Neste intento, a Cia. Sul Brasil programou a abertura de estradas e a derrubada dos pinheiros, sendo que para isso contactou com empresários de Passo Fundo-RS que possuíam serrarias e os incentivou a virem à Maravilha. Aliás, diga-se de passagem, uma “grande cartada” da Companhia, principalmente por ter em seu favor, o fato de que no Rio Grande do Sul os pinhais já estavam escassos. Além disso, a transferência de serrarias do estado extremo sulino para Santa Catarina, não alteraria o roteiro de exportação, porque o comércio era realizado com países comuns, Uruguai e Argentina; as balsas seriam as mesmas pois o transporte também passaria pelo rio Uruguai, que corta os dois estados (PILATI, 1991, p. 57).

Um grupo de vinte homens, incluindo empresários madeireiros do Rio Grande do Sul, aventureiros, fotógrafo, engenheiro e até ourives, teria partido de Passo Fundo-RS para esta “inóspita paragem” em novembro de 1948 em um caminhão, duas camionetes e um Jeep. Passaram por Nonoai, Passo dos Índios (Chapecó), Caxambú, São Carlos, Palmitos e Cunha Porã. Os “aventureiros” nomeados são os seguintes: Alcides Ferrari Benvegnú, Balduino Ghem, Ítalo Benvegnú, Carlos Sbaraini e seu filho Benjamin Sbaraini, Orlando Funk Ribeiro, Benjamin Câmera e seu filho Domingos Câmera, José Lara, Luiz Evangelista, Casemiro (o cozinheiro), Antônio Barreto, Ceciliano Gonçalves Vieira; além dos argentinos: Amilton

Tuculete e seu irmão Juan Domingo Tuculete. Outros profissionais também são mencionados, como ourives, engenheiro, fotógrafo além de integrantes cuja atividade ou nome não consta nos registros (GIALDI, 2003, p. 119).

Analisando a “saga” dessa expedição, é importante reforçar que boa parte desses “aventureiros”, se embrenhou nessas paragens a fim de conhecer o local visando a instalação de uma serraria. Assim, a vinda para esta “inóspita paragem” não foi uma aventura casuística:

De fato, entusiasmados com o que tinham visto na recente expedição, os empresários gaúchos já haviam deixado gente sua no local da futura serraria e tratavam logo, em Passo Fundo, de formar uma sociedade, instituindo a primeira pessoa jurídica de Maravilha. Surgiu assim, logo a 16 de março de 1949, a Sbaraini, Benvegno & Cia Ltda., “com finalidade de explorar o comércio, indústria e exportação de madeiras em geral, dentro e fora do Estado”, com capital social de Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), constituído por nove quotas, distribuídas entre os seguintes sócios: Carlos Sbaraini, Ítalo Benvegno, Orlando C. Funk Ribeiro, Balduino Ghem e Mário Azambuja, [...] A sede, no início, era Passo Fundo e o contrato social foi arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sob nº 53.610, conforme despacho em sessão de 21 de março de 1949) (PILATI, 1991, p. 63, 64).

Segundo Pilati, após chegar em Cunha Porã, o grupo teve dificuldade em se comunicar com os moradores do povoado, pois esses só falavam a língua alemã. Em Cunha Porã já existia comércio, pois o povoado havia se formado a partir de 1932. Com muito custo, o grupo teria conseguido mulas e provisões de um madeireiro. Depois se embrenharam na mata e seguiram o rumo. Eram cerca de 20 homens fortemente armados. Seguiram pela mata e quando avistaram a mancha de pinhais, teriam exclamado: “que maravilha”. Desceram o morro e acamparam, onde permaneceram por dois dias vagando e caçando. Numa dessas tardes teriam aparecido dois homens armados vestidos com calções de pele de animais. Houve momentos de tensão, relata Pilati, mas os dois homens logo se afastaram. O autor ainda pontua: “Realmente, aquela zona era habitada por foragidos da justiça do Rio Grande. Havia gente daquela estirpe, soube-se depois, morando na altura do Irajá; mas, com a aproximação dos pioneiros, seguiram todos na direção do Paraná” (PILATI, 1991, p. 60).

Quando Pilati afirma: “gente daquela estirpe”, provavelmente se refere aos caboclos, os quais pertencem à uma outra lógica, muitas vezes contraposta à da colonização. Nesse sentido, por não se enquadrarem nessa cultura das práticas comerciais e capitalistas e, conseqüentemente, pertencerem a outra cultura, são considerados por vezes “bandidos”, foragidos da justiça. Segundo Renk (1991, p. 228): “A ocupação das áreas anterior à colonização, pelos brasileiros no sistema de posse, do ponto de vista do Estado e dos

colonizadores (aqui tomadas as Companhias territoriais e os compradores) passou a ser vista como um intrusamento, isto é, uma ocupação ilegítima”. Ao usar o termo “gente daquela estirpe” o autor ignora o modo de ser de uma cultura diferente e ignora sua inserção e importância no processo histórico do Oeste Catarinense. É mister considerar que todos tem história, o caboclo e também o colono, mesmo admitindo, possuírem visões antagônicas de mundo. Por essa passagem percebe-se a escrita de Pilati feita a partir dos olhos da colonização, pois o autor considera o migrante europeu como sendo o legítimo pioneiro:

A auto-avaliação de um pioneiro italiano na área coincide com a representação oficial: antes da colonização ‘os maus elementos infestavam a região’. Depois: ‘A perseverança e o desejo de vencer, daqueles numerosos agricultores ali disseminados não permitiram que se interrompesse a sua árdua tarefa e transformaram o oeste catarinense numa região próspera, habitada por um povo disciplinado (FONTANA apud RENK, p. 53).

Analisando a bibliografia e os documentos existentes sobre o assunto, consideramos o período inicial da colonização de Maravilha o final dos anos de 1940, pois Pilati (1991, p. 89) apresenta a saga do “primeiro morador” de Maravilha-SC, recebendo os primeiros colonos na sede naquele contexto:

Curiosos, interessados e compradores de terras que começaram a afluir a Maravilha, em fins de 1948 e 1949, depararam-se com a figura e o apoio de Otto Jahnell, o primeiro morador da sede. [...] Otto recebia os forasteiros (e os caboclos dos arredores) já como bodegueiro instalado, num rancho de pau lascado, coberto de folhas de taquara. [...] Era a própria imagem da hospitalidade e daquela solidariedade que edificaria Maravilha, gesto a gesto, através dos primeiros anos.

Percebemos que nesse momento, na perspectiva do autor, teríamos a instalação de princípios europeus e idéia de “civilização” nesta “terra de ninguém”. Aliás, em relação à Otto Jahnell, o autor enfatiza que esse “primeiro morador” de Maravilha, influenciou no estabelecimento da religião no povoado, este que estava “fadado” à se tornar mais um núcleo católico, à exemplo de São Carlos. O interessante é que Jahnell era evangélico luterano e cedia seu galpão para a pregação católica. Sobre Otto Jahnell, que mais tarde trabalharia na primeira Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Maravilha, Pilati afirma que

Com efeito trazia no sangue a inquietude dos migrantes gaúchos de origem e, o gosto pelas frentes de ocupação. Morou em Cunha Porã enquanto aquela localidade foi o ponto mais avançado da colonização; inaugurou a povoação de Maravilha e, tão logo cresceu o lugar, já seguia para o sudoeste do Paraná, onde afloravam novos núcleos. [...] Muitos pioneiros de Maravilha

fariam a mesma coisa, seguindo para o Paraná, Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, como semeadores de cidades (PILATI, 1991, p. 90, 91).

Na passagem o autor fala em “semeadores de cidades”. É mister considerar que o significado disso é exploração da terra, rapinagem, colonização, ou seja, tirar proveito dos recursos da natureza.



Figura III: Casa de Otto Janel (no centro), considerada a primeira construída na sede Maravilha, 1949. Acervo: Museu padre Fernando Nagel.

Como vimos, Otto Janel é considerado pela historiografia oficial, como o “primeiro morador” da sede de Maravilha. Na verdade, os “olhos da colonização”, entendem que os primeiros moradores deste espaço, são os colonos oriundos do Rio Grande do Sul, desconsideram todos os moradores anteriores ao processo de colonização. Este “pioneiro”, ultrapassando a idade dos 50 anos perdeu sua esposa, ainda em Cunha Porã, local que era considerado o ponto mais avançado da colonização até então. Segundo Pilati, a sua vinda para Maravilha soava como uma espécie de recomeço devido à solidão do luto, que era presente. Mais tarde, Otto Janel contraiu um novo matrimônio, casando-se com Eva Quadros, com quem teve 10 filhos. Não permaneceu em Maravilha. Em 1953 alienou o seu hotel, o qual hospedava os viajantes compradores de terras que não paravam de chegar, e seguiu para o Paraná (PILATI, 1991, p. 90).

Otto Janel faleceu em 1986 em Santo Antônio do Sudoeste - PR, onde residia. A promessa da Cia. Sul Brasil de doar um lote ao “primeiro” morador de Maravilha não se

concretizou. Seu nome constava em 1951 da relação de lotes ocupados sem depósito, sem qualquer ressalva quanto à doação ou dispensa de pagamento. A confirmação de tal fato é fornecida por Germano Stumpf, responsável pela venda das terras na época, declarando que Otto Jahnell deixou a sede de Maravilha antes da outorga da escritura, motivo pelo qual não foi beneficiado (PILATI, 1991, p. 90, 91). Essa prática de a Cia. Sul Brasil, com essa promessa contemplar o “primeiro morador” com a doação de terra, corrobora ainda mais a tese do favorecimento dos colonos europeus que chegavam ao local. Não há nenhuma menção sobre favorecimento aos posseiros caboclos que por aqui estavam. Esses, aliás, passam a ser considerados “intrusos”. O autor enfatiza esse fato, deixando transparecer que este era um benefício justo, onde uma empresa privada, que se “apossa” das terras, entende fazer uma “justa” benevolência aos “desbravadores” desse sertão.

Em 1949 moravam na sede Maravilha Otto Jahnell e família, com sua bodega; Arnaldo Graf e família, com o seu hotel; Fioravante Trevisan e sua família com o transporte de cargas, depois de passageiros; Alberto e Adolfo Walker, José Mentira (caboclo, que veio dos lados de Saudades), Adolfo Germano Stumpf e família e a serraria Sbaraini Benvegno. Daí em diante até o encerramento das vendas da colonizadora, Adolfo Germano Stumpf, encarregado local da Cia. Sul Brasil no espaço de Maravilha até o Lageado Grande, conduziria os negócios da venda de terras.

Maravilha foi uma colônia mista em termos religiosos. Até o final do ano de 1951, o padre Luiz Muhl, polonês oriundo de Saudades, pertencente aos Missionários da Sagrada Família, visitava os católicos da sede Maravilha, onde rezava a missa na casa dos Walker, local onde Amélia Oliveira, considerada a primeira professora da Sede, conduzia o seu magistério, o que ocorreu somente durante o ano de 1951. Com relação aos evangélicos, realizavam seus cultos nas casas de Otto Jahnell e Arnaldo Graf. No rancho de Otto Jahnell aconteceram os primeiros cultos. Para esses encontros vinham pastores de Palmitos e Cunha Porã (GIALDI, 2003, p. 172). Quando Amélia da Silva Oliveira chegou a Maravilha com sua família, oriunda de Seberi-RS, no dia 16 de janeiro de 1951, residiam no povoado as famílias das seguintes pessoas: Otto Jahnell, Arnaldo Graf, Fioravante Trevisan, Domingos Manfrin, Odilon Oliveira, João dos Santos, Alfredo Fischer, Edgar Mondadori, e Leomar Stumpf (ambos agrimensores), Francisco José Walker (seus filhos freqüentariam a escola da professora Amélia), José Mentira, Vitório Regazoni; Honório Rigon; Adolfo e Alberto Walker. Amélia deu início às aulas com a presença de cerca de 50 alunos, subvencionada pela Cia. Sul Brasil (PILATI, 1991, p. 111, 112).

Segundo Gialdi (2003, p. 123), no dia 16 de outubro de 1951 Cunha Porã se tornou Distrito de Chapecó. Tornou-se Distrito de Palmitos com a emancipação deste no dia 30 de dezembro de 1953. Sendo assim Maravilha passou a fazer parte da área do Distrito de Cunha Porã e somente seis anos após a chegada do primeiro morador em 19 de maio de 1956, a Câmara Municipal de Palmitos aprovou Resolução número 1/56, elevando Maravilha à Distrito, se desmembrando de Cunha Porã. Ainda segundo o autor, no fim da década de 1950 os interesses políticos apontavam a emancipação.

O movimento emancipacionista empreendeu esforço no sentido de buscar a aprovação na Câmara Municipal de Palmitos, o que ocorreu no dia 20 de fevereiro de 1958, uma resolução criando os municípios de Cunha Porã e Maravilha, o que seria consolidado somente com a homologação da Assembléia Legislativa. O Projeto de Lei deu entrada no dia primeiro de abril de 1958. No dia 21 de junho de 1958 promulga a lei 348 que cria o município de Maravilha (GIALDI, 2003, p. 133).

A partir de 1950 a população rural de Maravilha apresentou um significativo crescimento com o processo de colonização. Na década de 1960 conforme censo do IBGE o aumento da população ficou em torno de 194,6% e na década de 1970 um percentual de 103,04%. Em 1960 a população rural de Maravilha era de 6.048 pessoas, enquanto que a população urbana era de 1.203, perfazendo um total de 7.251 moradores no município – número expressivo que reforçava a necessidade de infra-estrutura básica que atendesse aos moradores. Não há pesquisa demográfica do IBGE dos anos anteriores nesta colônia (GIALDI, 2003, p. 364).

Analisando estas estimativas, considerando a quantidade de pessoas adultas que são citadas quando da chegada da primeira professora em janeiro de 1951, e, levando em conta o percentual do aumento demográfico da década de 1960, podemos talvez considerar quando da chegada das Irmãs de Notre Dame em 1954, a então Sede Maravilha deveria possuir em torno de 60 famílias, perfazendo um total de aproximadamente 700 a 800 pessoas, moradoras do entorno da área depois considerada urbana. No entanto, aí não é considerada a população rural. Isso levando em conta que quando as irmãs iniciaram as aulas, haviam 211 crianças matriculadas e que cada família talvez possuísse algo em torno de 3 a 4 filhos em média. Quando da emancipação em 1958 considera-se demograficamente algo próximo do censo de 1960. No ano da instalação do município de Maravilha, a Congregação das Irmãs de Notre Dame já atuava no povoado. Havia chegado em 1954 juntamente com os padres da Sagrada Família de Passo Fundo. As irmãs registravam nos relatórios anuais as atividades escolares e da comunidade. Nos Anais do ano de 1958, a irmã Maria Ancila, religiosa que comandava a

organização educacional do Distrito, sobre a instalação do município de Maravilha, ocorrido no dia 27 de julho de 1958, escreveu o seguinte: “De máxima importância é o dia de hoje para a nossa povoação, que com apenas 8 anos de existência passou a ser município” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1958, p. 18). Seis anos antes, em 1952, é enviada uma carta para a matriz da colonizadora Companhia Territorial Sul Brasil, em Porto Alegre-RS, assinada pelo diretor-gerente José Leal Filho e pelo padre Antônio Hammelstein, solicitando uma quadra para a construção de uma casa para o funcionamento da escola. A carta diz o seguinte:

Encontra-se aqui presente, o Revmo. Padre Antônio Hammelstein, que deseja recordar uma palestra mantida com V.S., na presença do signatário, sobre a concessão da quadra urbana nº 4, da Séde Maravilha, para a Mitra da Presalia de Palmas, afim (sic) de que S, Exa., o Sr. Bispo Titular da mesma, providencie na indicação de uma Ordem de Irmãs Religiosas que ai venham estabelecer um colégio.- O Revdmo. Padre Antônio, deseja ocupar a referida quadra e nela construir uma casa para funcionar a Escóla (sic), atualmente sediada no estabelecimento inicial do futuro Seminário dos Missionarios da Sagrada Família, casa esta que será futuramente entregue ás (sic) Irmãs educacionistas.- Transmitindo as intensões (sic) do Revmo. Padre Antônio Hammelstein, esperamos as determinações de V.S., a respeito (CARTA ENDEREÇADA À CIA. SUL BRASIL, Cunha Porã-SC, 26 mai. 1952).

O pedido se refere à construção de uma casa para as irmãs para servir de escola, o que veio a se concretizar somente em 1957. É a partir desse ponto que vamos abordar os primeiros momentos da chegada da Congregação das Irmãs de Notre Dame em fevereiro de 1954 e seu investimento na formação dos filhos de colonos no distrito de Maravilha. Nesse sentido, partimos daqui para tentar entender o cotidiano escolar empreendido pela SND no período de 1954 a 1976, assunto que abordaremos nos próximos capítulos, especificamente no capítulo II.

CAPÍTULO II
A IGREJA CATÓLICA E O ESTADO NO PROCESSO EDUCACIONAL
DO OESTE CATARINENSE: AS IRMÃS DE NOTRE DAME
EM MARAVILHA-SC (1954-1976)

Neste capítulo, vamos apresentar reflexões sobre o projeto político, religioso e educacional no contexto da Primeira República, construído a partir de 1889 até 1930, que repercutiu tardiamente no processo civilizatório/educacional/religioso de Maravilha. É com a Constituição Republicana de 1891 que este projeto é difundido, pois baseado na formação de uma nação com princípios “civilizadores” e patrióticos.

Assim, num primeiro momento apresentamos uma análise dessa educação “desejada” pela República, que visa moldar um novo cidadão com princípios republicanos de “Ordem e Progresso”. A criança passa a ser o objeto para a eminente e possível consolidação deste empreendimento. O espaço visado para a difusão desses princípios hierárquicos é a sala de aula e os lares das famílias. Este “desejo” vai influenciar todo o período seguinte, com respingos na formação da sociedade que se instalará no espaço da colonização. Mas é mister ressaltar que o Estado Republicano, mesmo pretendendo ser laico, se mostrará ineficiente para difundir seus princípios e para isso não dispensará a experiência da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) em especial para conduzir a educação nos locais mais longínquos do espaço da colonização.

Num segundo momento o nosso foco se volta para o início da constituição da educação oficial em Maravilha, com a chegada da SND, momento este forjado a partir de um investimento articulado da “tríade”: Colonizadora, Igreja e Estado. Com relação à formação moral e educacional da sociedade no espaço de Maravilha se buscará, através de processos de “seleção e divisão dos corpos”, constituírem uma “sociedade idealizada”. Isto só será possível a partir deste poder legitimado socialmente que volta seu foco para a “tenra parafina”, ou seja, a criança, procurando “moldá-la” a fim de atingir uma sociedade “civilizada e ordeira”.

2.1 A educação nas colônias de Santa Catarina

Conforme Souza (2003) foram inúmeras as contribuições educacionais realizadas em Santa Catarina pelas instituições religiosas até que ocorresse a implantação efetiva do ensino

público. Segundo o autor, desde a implantação da República brasileira até os anos 1930, não havia se formado nenhum sistema de educação do que pretendia ser a Escola Moderna e Liberal. A Escola Nova, ou escolanovismo, movimento dos anos de 1920, proporcionou um debate sobre os problemas da educação no Brasil. O movimento defendia que a escola poderia transformar a sociedade e levá-la ao desenvolvimento tão almejado por seus defensores. Mesclavam-se aí ideário positivista, contemplando uma tendência para um conceito de nacionalidade e um ideário liberal democrático buscando, através da escola, a cidadania.

Partindo desses ideários, os estados da federação desenvolveram suas próprias políticas educacionais de acordo com a diversidade regional. Apesar disso, houve uma homogeneização, e os estados convergiram para uma escola pública, obrigatória e laica. Os educadores liberais acreditavam que a educação deveria se prestar às necessidades da sociedade, que precisava urgentemente de profissionais capacitados para o mercado que se formava. Todo esse pensamento influenciou na teia social e chegou à escola, que sofreu transformações no ensino primário e também secundário (RODRIGUES, 2006, p. 40). A Constituição Republicana de 1891 rezava que cada unidade da Federação devia se responsabilizar pela instrução pública implementando um regime leigo, democrático e gratuito. As políticas de instrução públicas primária foram levadas a cabo pelos estados.

Dessa forma, em Santa Catarina do início do século XX, a principal reforma educacional se deu sob a batuta da administração do Coronel Vidal Ramos (1910-1914), se estendendo aos governos seguintes de Felipe Schmidt (1914-1918) e Hercílio Luz (1918-1922). No início do século XX os governantes catarinenses adotaram os moldes de ensino público republicano do estado de São Paulo. Isso ocorreu em 1910, quando contrataram profissionais da educação paulistas visando realizar a reforma educacional, buscando promover assim a implantação de modernos métodos de ensino (NÓBREGA, 2003, p. 260).

Com relação à pretendida Escola Moderna, o então governador Gustavo Richard (1906-1910), durante sua gestão, já havia tentado modernizar a instrução pública sem sucesso, procurando alinhá-la ao modelo educacional desenvolvido nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Aliás, o estado de São Paulo com sua Reforma da Instrução Pública passou a ser considerada, a partir de 1891, como a “melhor escola dos grandes empreendimentos e das maiores transformações que a civilização tem operado em terras brasileiras” (RAMOS apud TEIVE, 2003, p. 122), sendo referência para todo o país. A reforma paulista levou em conta os métodos considerados como os mais modernos e aperfeiçoados dos Estados Unidos da América, métodos esses que já vinham sido desenvolvidos pela Escola Americana fundada em 1871 no estado de São Paulo, reconhecida como escola padrão pela forma como concebia

o aluno e sua relação com o conhecimento. Tal proposta estava baseada no método de ensino intuitivo¹¹ (TEIVE, 2003, p. 222).

Mesmo que a Constituição Republicana de 1891 pretendesse assegurar o ensino laico na escola pública, havia dúvidas se ela seria implantada. Essa pretensão do Estado laico em relação à educação era presente, pois,

Tanto o liberalismo [...] quanto o positivismo e sua teoria de ser a religião um estágio primitivo da evolução humana propunham a completa eliminação da presença católica do sistema educacional, laicizando-o radicalmente (MANOEL, 2008, p. 76).

Conforme Souza, esses critérios se sustentavam na compreensão da história linear do progresso humano, onde o indivíduo se via transformado nas entranhas das segundas descobertas científicas¹². Sendo assim,

O homem moderno, concebido pelo liberalismo, tornava-se aos poucos um indivíduo angustiado, “sem valores”, iludido por uma ciência, que, por fim, não lhe proporcionou a fartura e as riquezas que avidamente esperava. [...] Este homem moderno, caracteristicamente individualista, não se sentia à vontade dentro da sociedade, era um estrangeiro na sua própria pátria, sem vínculos e sem identidade (SOUZA, 2003, p. 158).

Depois dos dissabores entre a Igreja e o Estado Republicano, causados pela Constituição de 1891 que separava os dois poderes antes comprometidos pelo Regime do Padroado, houve uma reaproximação a partir da década de 1910. É nesse momento que o Estado sente a necessidade de contar com a experiência educacional da Igreja. Em virtude dos grandes vazios deixados na área educacional, sinaliza dar autonomia às instituições religiosas

¹¹ Cf. Teive (2003, p. 228) o ensino intuitivo ou “*Intueri Intuitus*” ou “olhar e observar” ou ainda “lição das coisas”, é o contraponto ao ensino tradicional da escola monárquica, considerado como atrasado pelos republicanos paulistas. O método Intuitivo deveria ser racional, ativo e concreto e solucionar todos os males da escola monárquica. Esse método propõe contato direto da mente com o objeto sem a intermediação de livros. Os textos, frutos do pensamento dos homens sobre as coisas eram vistos com véus cobrindo o real parcialmente, impedindo a mente de aproximar-se da “fonte da vida”. Essa nova forma de conceber o conhecimento iniciou ainda no século XVII. Sua característica baseava-se na idéia de que a origem do conhecimento estava nos sentidos humanos. Este novo método, dominado pelos modernos professores deveria consolidar a produção através da escola, de um novo homem: o “cidadão republicano”, para uma nova era de “ordem e progresso”.

¹² Cf. Martin Carnoy (2004, p. 36, 37) a doutrina liberal toma “o indivíduo como o foco da análise e o comportamento individual como seu fundamento, porém, ao mesmo tempo, fez várias mudanças importantes e decisivas nos pontos de vista clássicos sobre as relações sociais. Adam Smith, pai da teoria do Liberalismo Econômico argumenta que os homens eram impulsionados pelo “desejo de melhorar sua condição” e o aumento de seu ganho material, ou seja, de seus bens, era o meio pelo qual a maioria deles conseguia chegar à essa condição. Adam Smith também afirma que o indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando se encontrar em uma coletividade de indivíduos, proporcionaria um maior bem estar coletivo. Para isso, Smith delega a responsabilidade acima de tudo no “funcionamento livre e ilimitado do mercado para atingir-se o bem-estar social. O pai do liberalismo econômico afirma ainda que o bem-estar coletivo através da ação individual foi um resultado inconsciente da motivação individual pelo ganho econômico”.

e aos estados a fim de promoverem, dentro de suas especificidades, a própria política educacional. Com efeito, o governo de Santa Catarina incentivou as escolas particulares, sobretudo as católicas, que na extensão e seqüência dos princípios caros a ambas as instituições apostavam na hierarquização social. Não obstante era rotina que as próprias escolas públicas, e as que recebiam subvenção estatal, possuíssem aulas de doutrina cristã e difundissem manuais de catecismo no horário normal de seu funcionamento (SOUSA, 2003, p. 159).

A República, ineficiente para administrar o ensino nos mais longínquos pontos do país, não poderia ignorar a bagagem e a experiência milenar da Igreja Católica na área da educação para assumir esse processo. Com isso, a Igreja tentará “moldar” a criança e conseqüentemente, a sociedade, dentro dos princípios republicanos e cristãos. Percebe-se a partir de 1914, em Santa Catarina, um movimento de aproximação entre Estado e a alta hierarquia católica. Uma aliança permite o ensino religioso oficial em todas as escolas. No dia 12 de março de 1919 um ofício da Secretaria do Interior e Justiça permitia nos estabelecimentos de instrução públicos, o ensino da doutrina católica. O Estado também poderia contar com a rede católica de escolas para difundir seus princípios nacionalistas, de homogeneidade cultural e miscigenação étnica (SOUZA, 2003, p. 171). Nesse período, foi importante a atuação de D. Joaquim Domingues de Oliveira, segundo Bispo Diocesano que foi eleito no dia 2 de abril de 1914 e tomou posse no dia 7 de setembro do mesmo ano. Ele permaneceu à frente da Diocese, que se tornou Arquidiocese em 1927, até o ano de 1967, quando faleceu. Com essa colaboração mútua entre Estado e alto clero católico, D. Joaquim aos poucos cedeu prédios escolares ao Estado em troca da permissão do ensino religioso nas escolas públicas. Esse processo confirmou a intenção inicial da Igreja no início dos anos 1890 em transformar o ensino primário em público, gratuito e popular, mas essencialmente católico. E mesmo considerando o fato da separação entre Igreja e Estado, ambos buscaram comumente tornar a instrução, sinônimo de prosperidade, pois dela dependeria em grande parte a indústria e o comércio. Estavam se consolidando os laços entre as duas instituições, e o dever da escola era de servir à Nação visando formar a criança dentro desse propósito (SOUZA, 2003, p. 170, 171, 172).

O espaço escolar vai se tornar o centro das atenções para insuflar essas idéias de “ordem, progresso” e “amor à pátria”. No período inicial da República no Brasil não havia um projeto educacional público eficaz. A educação popular era desejada por este projeto republicano, que buscava formar um cidadão que respeitasse a hierarquia e servisse aos propósitos da Nação, dentro de uma lógica voltada para a necessidade do mercado capitalista.

No entanto, a educação escolar do período da Primeira República (1889-1930), não buscava atingir setores amplos da população. Muito embora, considerando que nenhum fato acontece isoladamente, ocorreu que na última década dos anos de 1920, com as profundas transformações no cenário econômico, político e social, houve uma expansão e importância crescente da escolarização (RODRIGUES, 2006, p. 31). Concomitantemente a escola se transformou no principal instrumento que proporcionaria ao Brasil superar obstáculos colocados no caminho do almejado desenvolvimento. Além disso, a escola seria um meio eficaz para disseminar novos valores que se queria para a sociedade brasileira (RODRIGUES, 2006, p. 32).

Devido ao aumento da complexidade causada pelas mudanças nas relações de produção da sociedade e aos interesses de diversos grupos, o metodológico e o didático da educação sofria “vibrações”, causadas no tecido social. A educação passava a ser pensada conforme o interesse de cada grupo, voltado ao impulso do desenvolvimento do capitalismo. Devido à essa emergência do capitalismo, a escola deveria preparar os jovens para atender aos anseios do mercado, ou seja, prepará-los para as atividades profissionais. A política educacional que se desenhou nas primeiras décadas do século XX, especialmente após 1930, trouxe à tona os debates sobre os problemas da educação. Sendo assim, os partidários do escolanovismo¹³ viam a educação como instrumento para construir uma nova sociedade (RODRIGUES, 2006, p. 33). E, o espaço escolar representava a fórmula mais eficiente para insuflar nas crianças os ideais de civilização e modernidade (SOUZA, 2003, p.156). Portanto, havia a necessidade de ampliar a rede de ensino com a construção de espaços públicos, mas para isso era preciso superar as dificuldades de difusão nas regiões afastadas. Isto fica um pouco mais claro quando se percebe que:

A emancipação de um Estado Republicano precisava contar com as instituições escolares que contribuíssem com o desenvolvimento da indústria e a difusão de um saber positivista legitimamente aceitável entre a população. A reforma de Benjamin Constant, que tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária, estava de mãos atadas diante da ineficiência do Estado. Portanto, a expansão do ensino e a organização escolar dependiam da influência e da experiência acumulada da Igreja Católica no setor educacional - como é reconhecido na historiografia brasileira - no intuito de dar uma resposta também à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos (SOUZA, 2003, p.157).

¹³ Cf. Rodrigues (2006, p. 31) a Escola Nova se caracterizou por três momentos: o Movimento Renovador de 1920, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 e as Reformas Estaduais de Educação ocorridas em 1920. O movimento escolanovista influenciou a educação brasileira nas primeiras décadas do século XX. Tomou corpo num grupo de intelectuais que ficou conhecido como “profissionais da educação” ou “pioneiros”, porque com eles, as discussões sobre educação saíram do campo político partidário e foram para a sociedade.

Em Santa Catarina “o governo estimulou e subvencionou escolas particulares, principalmente as católicas, que investiam na ordem e hierarquização social. Era comum, escolas públicas e subvencionadas terem doutrina cristã todos os dias fora da hora de expediente e, algumas vezes adotarem manuais de catecismo durante o horário normal das aulas” (SOUZA, 2003, p. 160). A Igreja, ao desempenhar seu papel, reproduzia os princípios republicanos, e, sobretudo, a Igreja possuía princípios que se aproximavam daqueles pressupostos, tais como ordem, obediência e amor à pátria. Os governantes percebiam bem essa interferência da Igreja junto aos sujeitos sociais. Portanto, contar com seu apoio e legitimidade, era uma forma de suprir a deficiência financeira e buscar uma mudança nos sujeitos atingidos por esta escolarização.

Neste contexto, em que o Estado Republicano desejava implantar uma economia moderna, em consonância com o mercado exterior, a Igreja Católica buscava também seguir esses passos de “modernização”, negando seu passado imperial “baseado no padroado, e inaugurava um projeto de cunho reformista europeu” (SOUZA, 2003, p. 157).

Conforme Dallabrida (2001, p. 62), durante a Primeira República, a Igreja Católica reformou-se estruturalmente, se transformando em uma grande instituição disciplinar. A disciplina, esta forma de micro poder - na visão foucaultiana -, será um dos assuntos do capítulo seguinte onde buscaremos compreender de que forma a disciplina circula no espaço escolar e nos lares das famílias dos colonos. De alguma forma os princípios desejados por um projeto de determinado período são construídos a partir dos bancos escolares. Contar com uma instituição disciplinar e normatizadora como a Igreja, nesse momento, foi determinante para o sucesso dessa empresa.

A alta cúpula da Igreja Católica entendia que o momento não era de perder tempo, sobretudo pela grande “onda secularizante” que acabou resultando no seu desligamento do Estado republicano. Com efeito, a Igreja não queria mais ostentar o status governamental, com relação ao poder temporal que possuía na Idade Média ou mesmo no regime de padroado no Brasil colonial e imperial, quando esteve subordinada ao governo. Entendia que era necessário manter a moral cristã e promover uma inserção através da assistência educacional, para com isso assegurar as bases cristãs através do ensino laico e garantir dessa forma a sua inserção na sociedade brasileira (SOUZA, 2003, p. 160).

Nesse processo, é possível perceber na atuação da Igreja Católica, após a Proclamação da República, uma intensa reforma interna que também foi implementada no sul do Brasil e

que buscava implantar no país os princípios da chamada reação católica ou romanização,¹⁴ já em vigor em outros locais desde o século XIX. Consistia na criação dos bispados de Curitiba em 1894 e de Florianópolis em 1908 completada pela importação de vários sacerdotes alemães, italianos e poloneses, que vieram inicialmente para atuar junto às colônias dessas etnias. No entanto, como era grande a carência de padres brasileiros e havia a intenção da renovação das práticas litúrgicas e doutrinárias da Igreja, alguns desses padres europeus foram atuar em locais de predominância luso-brasileira, como por exemplo, no planalto serrano. O objetivo de tal empresa era substituir a prática do catolicismo luso-brasileiro, por um catolicismo ultramontano, europeizado e romanizado (MACHADO, 2004, p. 171).

A chegada de sacerdotes europeus, em substituição aos brasileiros, é mais um elemento constitutivo do processo de romanização do clero no Planalto Serrano catarinense. Nessa região o clero secular foi substituído pela Ordem dos Franciscanos alemães, vindos da Saxônia. A “importação” de princípios cristãos europeizados para as colônias de Santa Catarina se revela como um grande choque cultural. Além desse processo, se verifica nesse momento uma germanização do clero católico, resultando numa ofensiva para impor formas comportamentais à população (MACHADO, 2004, p. 171). No oeste do estado a situação foi um tanto quanto morosa, mas acabou acontecendo com o impulso da colonização e a atuação de padres reformadores vindos, sobretudo, do norte do Rio Grande do Sul.

Os colonos atribuíam uma importância considerável para o fato de seus filhos freqüentarem a escola. Mediante isso, Werlang (2006, p.64) ressalta a necessidade de uma organização comunitária onde não faltasse igreja e escola para colonos teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos, organizados em colônias diferentes, a fim de evitar conflitos e facilitar a prática da sua religiosidade e o exercício da educação nos idiomas predominantes em cada localidade.

A organização dos núcleos populacionais foi fundamental para o progresso da colonização. A existência de estradas, comércio e o atendimento religioso e educacional atrairiam novos colonos que já não vinham vislumbrados por belas propagandas, mas a partir das informações de parentes e conhecidos instalados na região (WERLANG, 2006, p.69).

¹⁴ Cf. Norberto Dallabrida (2001, p. 64, 65) o catolicismo romanizado foi gestado na Europa e trazido para o Brasil como elemento cultural europeu do império oitocentista se caracterizando como “verdade” vinda da Sé Romana. Buscava produzir fiéis disciplinados e submissos à hierarquia católica. A Romanização foi introduzida no Brasil de forma silenciosa nos anos de emancipação política do Brasil. Em Santa Catarina, a Romanização foi introduzida nos locais de imigração européia pelos próprios imigrantes e pelos poucos padres que davam assistência nas colônias. Isto ocorreu na segunda metade do século XIX nas colônias de imigrantes alemães, italianos e poloneses, porém de forma fragmentada, devido à precariedade da presença institucional da Igreja Católica nestes locais.

A escola e a Igreja estiveram intimamente ligadas. A escola, que exercia papel fundamental dentro das colônias geralmente era construída em forma de mutirão. O professor, mesmo sem formação, era recrutado na própria comunidade e se responsabilizava também pela organização das festas e construção da escola. Exercia também a função de conselheiro das famílias desestabilizadas pela doença e pela pobreza (BAVARESCO, 2005, p. 93, 96).

Conforme Souza (2003, p.160) a Igreja buscava “promover uma ação assistencial e educacional que permitisse dar as bases cristãs ao ensino laico e garantisse sua inserção e permanência na sociedade brasileira”. O autor lembra ainda que o cenário possibilitava o surgimento de rede escolar católica popular dotada de referencial cristão-romanizador. Surgem então as Escolas Paroquiais, criadas através de Carta Pastoral de 2 de março de 1900, assinada por Dom José de Camargo Barros, Bispo da recém-criada Diocese de Curitiba, instalando essas escolas no Paraná e em Santa Catarina. Neste último estado elas foram fundadas inicialmente na região leste catarinense, instituindo paradigma cristão através da catequização.

A aparente indiferença pela educação escondia as difíceis condições em que os imigrantes viviam e a impossibilidade financeira de os filhos freqüentarem a escola. [...] investir nas escolas passou a ser uma ação intencional da Igreja Católica, das elites das localidades, da diplomacia italiana e do governo republicano, que somente passou a impor a escola pública nas colônias estrangeiras quando encetou a campanha para a construção de uma identidade nacional. Através da escola primária e por meio do poder simbólico, esses líderes procuraram criar um imaginário social, constituir sujeitos e significar esse espaço segundo suas representações (OTTO, 2003, p.106).

Estas escolas paroquiais geralmente ficavam em algum prédio da Igreja, eram mantidas por famílias da comunidade e subvencionadas pelo poder público. O crescimento dessa rede foi significativo em Santa Catarina, que chegou a ultrapassar quantitativamente a escola pública. O estado republicano tinha uma dupla intenção: adestrar os corpos para o empreendimento produtivo e o acesso a educação formal proporcionada aos filhos da burguesia (SOUZA, 2003, 163, 164).

Segundo Otto (2003, p. 109) o Vale do Itajaí-Açú e Sul catarinense foram as regiões “onde se formaram os principais núcleos coloniais italianos a partir de 1875”, locais onde surgiram as primeiras escolas italianas. Porém, a autora cita que no início da colonização da região oeste de Santa Catarina, a instrução não difere das regiões Sul e Norte de Santa Catarina. Assim, para impulsionar essa empresa, as “escolas paroquiais” surgem ainda no período inicial da Primeira República para atender às necessidades educacionais dos filhos

dos imigrantes. Na verdade elas se identificavam com as escolas italianas na medida em que eram freqüentadas por filhos de italianos e as aulas, conduzidas em língua italiana. As Escolas Paroquiais foram fundadas por iniciativa de padres com apoio dos próprios colonos, tendo em vista que a maioria deles era católica. Pela Constituição de 1891 as escolas públicas deveriam ser laicas, como já mencionamos. Entretanto, visando dar conta da expansão do ensino por todo o território em Santa Catarina, em geral, foram os padres que dirigiam as escolas. Eram eles também que contratavam e demitiam professores. Os professores que não eram católicos praticantes eram excluídos do sistema educacional. Além disso, os livros que não estavam alinhados com a doutrina católica eram excluídos do ensino (OTTO, 2003, p. 114, 115). Nesse período a instrução passou a ser conduzida por escolas particulares católicas paroquiais ou simplesmente particulares que recebiam alguma forma de incentivo municipal, estadual ou mesmo do governo italiano (OTTO, 2003, p. 111).

Com relação aos momentos iniciais da educação neste projeto pensado cuidadosamente. Analisando a forma como foi sendo construído o desejo de instalação de uma escola em Maravilha, sendo que num primeiro momento a Cia. Sul Brasil subvencionava o funcionamento da escola e depois passou para responsabilidade do Estado, a escola, após a chegada das Irmãs de Notre Dame, passa a ser marcadamente confessional (lembramos que havia muitas famílias luteranas na colônia Maravilha, entretanto, a escola estava direcionada a outra proposta confessional, mesmo que tolerante às crianças de outras religiões, no caso as luteranas), subvencionada pelo estado de Santa Catarina.

Os anseios educacionais no período da Primeira República perdurarão para além de 1930. O Estado Novo assumiu apenas um papel de subsidiário na educação brasileira. A lei que afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado, foi substituída por um texto que o desobrigava de expandir o ensino público. O artigo 149 da Constituição de 1934 rezava que “A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país”. Já o artigo 125 da Constituição de 1937, afirmava que “A educação da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 81).

A Carta de 1937 institucionalizou a divisão de classes, extinguindo a igualdade dos cidadãos perante a lei na medida em que condicionou as classes mais pobres a opção pelo ensino profissionalizante. O objetivo da Carta era legitimar um dualismo educacional, ou seja,

os ricos usufruíam da rede de ensino pública e particular e os pobres deveriam ir para as escolas profissionais (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 82).

As leis orgânicas do ensino, chamadas de Reforma Capanema, constituíram-se em seis decretos-leis durante o período do Estado Novo (1937-1945) que estabeleciam normas para o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Tais leis se caracterizaram por ser uma reforma elitista. Foi um período de criação de diversas entidades educacionais. É desse contexto a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), além do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 83). Ainda conforme o autor:

O Estado Novo foi uma ditadura. Um regime sem o funcionamento do Congresso Nacional, sem partidos legais, sem eleições. Desenvolveu-se o fortalecimento do Estado no sentido de melhor servir aos interesses do capitalismo na sua política de controle das classes assalariadas [...]. Seguindo a tendência já esboçada no início dos anos 30, o período ditatorial incentivou a participação do Estado em assuntos econômicos, no sentido de proteger atividades econômicas já existentes e de favorecer o surgimento de novas. Entre 1946 e 1964 vigorou a Constituição de 1946 que era liberal e procurou colocar “dentro da ordem” as lutas político-partidárias. Num cenário político conturbado tramitou durante treze anos o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que deveria reformar a lei educacional do país (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 83, 112).

Após várias idas e vindas o projeto recebeu um substitutivo que alterava completamente o texto original. O substitutivo trazia para o interior do projeto as teses do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948. Isso significou que o substitutivo trouxe para a lei os interesses dos donos das escolas particulares. Dois anos antes, em 1956 já acontecia um amplo debate na sociedade civil, entre os defensores da escola pública e os defensores da escola particular. Era um momento de crescimento da rede de ensino pública e os donos das escolas particulares, na falta de um forte argumento, se apropriaram dos discursos da Igreja Católica, ou seja: de “liberdade de ensino” e do “direito da família na educação dos filhos” (GHIRALDELLI JR., 1990, p. 113).

Entre os anos de 1930 e 1960 o quadro educacional do país cresceu, para atender a uma expansão demográfica, resultante do contexto econômico daquele momento. No oeste catarinense o aumento demográfico foi contemplado com um conseqüente aumento de escolas, que sintetizavam os princípios educacionais vividos no país. As áreas mais remotas possuíam uma enorme carência de escolas, tanto mais porque era a população local que

empreendia esforço no sentido de instalar escolas no “arranque” da colonização. Na década de 1950 não há avanços no campo educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 ainda conservava características tradicionais (ANDRADES, 2006, p. 74, 75).

O ensino primário necessitava um fortalecimento, devido a conseqüente falta de assistência nas áreas mais longínquas de recente ocupação. Devido a falta de uma orientação de cunho nacional para a educação até 1946 quando passa a vigorar a nova Lei Orgânica do Ensino Primário, as especificidades eram conduzidas pelos estados, que trazia a tona grandes disparidades entre as regiões do país. Em meados da década de 1950, a educação no governo de Juscelino Kubitschek, sofria com a falta de rumos e definições e medidas que proporcionasse avanço (ANDRADES, 2006, p. 75, 77).

2.2 SND em Maravilha

Levando em conta o contexto em que surgem as escolas para atender às necessidades educacionais dos filhos dos migrantes e também a necessidade do processo de colonização, é que esses dois setores - educacional e colonizatório - consolidam uma aliança derivada da teia de interesses que busca, através de práticas capitalistas, alavancarem o “progresso” e o “desenvolvimento” da região. É neste cenário que a Cia. Territorial Sul Brasil, colonizadora responsável pela venda de lotes aos colonos em Maravilha, visando criar um atrativo para valorizar as terras, providencia a criação de uma escola também nessa localidade (esta exigência também era parte do acordo com o Estado, quando da concessão de terras para as empresas – entre os termos estava a necessidade de criação de infraestrutura nas regiões de colonização). Era presente a idéia que o recém-formado povoado tivesse uma escola, pois, sem dúvida, isso era interessante para os colonos que desejavam instruir seus filhos para além de migrar em busca de melhores condições de vida e trabalho. Nesse contexto, de fato, Colonizadora, Igreja Católica e Estado, andavam de mãos dadas, pois a colonizadora, para atrair os compradores e convencê-los a adquirir as terras, estava oferecendo a possibilidade da prática religiosa para os migrantes e, principalmente, educação para seus filhos. Encontramos um exemplo disso quando percebemos que a religiosidade dos colonos era significativa e que a Colonizadora sabia da importância de possibilitar a religião para atrair novas famílias de colonos (WERLANG, 2006, p.68).

Existe uma contradição no que tange à data do início das atividades educacionais em Maravilha. Conforme De Lemes (2005, p. 21,22), essas tiveram início no mês de março de

1951 com a chegada, a convite da Cia. Sul Brasil, da considerada primeira professora, Amélia da Silva Oliveira que residia em Seberi – RS. Segundo a autora, chegando em Maravilha, a professora passou à atender 25 crianças. Não havia um local próprio para a escola. A Colonizadora alugou uma sala e remunerava a professora. Era uma escola particular sem apoio de órgãos públicos. As aulas aconteciam pela manhã e todos os alunos de primeira à quarta séries estudavam juntos, constituindo-se assim em uma escola multisseriada denominada de Escola Maravilha (DE LEMES, 2005, p. 21, 22).

Já para Pilati (1991, p. 110), Amélia da Silva Oliveira alimentava o desejo de ser professora em Maravilha, local para onde seu esposo Lucival foi recrutado para trabalhar com seu irmão Odilon que era subempreiteiro da Cia. Sul Brasil. Chegaram a Maravilha no dia 16 de janeiro de 1951. Dona Amélia iniciou as atividades educacionais com 52 ou 53 alunos e quem pagava a professora era a colonizadora. Sobre essa divergência em relação aos números, até o momento não foi identificado documento que comprove as perspectivas de Pilati ou De Lemes. Porém, no Relatório Geral do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete do ano de 1969 consta o seguinte:

A semente da cultura e do saber foi lançada na mata, já não mais virgem, deste rincão oestino, pela abnegada Sra. Dona Amélia dos Santos, que a título de professora particular, a pedido do gerente da “Companhia Sul Brasil” Dr. José Leal Filho. Dedicou horas e dias preciosos de sua vida à instrução dos filhos dos pioneiros e bandeirantes desta região, então pertencente ao distrito de Cunha Porã, Município de Palmitos, isso em 1950 (RELATÓRIO GERAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1969, p. 5).

A professora Amélia, grávida e morando longe da escola, que na ocasião era improvisada, desistiu de dar as aulas no final de 1951 (PILATI, 1991, p. 113). Todas as dificuldades a enfrentar, fizeram-na repensar a continuidade do exercício do magistério. Levando em conta a dificuldade de conciliar trabalho e família, desistiu da docência e se dedicou aos afazeres domésticos (DE LEMES, 2005, p. 22). Assim, foi contratado David Gottardo, sendo o primeiro professor a conduzir a educação na Sede Maravilha. Torna-se mister fazer uma analogia sobre a forma inicial da prática educacional nas colônias. Conforme Otto (2003, p. 107) a educação nos primórdios da colonização italiana no sul de Santa Catarina, por exemplo, iniciou em escolas primárias que eram particulares com algum colono mais instruído conduzindo as aulas. As escolas funcionavam geralmente na própria casa do professor ou nas capelas. Quando as condições permitiam, se construía a escola ao lado da capela. Eram escolas que funcionavam com condições precárias de instalação e tinham uma

existência efêmera. Situação semelhante foi observada na colônia Maravilha, Oeste Catarinense, como vimos.

Conforme Gialdi (2003, p. 193) no ano seguinte (1952) o local das aulas passou a ser o galpão do Padre Antônio¹⁵ (Figura IV) que ficava junto ao seminário em construção, quando as aulas passaram a ser conduzidas pelo professor David Gottardo, transferido de Linha Borivi que pertencia a Chapecó. Um Decreto assinado pelo prefeito de Chapecó em 25 de fevereiro de 1952 transferiu o professor para a Sede Maravilha – então Distrito de Cunha Porã, designando-o para o turno A e para o turno B. Este último recém-criado devido ao aumento no número de alunos matriculados (GIALDI, 2003, p. 193).



Figura IV: Galpão do Padre Antônio. Na placa: "Natal em Maravilha em 1951. Inauguração da Casa dos Missionários da Sagrada Família como princípio do pré-Seminário". Acervo: Museu padre Fernando Nagel

¹⁵ Cf. Pilati (1991, p. 130) o padre Antônio Hammelstein (1899-1965), natural de Colônia na Alemanha, foi combatente na Primeira Guerra Mundial. Veio para o Brasil em 1939, trabalhando inicialmente em Torres - RS. Mais tarde trabalhou em Passo Fundo-RS e em São Carlos-SC simultaneamente. Quando recebeu o convite para construir o Seminário de Maravilha, ainda era ecônomo no Seminário São José de Passo Fundo. Às 0500 horas da tarde no final de novembro de 1951 partiu em companhia de dois jovens religiosos de frente à matriz Nossa Senhora da Conceição de Passo Fundo em direção à Maravilha, aonde chegou no dia 18 de dezembro, após "dias de aventura pelo mato". Em Maravilha construiu um galpão nas terras doadas pela Cia. Sul Brasil para construção do Seminário, com a ajuda dos moradores. O galpão do padre Antônio era um misto de escola, igreja, salão de festas e moradia do padre.

Porém, analisando uma carta enviada pela Seção Técnica de Cunha Porã ao escritório da Cia. Sul Brasil sediado em Passarinhos, compreendemos que a empresa subvencionava a educação para as crianças filhos dos colonos. Além disso, há evidências de que nesse momento havia a intenção de a Colonizadora repassar essa tarefa para o poder público:

Informamos V.S., de que, em virtude de providencias que, ao que nos consta, estão sendo tomadas pelos poderes Publicos (sic) e outros interessados para a instalação de uma Escola Municipal, ou Estadual, na Sede Maravilha, estamos desobrigados de subvencionar a professora, Sra. Amélia da Silva Oliveira, como até então vínhamos fazendo (CARTA Nº 52/1 PARA OTTO MUSSNICH DIRETOR GERENTE EM PASSARINHOS, Cunha Porá, 19 jan. 1952).

O galpão de madeira pertencente a Igreja Católica, além de escola em 1952, servia também de moradia para religiosos e capela. Em outra carta enviada pela Seção Técnica de Cunha Porã para o escritório em Passarinhos, datada de 25 de junho de 1952 consta que através do Decreto 289 de 24 de maio de 1952, o governo do estado de Santa Catarina transferiu para a Sede Maravilha a Escola Isolada de Lajeado Pião, Distrito de Guatambu, que na época pertencia à Chapecó.

Aqui está presente o Rvdo. PE. Antonio Hammelstein, informado de que a Prefeitura de Chapecó, em face do Decreto acima, comunicou a extinção da Escola Municipal que mantinha naquela Sede. Hoje o Rvdo. PE. Antonio acompanhado do professor municipal Sr. David Gottardo então procurando contato com as autoridades competentes para situarem-se no caso (CARTA DA SEÇÃO TÉCNICA AO ESCRITÓRIO DA CIA. SUL BRASIL EM PASSARINHOS, Cunha Porá, 26 jun. 1952, p. 01 e 02).

No dia 30 de maio de 1952, através de ofício, o presidente da Cia. Sul Brasil autorizou a doação da madeira para a construção da escola, o que foi realizado pela comunidade. A construção tinha a medida de 4 X 5 metros, com aberturas de madeira maciça, algumas com o local para colocação de vidros (Figura V). Aquela casa foi demolida no dia 09 de agosto de 1958, para dar lugar às instalações do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete (GIALDI, 2003, p. 194). O terreno onde foi construída a escola mais tarde foi doado pela Cia. Sul Brasil para a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora - Notre Dame (RELATÓRIO GERAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1969).

O objetivo da instalação da Congregação de Notre Dame em Maravilha era a expansão da colonização. Além da presença dos padres e do seminário, era fundamental que alguém cuidasse da educação, dos princípios e valores morais da população. Esta era a tarefa principal da vinda das Irmãs de Notre Dame à Maravilha, mas as irmãs, com o tempo,

também se dedicaram à saúde, além do proselitismo religioso e outras tarefas requeridas no cotidiano colonial. As Irmãs, com sede provincial em Passo Fundo, já haviam vindo a São Carlos a partir de negociação com a Companhia Territorial Sul Brasil. Com a expansão da colonização, a empresa leva as irmãs para o novo povoado de Maravilha. As religiosas se estabeleceram para implantar o ensino para os filhos dos colonizadores, baseados na filosofia cristã.

No ano de 1953, a madre provincial Maria Irmengarda da Província de Santa Cruz, acompanhada da irmã Maria Aleta, se dirigiram para Maravilha para implantar uma escola primária com o objetivo de educar as crianças, filhos dos colonos. No dia 11 de fevereiro de 1954, as irmãs Maria Borja, Maria Zenaide, Maria Florentina, Maria Reinildes e Maria Aurora, após um acerto feito com a Cia. Sul Brasil, também seguiram de São Carlos em direção a Maravilha. A Congregação de Notre Dame, dedicada à atuação na educação, estava chegando para conduzir a educação no povoado.

A transferência de São Carlos para Maravilha teve a influência da Companhia Territorial Sul Brasil e dos padres Missionários da Sagrada Família, que necessitavam de auxílio nas atividades de noviciado que se iniciavam. Foi em fevereiro do mesmo ano que chegaram os primeiros seminaristas (DE LEMES, 2005, p. 25).

Em relação ao Seminário Nossa Senhora de Fátima, a Cia. Sul Brasil doou o terreno para a construção do mesmo. A Colonizadora sabia da necessidade dos colonos praticarem sua religiosidade e de seus filhos terem acesso à educação, pois isso era um fator determinante para a expansão da colonização. A história do Seminário em Maravilha está intimamente ligada aos padres Missionários da Sagrada Família. A atuação dessa Congregação se delimitou a área localizada entre os rios Uruguai, Antas e o Chapecó, região colonizada pela Cia. Sul Brasil.



Figura V: Inauguração da Casa dos MSF como princípio do pré-Seminário, Natal de 1951. Acervo: Museu padre Fernando Nagel.

Decidiu-se por ser Maravilha o local em que seria construído o seminário. Segundo Gialdi (2003, p. 147), o motivo da construção, foi devido “a centralização de Maravilha na extensa área de terras da Cia. Territorial Sul Brasil”. A criação do Pré-Seminário Nossa Senhora de Fátima ocorreu no dia 25 de novembro de 1953 (GIALDI, 2003, p.149), sendo que a inauguração aconteceu no dia 28 de fevereiro de 1954. Na festa de inauguração, que foi organizada pelas irmãs de Notre Dame, estava presente a madre provincial Maria Irmengarda (GIALDI, 1993, p.118). Ao se tomar distância para investigar estas representações, se percebe que a formação da sociedade vai se configurando embasada na educação religiosa. A religiosidade está presente nos momentos iniciais da colonização. A Sede Maravilha se diferencia de outros pontos da colonização, pela sua diversidade religiosa e, isso, segundo Gialdi (2003, p. 157) foi fator determinante na formação sociocultural desta sociedade, diferente das demais sedes da região, embora a marca católica tenha sido forte na comunidade maravilhense.

Dom Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello (O.F.M). da Prelazia de Palmas-PR ¹⁶ foi o primeiro bispo a visitar Maravilha. Isso aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1952 (Ver

¹⁶ A Prelazia de Palmas caracterizou o campo eclesiástico sobre as paróquias localizadas na região oeste de Santa Catarina entre 1933 e 1958

Figura IV). Muitas pessoas se concentraram naquele dia para recebê-lo nas imediações do Seminário que estava sendo construído (GIALDI, 2003, p. 159).



Figura VI: primeira visita bispal em Maravilha em 13 de fevereiro de 1952.
Acervo: Museu padre Fernando Nagel.

Como já foi dito, o primeiro colono morador da Sede Maravilha teria sido Otto Jahnel. Sua casa servia para atender aos viajantes que chegavam em busca da compra de terras. Era uma espécie de hotel e bar para os viajantes. Porém, foi aí também que começaram os primeiros encontros religiosos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). No dia 06 de abril de 1953 foi realizado o lançamento do “cepo fundamental” da Igreja Evangélica (Figura VII). Ainda neste ano foi concluído o templo, todo de madeira bruta, construído com apoio da comunidade evangélica e inaugurado no dia 17 de maio daquele ano. (GIALDI, 2003, p. 172, 173).



Figura VII: lançamento do cepo fundamental da primeira Igreja Evangélica, Páscoa de 1953. Acervo: Museu padre Fernando Nagel.

É mister ressaltar o caráter misto da prática religiosa na Sede e depois Vila Maravilha. No entanto, a educação “oficial” foi conduzida pela SND. Como já foi dito anteriormente, a colonizadora Sul Brasil sabia da necessidade da religiosidade na colônia. E, para atrair as famílias procurava organizar a vida comunitária. Sendo assim, o diretor gerente da Cia. Sul Brasil, Carlos Culmey distribuiu os colonos conforme sua representação cultural e religiosa. Dessa forma, entendia, evitava conflitos e favorecia o acesso à educação e ao atendimento religioso. Essa política dividiu o espaço de tal forma que as terras entre os rios Chapecó e Barra Grande foram para os teuto-brasileiros católicos, dando origem a São Carlos, Pinhalzinho, Saudades e Cunhataí. Do rio Barra Grande até o rio São Domingos (atual município de Palmitos), as terras foram destinadas para os teuto-brasileiros evangélicos. Do rio São Domingos em diante até o rio Iracema, o espaço foi demarcado para os ítalo-brasileiros, dando origem ao município de Caibi. Entre o rio Iracema e o rio das Antas a demarcação foi para os teuto-russos de religião evangélica, dando origem ao município de Riqueza. Os teuto-russos católicos ocuparam uma parte da área destinada aos teuto-brasileiros católicos em Aguinhas, São Carlos. Como o fluxo aumentava algumas seções próximas ao rio São Domingos, inicialmente demarcado para teuto-brasileiros evangélicos, foi vendido aos

italo-brasileiros. Esta característica de divisão dos colonos por etnia e religiosidade, se faz sentir nos dias de hoje. Saudades e São Carlos são formados essencialmente por teuto-brasileiros católicos e Caibi por ítalo-brasileiros.

Em todas as localidades criadas a organização comunitária com base na escola e na igreja foi fundamental para o sucesso da empresa da colonização (WERLANG, 2006, p. 64-68). Sobretudo, a educação se apresenta como uma estratégia para a reprodução do campesinato e a manutenção da unidade da propriedade. Entendemos assim, verificando a passagem a seguir:

Há ainda o papel da vocação religiosa, que é apresentada como peculiar aos imigrantes. Esta “vocação religiosa” dos descendentes de europeus foi determinante do grande número de seminários na região de imigração européia, no sul do país. O encaminhamento dos filhos de colonos ao seminário fazia parte da estratégia de reprodução social do campesinato, deserdando-os, para manter a unidade da propriedade. De outro lado, para os colonos era importante estar assegurada a presença do clero nas novas colônias. No caso aqui tratado houve a doação de terrenos para Igreja, conventos (RENK 1993, p. 14).

Além da presença dos padres, era fundamental que alguém cuidasse da educação, dos princípios e valores morais da população. Esta parecia ser a causa principal da vinda das Irmãs de Notre Dame. A passagem a seguir denota que o padre Antônio teve participação fundamental para a instalação da Congregação em Maravilha à partir de 1954:

A chegada das irmãs espalhou uma onda de júbilo e otimismo sobre todos os quadrantes da colonização e repercutiu fundo nos centros alimentadores da imigração. Era mais uma vitória de padre Antônio, que articulara a doação, junto à Sul Brasil do Dr. José Leal Filho, das terras do futuro colégio, às irmãs (no local onde já funcionava a escola), e convencera em Passo Fundo, o comando superior da Congregação das Irmãs de Notre Dame a assumir a direção do ensino em Maravilha. Tempos antes, com efeito, estivera em Maravilha, vistoriando o local e as condições, na companhia de padre Antônio, a figura carismática de Madre Júlia que, em rápida passagem, conquistou um afeto imorredouro no coração dos maravilhenses (PILATI, 1991, p. 191, 192).

Com isso o processo de colonização foi acelerado, pois na medida em que é proporcionada a educação e a religiosidade para as crianças, novas famílias se motivam a vir para Maravilha. De Lemes (2005, p. 27) corrobora essa perspectiva ao enfatizar que: “A forte influência religiosa era eminente. O fato das irmãs estarem à frente da escola, atraía ainda mais colonizadores”. A passagem a seguir propõe que ao chegarem nesta nova terra, os colonos queriam local para praticar sua religiosidade e educação para seus filhos.

As primeiras famílias que aqui enveredaram ficaram distantes das povoações e sofriam a carência de orientação espiritual, catequese e escola para oportunizar aos filhos uma educação plena. Atendendo a esse chamado, em 1953, a madre provincial Maria Irmengarda, da Província de Santa Cruz, com sede em Passo Fundo (RS), acompanhada por uma irmã, colocaram-se a caminho em direção a esta comunidade que rapidamente vinha crescendo. Junto trouxeram o plano de começar uma escola primária para as crianças daqui (GIALDI, 2003, p.135).

A atuação da SND ultrapassou os limites da França. Nasceram duas outras Congregações independentes inspiradas no trabalho de Amiens. Uma em Amersfoort na Holanda e outra em Coesfeld na Alemanha que se tornaram instituições voltadas também para a educação. A Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld, foi fundada em 1855, quando se tornou independente de Amersfoort, (fundada em 1822), no mês de junho. As religiosas que vieram para o Brasil pertencem a essa Congregação alemã. O dia primeiro de outubro de 1850 é tido como a data oficial da fundação da SND, muito embora sua forma independente aconteça cinco anos mais tarde. Santa Júlia é tida como fundadora espiritual, enquanto que a irmã Maria Aloysia¹⁷ (Hilligonde Wolbring) é considerada a fundadora, e irmã Maria Ignatia (Elizabeth Kühling) como cofundadora. As duas religiosas exerciam naquele período um trabalho educacional junto às pessoas pobres, recebendo apoio institucional a partir de 1850, após entrar em contato com a Congregação de Amersfoort. (ZANOTTO, s/d). A Congregação cresceu e espalhou-se pelo mundo¹⁸. Estão presentes atualmente em cinco continentes, onde atuam na Alemanha, Holanda, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Brasil, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Papua Nova Guiné, Moçambique, Tanzânia, Uganda, Quênia, Filipinas, China e Vietnã do Sul e Nicarágua.

No Brasil, a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld possui duas províncias: Província de Santa Cruz em Passo Fundo-RS e Província Nossa Senhora Aparecida em Canoas-RS (LOPES, 2007, p. 12, 44, 45, 46). O início da missão no Brasil se dá em 07 de julho de 1923 em Não Me Toque e em Passo Fundo, à pedido do Fr. Jacob Höfer OFM que desempenhava suas atividades em Não-Me-Toque. O objetivo da vinda das irmãs era conduzir escolas em regime de internato e externato. Do grupo inicial de 10 religiosas que aportaram por aqui, se originaram dois núcleos: o de Não-Me-Toque (na época conhecido como Distrito Missionário de São José), aí estabelecido de 1923 a 1936 e depois em Passo

¹⁷ Irmã Maria Aloysia morre em 1889, de tuberculose em Cleveland, EUA, local onde foi enterrada.

¹⁸ No ano de 1900 foram aprovadas as primeiras constituições, que regem a Congregação das Irmãs de Nossa Senhora de Coesfeld, pela Sagrada Congregação para a Propagação da Fé, condecorando aquela com o Decreto de Louvor assinado pelo Papa Leão XIII (1878-1903). A partir disso a Congregação das Irmãs de Notre Dame de Coesfeld, passou a ser uma congregação pontifícia (ZANOTTO, s/d).

Fundo acabou instituindo a Província de Santa Cruz, em 1937. No entanto, o processo educacional foi iniciado ainda em 1923 em ambas as localidades.

Com relação à forma organizacional da SND, sua inserção nesse cenário se dá devido a uma reação católica levada a cabo no Brasil a partir da primeira metade do século XX. Concomitantemente a expandiu-se rapidamente. Essa expansão é forte até os anos 1960, quando a SND passa a atuar com pastoral, noviciado e implantação de casas em regiões de frente colonizatória, aliás, o que vem à acontecer em Maravilha em 1954. A expansão é percebida na medida em que hoje atuam em vários estados da federação como, por exemplo, além do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, estão presentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Acre e Maranhão. Sua estrutura se apresenta de três formas: geral, provincial e local (ZANOTTO, s/d). A Congregação possui uma Madre Provincial. Atualmente está no cargo de Madre Provincial, Lori Steffens, atuando na Província de Santa Cruz.

Como já enfatizamos, no ano de 1953, a madre provincial Maria Irmengarda, acompanhada da Irmã Maria Aleta seguem a Maravilha, com o objetivo de implantar uma Escola Primária para educar as crianças. Chegando a Palmitos-SC se dirigiram para a Casa Canônica em busca de informações, onde souberam que eram aguardadas em Maravilha. Seguiram viagem, acompanhadas do padre Antônio Hammelstein e um motorista colocado à disposição por Leal Filho, diretor-gerente da Cia. Sul Brasil, sediado na Seção Técnica de Cunha Porã. À tarde seguiram caminho em um Jipe pela estrada recém aberta por entre a floresta (GIALDI, 2006, p. 185). A irmã Maria Aleta assim descreveu esta aventura:

Caindo hora para lá e hora para cá; hora para frente e hora para trás, por cima de tocos e pedras, e o bom Deus no céu abençoou a nossa peregrinação com uma chuva abundante. Assim chegamos perto de um lugar que já tinha um grande galpão e algumas casas de madeira, meio escondidas no mato. Este lugar já tinha o nome de Cunha Porã [...] Quando chegou a noite nós também chegamos no fim da viagem. Onde? Não se podia ver. Só vimos um galpão num lugar um pouco mais alto. Aqui paramos. Era a moradia do Padre Antônio [...] Ele nos disse que não precisávamos ter medo, pois ele sempre estava de noite armado de revólver em cima da cadeira na frente da cama. De vez em quando ele dava um tiro que ecoava pelo mato para afastar os ladrões e assaltantes. Quando clareou o domingo o Padre tocou o sino que estava pendurado na frente da igreja provisória em cima de um cavalete de madeira. Pouco a pouco um grupinho após outro aparecia para assistir a santa missa. Foi edificante o zelo e a devoção do povinho. E que surpresa quando o sr. Padre apresentou as duas irmãs e o motivo de sua visita (ANAIS DA CONGREGAÇÃO DE NOTRE DAME apud Gialdi, 2003, p. 185).

No ano seguinte, em 1954, a Congregação se instalou no povoado. A viagem de Maria Irmengarda e Maria Aleta, até a Vila Maravilha teve o objetivo de conhecer o local e preparar a chegada definitiva das outras cinco irmãs. Estas saíram de Passo Fundo no dia 10 de fevereiro de 1954. Maria Florentina, Maria Renildis e Maria Aurora para trabalhar no seminário e Maria Borja e Maria Zenaide para atuarem na área da educação na Escola Reunidas Vera Gomes de Miranda¹⁹, atual Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Salete (GIALDI, 2003, p.186). Pernoitaram em São Carlos, onde eram aguardadas pelo padre Antônio, com uma caminhonete cedida pela Companhia Territorial Sul Brasil.

Em 12 de fevereiro de 1954 chegaram as irmãs de N. S., Irmãs Maria Borja e Maria Zenaide, para assumirem a direção da escola. Haviam deixado as plagas gaúchas num ato de generoso heroísmo de verdadeira vocação missionária (RELATÓRIO GERAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1969, p. 05).

Quando chegaram a Maravilha, com a caminhonete enfeitada, foram recebidas por um coro de crianças que entoavam “louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo”. Foram conduzidas em procissão, tendo 6 crianças à frente, todas vestidas de anjo. A procissão subiu o morro do Seminário e se dirigiu até a capela (GIALDI, 2003, p. 186). A partir desse momento as religiosas passaram a residir no Seminário Nossa Senhora de Fátima. Lá estavam 4 irmãs professoras e 1 neoprofessa. As religiosas passaram a exercer atividades diversas no local. A irmã Maria Florentina era a supervisora e passou a cuidar da costura. A irmã Maria Reinildis era prefeita e professora dos pequenos seminaristas. A irmã Maria Aurora passou a cuidar da cozinha e da horta. A irmã Maria Borja era professora no 2º, 3º e 4º anos. Além disso, tinha que cuidar da ornamentação do altar da capela, “cuidar da roupa de goma e fazer rufos”, e também: “Cuidar das filhas de Maria”²⁰. As “Filhas de Maria” eram mulheres “leigas” da própria comunidade que auxiliavam as irmãs nos eventos religiosos. Não tinham vínculo com a Congregação. E finalmente a irmã Maria Zenaide, professora da mesma escola no 1º ano devia também ornar o altar da capela, cuidar da roupa da capela e serviços de casa na clausura (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 01).

¹⁹ Cf. Relatório Geral do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete de 1969, no ano de 1954 a escola desdobrada passou a se chamar “Escolas Reunidas Vera Gomes de Miranda professora no Leste. O pai desta professora teria doado um quadro com a foto da mesma à escola que foi colocado na sala de aula. Quando passou a Grupo Escolar o mencionado Sr. Pediu o quadro de volta”. Quanto à designação de “Escolas Reunidas”, é devido ao fato de que existiam as escolinhas isoladas onde havia mais de uma turma em uma mesma sala ou mais de uma escola. As chamadas escolinhas multiseriadas contemplavam de 1ª à 4ª série.

²⁰ As “Filhas de Maria” eram mulheres “leigas” da própria comunidade que auxiliavam as irmãs nos eventos religiosos. Não possuíam vínculo com a Congregação.



Figura VIII: Irmãs de Notre Dame com crianças. No alto o Seminário e a Capela. Acervo: Museu padre Fernando Nagel, meados dos anos 1950.

As irmãs Maria Borja e Maria Zenaide passaram a desempenhar suas atividades na educação, enquanto que as demais, irmã Maria Aurora, Maria Reinildis e Maria Florentina atuavam no Seminário. Aliás, um dos principais objetivos da vinda das irmãs para Maravilha, além de conduzir a educação para os filhos dos colonos, era também “tomar conta” do Seminário dos padres da Sagrada Família. Quando as religiosas chegaram, o Seminário possuía 23 seminaristas, 3 sacerdotes, 11 frades ²¹, 1 irmão e um servente. No início do ano letivo de 1954 a escola possuía 211 alunos matriculados, sendo 115 meninos e 96 meninas. Levando em conta o fato de que o histórico de 1969 afirma que as irmãs chegaram no dia 12 de fevereiro de 1954, não podemos deixar de considerar a chegada das religiosas como sendo no dia 11 do mesmo mês e ano, pois, analisando os Anais de 1954 verificamos que relata que as irmãs saíram de Passo Fundo no dia 10. No dia 11 saíram de São Carlos e provavelmente chegaram neste mesmo dia a Maravilha. A análise se dá dessa forma, pois, está escrito nos Anais de 1954 que no dia 12 pela parte da manhã o reverendo padre mostrou a casa, as

²¹ Religiosos da Congregação dos Missionários da Sagrada Família. Trata-se de uma alusão ao tempo em que usavam batina (GIALDI, 2003, p. 149).

redondezas e a escolinha para as religiosas. Na parte da tarde os pais dos alunos começaram a chegar para fazer as matrículas e conversar com as irmãs: “Os olhos de todos brilhavam de felicidade de terem as irmãs para ensinar seus filhos” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 02).

Vale ressaltar que esses primeiros momentos da educação na colônia, serão analisados a partir de fonte primária, ou seja, os Anais da Congregação de Notre Dame de Passo Fundo. É mister lembrar também que segundo Gialdi (2003, p. 186) foi confirmado ser a irmã Maria Borja, a redatora dos Anais das irmãs de Maravilha no primeiro ano de estadia, 1954. Portanto é fundamentado nesse documento que tentaremos interpretar o passado caracterizado pelo estabelecimento das irmãs na Sede Maravilha.

Na seqüência da “saga” dos momentos iniciais das atividades das irmãs, o dia 14 é considerado como bem movimentado, pois depois da missa muitas pessoas se aproximaram das irmãs para falar-lhes. Na parte da tarde houve doutrina para as crianças, sendo que as maiores seguiram a irmã Maria Renildis até a capela e os menores foram com a irmã Maria Zenaide até a sala de aula. Em seguida, às 16 horas, houve benção e depois uma reunião com moças e senhoras presididas pelas irmãs, encerrando o primeiro domingo de atividades religiosas.

No dia seguinte, 15 de fevereiro iniciaram as aulas. Era uma segunda feira. Nessa primeira aula, das 211 matriculadas vieram 137 crianças. A escola possuía apenas 11 bancos e muitos alunos ficaram em pé. Em seguida, alguns mais novos permaneceram na sala e os demais foram até o pátio a fim de fazerem um exame para colocar em prática uma classificação. É possível analisar que neste caso está presente uma repartição dos corpos e uma classificação consolidada através do exame, pois, “depois os novatos ficaram na aula e o resto foi com duas Irmãs ao pátio onde fizeram um pequeno exame afim (sic) de classificá-los conforme o saber de cada uma” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 02).

Essa ação denota a possibilidade da presença de normatização, classificação e sanção, feitas através do exame, que como micro poder combina técnicas hierarquizantes e normalizantes, classificando, qualificando e punindo. Nele está presente um cerimonial do poder buscando o estabelecimento da verdade (FOUCAULT, 1987, p. 154). Aliás, com relação ao estabelecimento de séries, Foucault (1987, p.128) em sua análise acerca da disciplina, afirma que no começo do século XIX existe uma proposição para as escolas em termo de horários que se caracteriza da seguinte forma: “8,45 entrada do monitor, 8,52 chamada do monitor, 8,56 entrada das crianças e oração, 9 horas entrada nos bancos, 9,04 primeira lousa, 9,08 fim do ditado, 9,12 segunda lousa”. Com relação à classificação do saber,

ação adotada naquele momento pela SND, Foucault, (1987, p.134) analisa o estabelecimento de séries, ou seja,

Prescrever a cada um, de acordo com seu nível, sua antiguidade, seu posto, os exercícios que lhe convêm; os exercícios comuns tem um papel diferenciador e cada diferença comporta exercícios específicos. Ao termo de cada série, começam outras, formam uma ramificação e se subdividem por sua vez. De maneira que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal, que define especificamente seu nível ou sua categoria. [...] Esse é o tempo disciplinar que se impõe pouco a pouco a pratica pedagógica.

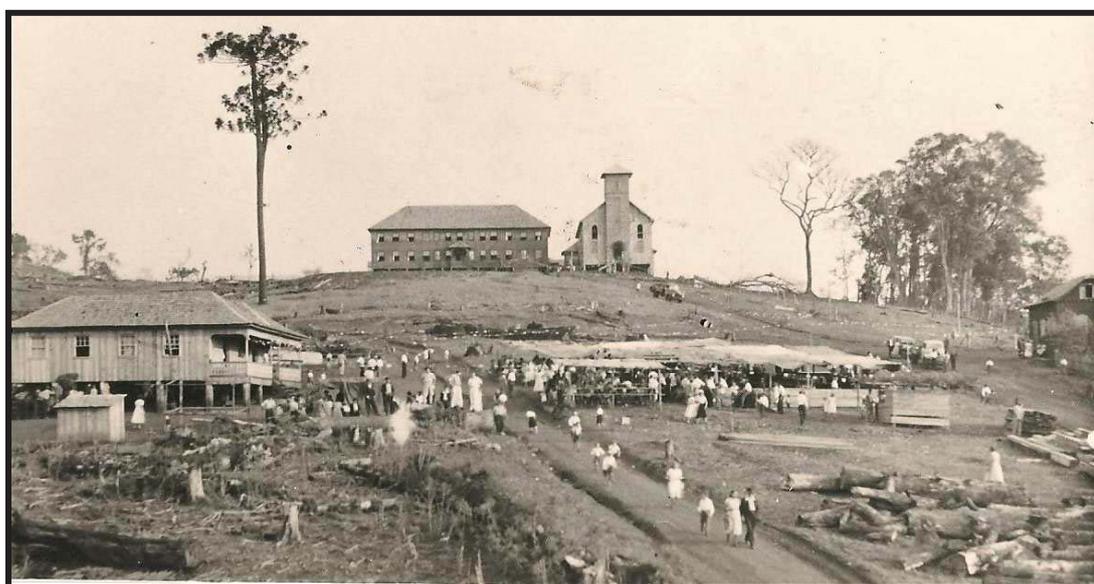


Figura IX: Escola, Seminário e Capela, 1955. Acervo: Museu padre Fernando Nagel

Conforme a irmã Maria Borja, que escreve nos Anais, os detalhes dos primeiros momentos do estabelecimento das irmãs no povoado, para as crianças, a presença das religiosas era um grande espetáculo, pois, elas ficavam extasiadas de as verem por primeira vez. Na parte da tarde vieram os meninos maiores para fabricarem bancos e roçarem nos arredores da escola. Finalmente à noite, 6 bancos a mais estavam prontos, sendo que no dia seguinte todos os alunos já possuíam o seu lugar. A atuação das irmãs só ganharia fôlego e intensidade com o passar do tempo, pois analisando o estabelecimento como algo espetacular para o povoado, sua efetivação como doutrina e disciplina se dará nos anos seguintes com a complexidade das relações no espaço escolar.

Este capítulo caracterizou-se por tentar interpretar a chegada e o estabelecimento da Congregação de Notre Dame em Maravilha. O próximo capítulo analisa o cotidiano escolar, a vida no dia a dia em torno da educação e da religião praticada no povoado. Toda uma análise

subseqüente pauta-se na compreensão da separação dos corpos, classificação e disciplina no cotidiano escolar maravilhense.

CAPÍTULO III

HIERARQUIA DO SABER: A REPARTIÇÃO DOS INDIVÍDUOS NA ORDEM ESCOLAR MARAVILHENSE (1954-1976)

Este capítulo vai estabelecer uma reflexão sobre a complexidade das relações entre as práticas educacionais e religiosas levadas a cabo pelas irmãs de Notre Dame em Maravilha e os atingidos por elas, as crianças e suas famílias. A nossa análise se debruça sobre a atuação e o discurso dos diversos atores sociais como o Clube de Mães, o Pelotão da Saúde e a Liga da Bondade, ramificações da SND. O discurso dessas ramificações tinha direção definida, a higiene, o corpo, o trabalho e a disciplina. Como aponta Souza: “seria a educação moral o melhor meio profilático de combater a desordem social” (SOUZA, 2001, p. 3).

É mister compreender que esse capítulo problematizou substancialmente a forma e a profundidade com que o poder disciplinar²² atingiu o espaço escolar, percorrendo todo o seu interior, inclusive o ultrapassando para praticamente todo o tecido social. É possível, considerar sim, quais foram as mudanças que a disciplina religiosa/educacional, provocou, com as características próprias daquele momento.

Nos capítulos anteriores consideramos a tríade como sendo a Igreja Católica, o Estado e a Colonizadora, que através de suas ações, em vários momentos entrelaçando-se no “palco” da colonização, criam - algumas vezes talvez conscientes outras não - formas de poder que estabelecem comportamentos que percorrem o tecido social e criam aos poucos relações capitalistas no povoado. Rogério Luiz de Souza, em análise sobre a atuação da instituição católica no contexto após a Segunda Guerra Mundial, reforça essa perspectiva de ordenamento de espaços e condutas ao sublinhar:

Ademais, é certo que, mantidas as devidas proporções, a ação disciplinadora institucional não só do Estado, mas também a religiosa, exerceu forte pressão sobre o mundo rural a fim de que as relações sociais capitalistas penetrassem profundamente no cotidiano cultural campestre e atendessem à demanda criada pelo próprio processo de industrialização. Todavia, essas novas relações capitalistas no campo não são simples de serem verificadas e destrinchadas (SOUZA, 2001, p. 2).

É importante ressaltar que a passagem de Souza lança um olhar investigativo sobre a atuação da Igreja Arquidiocesana de Florianópolis contemplando uma análise que procura

²² Cf. Foucault (1987, p. 143) “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente.

entender como o discurso religioso interferiu no meio rural, disciplinando condutas. No entanto, Souza (2001) ressalta que tal empreendimento foi uma escolha seletiva, mas que outras realidades poderiam também ser incluídas ou vetorizadas. Esse é o fator que nos leva a citar este autor, para tentar explicar o efeito produzido pelo discurso da SND em Maravilha. Souza (2001) afirma que a Igreja em Santa Catarina promoveu uma política de “moralização, de higienização e de fomento à produção agrícola na pequena propriedade rural” (SOUZA, 2001, p. 01).

3.1 A consolidação do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete

Na sequência analisaremos alguns fatos ocorridos durante o estabelecimento da frente religiosa educacional, que teve como protagonistas, a SND. O texto a seguir procura evidenciar alguns fatos que mostravam que a maquinaria escolar ²³ estava em consonância com a ideia de “progresso” e “desenvolvimento” do povoado. Aliás, vale ressaltar que a narrativa de alguns acontecimentos observados e interpretados a partir da investigação da documentação, traz à luz a possibilidade do desvelamento de subjetividades além de outras questões. O regozijo é evidente para o autor, quando se considera tais eventos ainda possíveis de múltiplas análises.

Para começar, é importante considerar que a primeira visita de um inspetor ao Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete de Maravilha, ocorreu no dia 24 de março de 1954. Tratava-se do padre Ervino Schmitt S.J. que: “Mostrou-se satisfeito com nosso esforço ensinar 180 alunos numa sala que é feita para 50 ou 60 alunos” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 03). No dia 27 do mesmo mês aconteceu uma primeira reunião para a construção da nova escola. Nos dois dias seguintes foram colocadas em ação algumas práticas religiosas católicas, quais sejam, confissão geral das crianças, comunhão geral.

Os primeiros livros para a escola começaram a chegar no dia 20 de março. Em primeiro de agosto de 1954 “começaram novamente as aulas. Todos os alunos voltaram e

²³ A categoria “maquinaria”, que tomamos emprestada várias vezes no texto, é de Michel Foucault. Ele usa tal conceituação para designar os mecanismos de controle usados em instituições disciplinares como, por exemplo, em escolas e conventos no século XVIII. Cf. Foucault (1987, p. 145, 149) “As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como microscópios do comportamento; [...] Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes incorretas, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência). Ao mesmo tempo é utilizada, à título de punição, toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações”.

mais uns novos que vieram de mudança. Agora cresceu o número a 205” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 4). Aqui se percebe o aumento no número de alunos, pois no primeiro dia de aula vieram 137 crianças, do total de 205 matriculados. Esse fato traz à tona a evidência de que a colônia estava crescendo gradativamente. Para efeito de comparação, seis anos após, em 1960 a escola, que já era Grupo Escolar, contava com um total de 535 alunos matriculados e 17 meninas internadas ²⁴ (ANAIS, 1960, p. 31).

Apenas cinco anos depois o total de matriculados era de 1056 alunos e 23 internas. Porém, o aumento de alunos não se fez sentir nos anos seguintes, e em 1970 o total de alunos matriculados era de 1032 com apenas 9 internas. Em 1974 o total de alunos cresceu consideravelmente para 1677 (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1965 - 1970 - 1974, p. 68, 96, 123).

O ano letivo de 1954 se encerrou no dia 15 de dezembro com uma missa em ação de graças. Logo após todos se dirigiram até a escola para uma sessão de encerramento. Após algumas poesias serem declamadas e entoados alguns cantos, houve a distribuição de prêmios e atestados de 10 alunos do 4º ano. O padre Pedro Elsen (1914-1963), primeiro reitor do Seminário de Maravilha, que havia conduzido a missa teceu na oportunidade alguns comentários elogiando o “comportamento, a boa frequência da santa missa e a doutrina nos domingos”. Logo em seguida “Entregue os boletins foram contentes, outros também tristes, por não ter alcançado a média de promoção. Nós também voltamos contentes para casa depois de um ano cheio de lutas no qual tanto podíamos fazer pela glória de Deus e a salvação das almas” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1954, p. 05).

Com relação ao cerimonial citado anteriormente de premiação e fornecimento de atestados para alguns alunos, denota que o espaço escolar se torna por excelência o local aonde se exercita a experiência da repartição dos corpos, colocando em lugares diferentes “fracos e fortes”, “atrasados e adiantados”, premiando, sancionando e promovendo. Sobre isso, analisando o século XVIII Foucault (1987) afirmou que:

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar [...]. Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar (FOUCAULT, 1987, p. 125).

²⁴ Cf. De Lemes (2005, p. 32) “A Casa das Irmãs logo se transformou em um internato destinado a moças, principalmente do interior, que queriam continuar seus estudos. Àquelas, que podiam pagar, era cobrado mensalidade; às outras, o trabalho cotidiano e os alimentos, que traziam de casa, pagavam a hospedagem.

A doutrina religiosa era imanente ao processo educacional, se complementavam. Seguir os preceitos de um era atender aos requisitos do outro. Esses atores sociais, ou seja, a instituição religiosa e a educacional formavam uma simbiose e difundiam uma visão de mundo. Souza (2001, p. 13), tratando sobre a urgência de uma intervenção da Igreja Católica, após a Segunda Guerra Mundial, como instituição apta para disseminar informações para a fomentação da natalidade num momento em que há uma deliberada intenção visando o crescimento populacional, afirma que a gestão religiosa da Igreja Católica sobre os indivíduos forjou um poder, pois:

Ao elaborar um conhecimento dos corpos, através da observação e análise daquilo que foi colhido e estabelecido como critério de verdade, possibilitou-se a penetração deste poder institucional com o propósito de dar funcionalidade e utilidade aos sujeitos que estavam envolvidos no espaço familiar. A constituição de uma família requeria responsabilidades e normas específicas que atestassem uma conduta positiva em direção à moral cristã, à regulação dos corpos e à capacidade de procriação.

No seu estudo, Souza (2001) aborda um período anterior ao da nossa pesquisa. No entanto, essa intenção e proposta são percebidas, mesmo que de forma diferente, no nosso contexto, pois, a norma, a classificação, a separação dos corpos estão presentes nessas relações estabelecidas no cotidiano educacional/religioso. Conseqüentemente, as crianças do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, participantes e atuantes dentro desse sistema, são promovidas de acordo com seu “grau” de conhecimento, permitindo que algumas avancem e outras não. Para exemplificar tal sistema que estabelece graus para a separação e a classificação dos corpos, é mister citar Foucault (1987, p. 150):

As crianças das escolas cristãs nunca devem ser colocadas numa “lição” de que ainda não são capazes, pois estariam correndo o perigo de não poder aprender nada; entretanto a duração de cada estágio é fixada de maneira regulamentar e quem, [...] não houver passado para a ordem superior deve ser colocado, bem em evidência, no banco dos ignorantes.

Estava presente um caráter moralizador cristão e uma autoridade preventiva, princípios estes difundido principalmente nas reuniões pedagógicas, conduzidas pela Irmã Ancila. Os professores eram instruídos a exercerem uma ação preventiva. Dessa forma, as crianças eram vigiadas a fim de evitar a indisciplina, pois,

Tanto professores como a direção do Grupo, exercem sua autoridade de maneira preventiva, evitando deixar os alunos à sós ou em condição de dar

motivo a ações indisciplinadas. [...] Enquanto os alunos tomam a sopa é lhes permitido conversarem um pouco, pois foi assim que diversos alunos começaram de gostar da sopa estimulados por seus colegas (RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, 1959).

No ano seguinte, 1955, além das cinco irmãs que trabalhavam na Casa Filial em Maravilha que ficava junto ao Seminário, estavam também duas professoras "leigas", além de 4 meninas auxiliares e dois empregados. No Seminário encontravam-se 5 sacerdotes, 1 irmão professo, 14 noviços, 3 irmãos noviços e 34 meninos. As crianças da escola estavam divididas nas turmas do primeiro ao quarto ano. A "tenra parafina" que a educação moral cristã buscava "moldar" pela educação das irmãs era composta por 139 meninos e 123 meninas perfazendo um total de 265 crianças (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1955, p. 01).

Diversos atores sociais vão participando e atuando no tecido das relações estabelecidas no espaço da colonização, entre elas, o Estado. A visita de "lideranças" marcava a presença dessa instituição no povoado. Nos Anais consta a visita do governador Jorge Lacerda no dia 27 de agosto de 1956, ocorrida após dois anos da chegada da Congregação de Notre Dame. Até o momento os documentos nos evidenciam que esta foi a primeira visita de um governador de Santa Catarina ao local. Ao chegar a Vila Maravilha o governador recebeu honrarias e foi cumprimentado pela irmã Maria Borja e agraciado com o Hino Nacional entoado pelas crianças (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1956, p. 02).

Chegou o dia da instalação do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette. Isso aconteceu no dia 6 de setembro de 1956 com a presença do Inspetor Escolar de Palmitos. O Inspetor foi agrado com cânticos e poesias das crianças e conduzido pela irmã Maria Borja para conhecer a escola.

Para a pequena vila de Maravilha foi este dia um grande acontecimento e um grande benefício. É de admirar que mais de 300 crianças frequentam a nossa escola. Justamente este trabalho, com estas crianças simples de maioria pobre corresponde aos desejos da nossa fundadora beata Madre Júlia e promete a nossa Congregação muitas vocações (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1956, p. 1, 2).

Em 1957 já atuavam no Grupo Escolar 4 professoras "leigas". Além do curso primário a Casa das Irmãs possuía também o regime de internato com 5 alunas. O prédio onde funcionava o Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette pertencia à Congregação das Irmãs de Notre Dame que por sua vez alugou ao governo do estado. O Grupo oferecia cinco salas de

aula, um gabinete de diretor, um quarto para o Pelotão da Saúde ²⁵ e:

Ambos os prédios estão em ótimo estado de conservação, são de madeira e foram pintados por dentro e por fora, no início do ano. [...] Assim a escola está de pleno acôrdo com o meio social em que vivem seus alunos. Casas de material não existe ainda, no lugar, e não seria bom se a escola fôsse a primeira, para que os alunos não desprezam a simplicidade de seus lares e exijam de seus progenitores o impossível (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 03).

Essa passagem permite perceber um suporte sobre a situação da população e sobre o próprio povoado. Informa que em 1957 ainda não havia residências de alvenaria nas cercanias. É possível perceber que o local apresentava cenário de colonização, com famílias utilizando a madeira como matéria-prima da época. Além disso, não contando com energia elétrica. Isso fica mais evidente quando da análise dos documentos, pois, é possível perceber que foi somente em 1959, no dia 4 de junho, que o então prefeito municipal Deonubem Baldissera apresentou aos vereadores uma mensagem durante sessão extraordinária, referente à criação de uma lei. A lei autorizou a aquisição junto ao governo do estado, através da Comissão de Energia Elétrica, de um Conjunto Diesel Elétrico. Nesta mensagem o prefeito justificou a aquisição do equipamento por ser uma proposta satisfatória do estado e a necessidade do abastecimento elétrico para a cidade (PASTA DE LEIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA, 1959-1960).

Está inferida também na citação anterior, uma economia moral cristã, visando difundir entre as crianças uma aceitação, ou seja, de satisfazerem-se e se conformarem com a condição social. Com relação ao prédio onde funcionava o Grupo Escolar, o mesmo pertencia à Congregação, porém, era alugado para o governo do estado. Isso fica evidente na correspondência enviada em 1956 pela irmã Maria Borja, então diretora, ao governador Jorge Lacerda solicitando o pagamento do aluguel:

Exmo. Sr. Governador do Estado Dr. Jorge Lacerda. A abaixo assinada, diretora do Grupo Escolar “Nossa Senhora da Salete” em Maravilha, distrito de Cunha Porã, município de Palmitos, vem pedir respeitosamente se digne V. Excia. Conceder o pagamento de aluguel de prédio Cr\$ 1.000,00 mensais, visto pertencer o referido prédio onde funciona o estabelecimento, as irmãs que nela tem exercício. Nestes termos pede deferimento. Maravilha, 9 de setembro de 1956. Irmã Maria Borja – Diretora (LIVRO DE

²⁵ Cf. de Lemes (2005, p. 40) “Higiene e boa saúde foi o lema adotado pelo pelotão de saúde criado em 1957, sob a coordenação de um professor de ciências e com diretoria própria [...], além do auxílio de dois monitores em cada sala de aula, que possuíam como função fazer a revista higiênica todas as sextas-feiras; revista esta feita com os membros do pelotão usando aventais e bonezinhos brancos com uma cruz vermelha desenhada no centro.

CORRESPONDÊNCIA GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1956, p. 3).

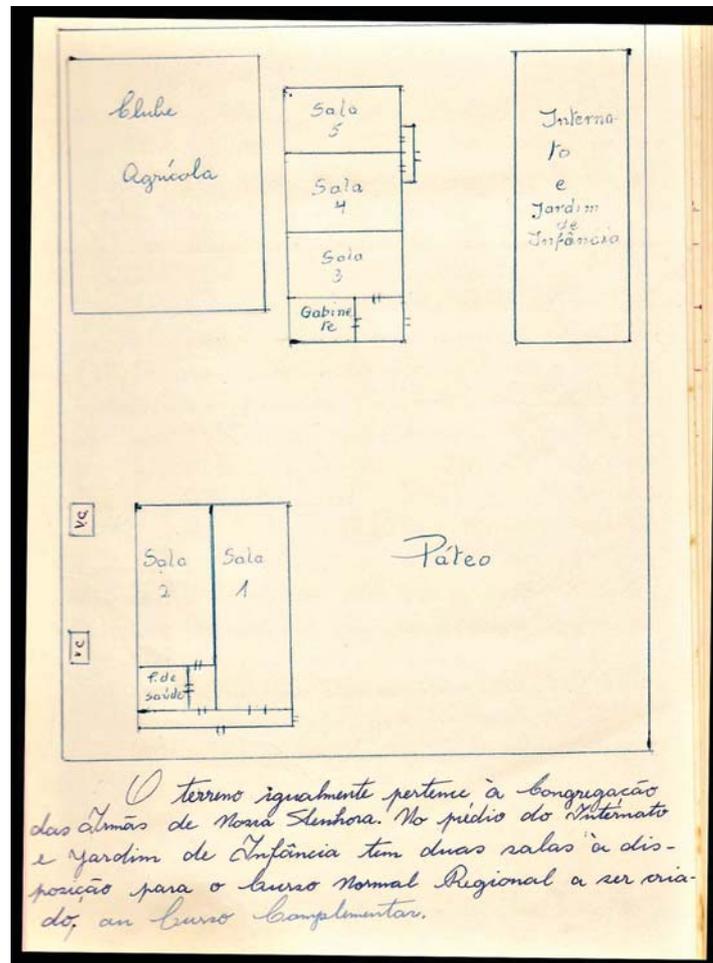


Figura X: mapa do espaço escolar Notre Dame em 1957. Acervo EEBNSS

O mapa acima apresenta o traçado onde funcionavam as salas de aula, o internato e o jardim de infância. Além disso, existiam algumas peças que sediavam Associações Escolares, ou seja, o Pelotão da Saúde e o Clube Agrícola. Um espaço religioso/educacional por excelência onde se configuravam as relações de poder em sentido vertical e horizontal envolvendo os alunos, professores e as religiosas. O espaço que aglutinava as principais relações do povoado, em seus anos iniciais, tinha o “morro do seminário” como local onde funcionavam as forças centrífugas. Esse espaço se caracterizava e dava uma espécie de segurança para os moradores da “planície”, porque num curto espaço que abrangia em torno de duas quadras, estavam instalados o Grupo Escolar, a Casa das Irmãs (a partir de 1957), bem no alto o Seminário e ao seu lado a capela (figura IX, p. 62).

A partir do aporte dos religiosos e religiosas ao povoado, o “progresso” seguia o ritmo

inflamado da “pujante colonização”. As mudanças espaciais dos momentos iniciais do “*establishment*” da SND seguiam. No dia 6 de abril de 1957 as irmãs deixaram o Seminário Nossa Senhora de Fátima e se mudaram para a Casa Nossa Senhora da Salete - que ficou conhecida como a “Casa das Irmãs” - com a ajuda dos alunos. No dia 7 de abril de 1957 ocorreu a tomada de posse da Casa com a presença da Madre Provincial de Passo Fundo, Maria Irmengarda. Nesta ocasião a irmã Maria Borja tomou posse como superiora da Casa Nossa Senhora da Salete.

Os documentos evidenciam também que havia o desejo de expansão das atividades das irmãs para outras localidades. Estava presente a intenção de instalar uma missão apostólica junto ao Grupo Escolar em Cunha Porã. Porém, antes de se aventurar por esta seara, é mister ressaltar aqui, que a Companhia Territorial Sul Brasil, colonizadora responsável pela venda das terras nessa região, não abriu mão de promover estratégias que visassem atrair cada vez mais famílias de colonos oriundas do Rio Grande do Sul. A estratégia era atrair essas famílias para um local com organização comunitária e presença de instituições como escola e igreja. Além do mais, também distribuiu as famílias de teuto-brasileiros católicos, teuto-brasileiros evangélicos e ítalo-brasileiros católicos, em regiões distintas. Esta política colonizatória evitava conflitos e viabilizava a prática religiosa e educacional dessas famílias.

Na região do Rio Barra Grande até o Rio São Domingos, no atual município de Palmitos ²⁶, as terras foram vendidas para os teuto-evangélicos. Mas devido ao imprevisto e grande fluxo de ítalo-brasileiros, essas terras também foram vendidas a estes, transformando-se assim numa colônia mista, dependendo da região (WERLANG, 2006, p. 64, 65). Esta política determinou a presença de instituições e as relações sociais nos povoados, concentrando em locais distintos grupos étnicos com cultura religiosa e educacional também distintas. O fato de haver intenção de expansão da Congregação de Notre Dame se justifica na medida em que existe uma proposta de difusão da fé católica nesses recém formados agrupamentos. A Colonizadora usou suas estratégias para atrair as famílias, dividindo-as a partir de sua fé religiosa. A Congregação, por sua vez buscou estabelecer na região um poder além dos muros do Grupo Escolar, visando a difusão de sua doutrina cristã pelo vetor educacional.

Com relação à expansão atuação da Congregação, um fato inusitado mudou o rumo das coisas. No dia 6 de março de 1957 duas irmãs estavam prontas para se dirigirem à Cunha Porã quando receberam aviso urgente de que o inspetor escolar havia chegado. Quando a

²⁶ Vale ressaltar que na época Cunha Porã ainda era Distrito de Palmitos.

diretora irmã Maria Ancila foi recebê-lo ficou surpresa ao ver também o delegado de ensino Osvaldo Ferreira Soares. Inicialmente anunciaram satisfação em relação aos trabalhos das irmãs e solicitaram uma reunião com a participação das duas irmãs que estavam preparadas para ir à Cunha Porã. Irmã Ancila descreveu tal fato assim: “Logo sabíamos como agir, pois justamente eram êsses os dois que não estavam à favor de as irmãs irem à Cunha Porã”. Em seguida, o delegado deu início à reunião afirmando que havia realizado uma investigação no local e constatado que 70 por cento da população eram contra a presença das irmãs em Cunha Porã. Sobre tal fato, as irmãs deixaram registrado nos Anais que: “Falou apenas com os pastores dos protestantes, missuri e congregacionalistas que realmente estava contra as irmãs, enquanto que a população a maioria estava a favor”. A reunião seguiu e,

vendo que não conseguia desanimar-nos e convencer-nos, despediram-se, foi justamente nesse instante que compareceram dirigentes dos que queriam as irmãs em Cunha-Porã entre êles o Sr. Ornélio Rüdiger e o Delegado de Polícia e mais dois senhores que tinham vindo para levar as irmãs à Cunha. Imediatamente pediram para falar com o Delegado e o Inspetor. Tomaram, pois, lugar na Secretaria do Grupo, ficando as Irmãs M. Borja e Ancila junto. Acho que não é necessário registrar aqui um resumo do verdadeiramente célebre debate entre o Delegado e esta Comissão. Nunca pensei que homens simples soubessem agir e falar assim como êstes cunhaporanos. O Delegado viu-se realmente emaranhado quasi (sic) sem defesa. Os cunhaporanos prometeram lutar até o sangue se preciso fôsse. Mas querem as Irmãs (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 45, 46).

As irmãs consideravam o Inspetor Escolar responsável pelas dificuldades de a Congregação expandir suas atividades para Cunha Porã. Na seqüência o Delegado e o Inspetor se despediram e seguiram para Chapecó, por São Carlos. As irmãs palestraram com a Comissão apresentando as duas irmãs destinadas à Cunha Porã que eram elas Maria Salete e Maria Pulquéria, que “Fazem falta imensa em Cunha Porã, devido ao pouco capricho da Diretora do Grupo, que a princípio se mostrou a favor e depois virou de capa”. Logo em seguida a Comissão se despediu e as irmãs ficaram confiantes aguardando o desenrolar das coisas, porém, com receio da Provincial de Passo Fundo que não estava a par do desenrolar dos fatos e poderia intervir desfavoravelmente (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 47).

No dia 11 de março as irmãs foram surpreendidas com o senhor Ornélio Rüdiger perguntando se tinha fundamento um boato advindo de São Carlos, de que as irmãs não iriam mais à Cunha Porã. As irmãs trataram de acalmá-lo dizendo que tal coisa a Madre Provincial não faria sem antes se inteirar do assunto. O informante disse que as irmãs de São Carlos

havia transmitido para a Madre as idéias do Delegado e que devido a isso ela havia renunciado a tal empresa.

Infelizmente a carta recebida neste dia veio confirmar os boatos de São Carlos. A notícia recebida, “renunciamos a Cunha Porã”, foi uma bomba ou uma tucha (sic) fria que nos prostrou em estado quasi (sic) desesperador, as lágrimas rolaram de todos os olhos. Não por nossa causa, mas pensando nos sacrifícios e lutas dêsses intrépidos homens de Cunha Porã que já há oito dias deixaram de lado os seus negócios para conseguir uma escola cristã e moralizadora para seus filhos. [...] pois a querida Madre pedia que as duas irmãs voltassem urgentemente a Passo Fundo, Deliberaram que nesta mesmo noite as irmãs iriam até Iraí, num carro especial e assim fizeram. Dentro de um quarto de hora arrumaram tudo e vertendo lágrimas de tristeza seguiram o chamado da obediência, era isso pelas 10 horas da noite (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 48).

Fica evidenciado que havia também um Grupo Escolar no Distrito de Cunha Porã, na época pertencente ao município de Palmitos. No entanto, tal Grupo não era conduzido por instituição religiosa e que havia pastores protestantes no Distrito que eram contra a vinda das irmãs de Notre Dame para exercer atividades no espaço educacional de Cunha Porã. Analisando os Anais se percebe ainda a intenção da Provincial de Passo Fundo de expandir a “missão” educacional/religiosa da Congregação num espaço aonde atuavam os protestantes. Se analisarmos tal fato a partir da intenção da Companhia Territorial Sul Brasil, de fundar comunidades e núcleos urbanos levando em conta a origem étnica e a fé religiosa, - e isso ocorreu para exatamente atender os colonos na prática de sua religiosidade e da urgência de educação para seus filhos - fica mais evidente que se tratava de uma relação de poder estabelecida entre católicos e protestantes. Esse embate não se verificou em Maravilha. Tal empresa de expandir para Cunha Porã não se concretizou e a atuação das irmãs de Notre Dame à frente da educação, também em Maravilha, teve seu apogeu e seu gradual e eminente final. Mas sua representação, costumes e legado perdurariam por muito tempo, desembocando nos dias atuais, de onde se parte para legitimar a existência de uma escola e comunidade, que busca no seu fundamento e na sua memória, os alicerces para se representar enquanto instituição de ensino.

Enquanto essas disputas dentro da teia do poder iam provocando mudanças e determinando as demais instâncias no tecido social, a repartição dos corpos ia tomando relevo na ordem escolar. Embora, conforme a diretora Irmã Ancila, a disciplina no Grupo fosse considerada boa, a vigilância buscava ser constante e homogênea. As ações que eram prescritas aos professores esperavam destes uma obediência aos padrões estabelecidos, para

que reproduzisse em sala de aula o desejo da “ordem” e da “hierarquia”. O ideal de sociedade, naquele momento tendo seu epicentro na “receita” católica, esperava encontrar no professor um participante ativo, pois,

a assiduidade do professorado muito tem contribuído para a bôa disciplina. Igualmente nas formaturas as professoras exercem vigilância ao lado das fileiras e acompanham os alunos que em silêncio entram nas salas de aula. Também nos recreios a disciplina é bôa. Meninos e meninas brincam em pátios separados (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 8).

Entre as várias comunicações que eram repassadas aos professores, estava a de que atentassem para a caligrafia do aluno. Diariamente era aconselhado para que fizessem exercícios com os mesmos e vigiassem inclusive a maneira de pegar o lápis. Também era comentado durante as reuniões pedagógicas, sobre os castigos que podiam ser aplicados. Quanto ao tratamento,

os alunos devem ser tratados todos igualmente, sem distinguir os de melhores condições sociais, na aula não pode haver os “prediletos”. [...] cada criança é um mundo para si, daí a necessidade de o mestre estudar seus alunos e assim ver como deve tratar cada um individualmente (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 16, 17).

Dessa forma, buscava-se homogeneizar a “tenra parafina”, para que todos atentassem para sua obediência à pátria e às autoridades. Sem ter a consciência disso, e pensando estar “aplicando a receita certa”, essa homogeneização tem direção certa: preparar cidadãos para “serem úteis à sociedade”. No entanto, ao mesmo tempo em que prescreve um tratamento igualitário, também classifica os corpos, separando os mais “fracos” dos mais “fortes”. Percebe-se tal fato no Relatório Anual, na ata número 7 de outubro de 1957 quando: “Para facilitar os trabalhos de fins do ano, seria bom já classificar os alunos em fortes, médios e fracos. A diretora explicou como fazer essa classificação”. Já na ata número 8 de novembro do mesmo ano a diretora pediu aos professores que “seja exemplo de bôa educação e de bôas maneiras. Sobretudo devem evitar os trajés indecentes”.

Esse era o fato que se verificava nas instruções repassadas pela diretora do Grupo Escolar aos professores, no que se refere ao tratamento que devia ser dado para as crianças. Nesse sentido, “nas primeiras séries a leitura e o ditado deverão ser feitos diariamente, bem como os exercícios de caligrafia. Cada professor deverá cuidar da ordem na sua classe e

ensinar os alunos a serem ordeiros”. Muito embora vale destacar que ao mesmo tempo em que estava presente a idéia mecanicista, a diretora também considerava que os professores deveriam fazer o possível para explicar os conteúdos procurando evitar que os alunos decorassem maquinalmente. E, nas aulas de Geografia e História, a diretora repassava que os professores deveriam fazer constantemente o uso de mapas. Enfatizava também, que os alunos deveriam se levantar em sinal de respeito quando o professor ou outra autoridade entrasse ou saísse da sala de aula (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1958, p. 12, 13, 14).

Conforme se pode observar, os “conselhos” repassados pela diretora irmã Maria Ancila nas reuniões pedagógicas eram seguidos à risca pelos professores. O poder percorria todas as instâncias desse sistema escolar, desde a direção, passando pelos professores em direção às crianças, que por sua vez eram participantes dessa “maquinaria escolar”. Entretanto é mister ressaltar que pequenas “ilhas” de resistência ao modelo poderiam se apresentar nesse tecido, muito embora quem não participasse dessas representações, corria o risco de ser punido ou excluído. Os corpos doutrinados e disciplinados dentro desse sistema só poderiam aspirar ao sucesso. Quem estivesse fora inevitavelmente estaria fadado do fracasso, pois,

reinou sempre harmonia e cooperação entre a Direção e o corpo docente. Igualmente entre a docência houve sempre colaboração e amizade. [...] Nunca foi preciso aplicar penalidades ao professorado. As recomendações e conselhos dados principalmente nas Reuniões Pedagógicas foram fielmente executadas por todos menos pela D^a [...] causa do seu fracasso no magistério (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1958, p. 25).

O sistema disciplinar do Grupo Escolar se baseava no seguinte lema: “prevenir para não remediar”. A autoridade era exercida de maneira preventiva. Como já foi dito, nos recreios as crianças eram vigiadas no pátio. As penas se caracterizavam em “admoestações, repreensões e algumas vezes castigos morais. Castigos físicos não são aplicados, sendo necessários são sempre avisados os pais que os poderão aplicar em seus filhos” (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1959, p. 06). No entanto, quando os castigos, admoestações ou repreensões forem aplicadas pelos professores, “devem sempre visar o melhoramento do aluno, entusiasmando o aluno para que se eleve sempre mais. O professor não deverá nunca vingarse com castigos, porque serão sempre injustos” (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1959, p. 07).

Dois elementos auxiliares do poder estavam presentes no espaço escolar naquele momento: a disciplina e a ordem. O inspetor escolar, figura que aparecia esporadicamente, era um personagem preponderante neste poder disciplinar. Sua presença se dava pelo menos uma vez por ano e sem aviso prévio. Entre os dias 3 e 20 de junho de 1963 o inspetor escolar esteve presente no Grupo Escolar verificando todas as aulas do 1º ao 5º ano acompanhando no mínimo 3 lições em cada sala. Sua visita era repentina, quando menos se esperava o inspetor estava na sala de aula:

Mas não seguidas e nem no mesmo dia, na hora que a gente menos o esperava, ele vinha. Após a visita lavrou uma ata de 20 páginas, constando nesta ata, as cousas principais de cada professor, como seja, pontos que deve melhorar no ensino e também as boas qualidades que já tem, método, diciplina (sic), ordem em classe, apresentação da classe, impressão que causa a mesma, escreturação (sic) da mesma. Culminando esta visita com uma reunião dos professores todos em que foi lidas esta ata, e dito a cada professor e também as irmãs, o que devem melhorar em sua classe (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1963, p. 56).

A presença do Inspetor Escolar se configurava em elemento relevante nesse tecido social. Ao mesmo tempo em que vigiava as atividades do Grupo Escolar se tornava engrenagem fundamental para o funcionamento da maquinaria escolar. Participava como agente do saber/poder que circulava nas relações do espaço escolar.

3.2 O cotidiano maravilhense e a maquinaria escolar

O mês de agosto de 1958 emplacou com dois eventos. Na primeira quinzena, uma epidemia de gripe asiática e varicela atacaram crianças e também, as professoras e as irmãs. As internas também foram atingidas uma após outra, sendo que em alguns dias a metade já estava de cama. No dia 22 a noite da Vila ficou iluminada por um “tremendo” incêndio. Por volta de 23h30min estrondos despertaram os moradores da pequena localidade. O incêndio teve início no motor do moinho, que foi consumido. Além disso, foram consumidas também a loja, a casa de moradia e a casa vizinha. O fato é descrito nos Anais de forma “sensacional”. Esse “susto” descrito no documento deve ser considerado, sobretudo pelas condições estruturais daquele momento, principalmente levando em conta as construções todas de madeira e uma população assustada pelos perigos dos primeiros momentos da colonização. Foi “um espetáculo indescritível, pois o moinho era uma casa de 2 andares, toda de madeira,

pelo espaço de uma hora e pouco estava tudo reduzido a ruína” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1958, p. 18,19). Aqueles anos iniciais de atividades das irmãs na Vila foram também tempos de muita chuva. Percebe-se devido ao fato da constância como o fenômeno é citado nos Anais.

O processo religioso/colonizatório estava em curso. Nas relações entre o poder, representado naquele momento pela tríade: Igreja Católica/Colonizadora/Estado, junto às crianças e suas famílias, iam-se estabelecendo representações fornecidas por estes atores sociais, que convergiam para a ordem e a disciplina, que perpassavam por todo o tecido social, buscando legitimar ações que atendiam aos interesses do nascente sistema na região. Da Congregação de Notre Dame, que assumia o papel de provedora da ordem social, emanava a onda inicial que reverberava por toda a teia de relacionamentos. Promovia uma pedagogia que também tornasse o corpo saudável para o trabalho, e que se sacrificasse pelo progresso da pátria.

Analisando a década de 1930, Souza (2001, p. 4-5), focando no processo de desenvolvimento industrial no país, aponta que o sujeito campesino se torna ameaça de desordem social, na medida em que resiste a uma nova economia do trabalho e de controle de seu corpo e de seus hábitos. Esta resistência, portanto, se torna uma “desordem”. Com base nisso, a instituição religiosa vai procurar estabelecer nesse sujeito um novo paradigma econômico e social, ditando regras e costumes. Partindo disso, é possível, analisar as relações do nosso período (1954-1976) e perceber, que não apenas as crianças foram influenciadas por essa “economia moral”, mas também suas famílias e mesmo a comunidade em geral. Um exemplo é que as crianças atingidas por essa educação moral cristã realizavam diversas tarefas também em dias de festas religiosas e escolares. Para a festa de inauguração da nova Casa das Irmãs, empreenderam limpeza ao redor da mesma, adornando-a com bandeirinhas e flores. A inauguração ocorreu no dia 20 de setembro de 1957. No dia anterior houve uma torcida intensa para que não chovesse no dia da inauguração. A comunidade se mobilizou para tal festa. A preparação envolveu as crianças, que se encarregaram de limpar e enfeitar e os festeiros que prepararam o pátio, as rifas e a bodega.

A participação da comunidade denota um sentimento de pertencimento dos participantes. Nessa atuação dos indivíduos existe um sentimento e uma visão comumente partilhados e um “estar no mundo”, subjetividades e visão, fornecidos pela instituição dominante naquele momento, a Congregação. No entanto, sem a pretensão de considerar esta como a maior festa nesse espaço no “palco da colonização”, até aquela data, e não há a intenção de aprofundar e se enveredar por tal seara, mas não deixa de ser interessante e não

menos importante, considerar em que medida esta festa possa ser considerada como uma resignificação dos costumes, uma recriação dos modos de vida a partir de novas relações sociais estabelecidas neste espaço da colonização? Poderia se aplicar aí a exacerbação de um novo sentimento de pertencimento, a partir da referida festa de inauguração da Casa das Irmãs, no local? Uma possível resposta, se é que existe, acarretaria em outro estudo, o dos costumes. No entanto é mister e proveitoso destacar aqui a contribuição de Nodari (2009) que foca sua pesquisa entre 1917 e 1954 analisando as relações socioculturais no oeste catarinense procurando desvelar como os grupos étnicos que aqui aportaram, criaram seu mundo sociocultural:

Esses grupos tinham momentos de convívios nas festas, na vida comunitária, na escola e no trabalho. Era no cotidiano da família, da escola e da igreja, assim como também nas sociedades recreativas, que a etnicidade era construída e renegociada através da incorporação, adaptação e ampliação das práticas socioculturais dos diferentes grupos étnicos que compunham a sociedade do Oeste de Santa Catarina (NODARI, 2009, p. 22).

Conforme Thompson, (2011, p. 86), que foca sua análise no final do século XVII e século XVIII, “os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns”. Dessa forma, o autor considera para isso dois pilares, o do uso em comum e o tempo imemorial. A festa de inauguração da Casa das Irmãs significaria - mesmo que de forma diferente, pois o tempo e o espaço são outros - uma identidade, um pertencimento, uma junção dos indivíduos em torno de um costume,

pois um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira. Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas, elas o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela frequente interação e multiplicação do ato, ele se torna costume; e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei (CARTER apud THOMPSON, 2011, p. 86).

É mister reforçar que dois fatores são preponderantes para que o colono adquira as terras da Cia. Sul Brasil nesta região, local para praticar sua religiosidade e educação para seus filhos. Dois atores sociais estavam presentes para atender e fornecer uma visão de mundo, a Congregação das Irmãs de Notre Dame e os Missionários da Sagrada Família.

Depois do envolvimento da comunidade em torno dos preparativos da festa de inauguração da Casa das Irmãs, finalmente à tardinha tudo estava pronto, mas,

tôdas nós estávamos anciosamente (sic) esperando o clarear dêste dia. Durante a noite ao acordar dei uma espiada fora da janela e umas estrelinhas me piscaram. Num sentimento de gratidão rezei o “Magnificat”. Talvez as outras também tenham feito. Pelas 3 horas da madrugada o Sr. Angelo Louves, que passara em companhia do churrasco na aula (sic) velha, soltou os primeiros tiros, acordando todo o pessoal. Talvez também para êle piscaram as estrêlas (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 6-7).

A noite parecera mágica para a anônima religiosa que escreveu tais palavras, “recheadas” de poesia. Anônima, pois não foi possível identificá-la, muito embora seja possível considerar que tenha sido obra de irmã Ancila. Mas talvez esse breve momento possa ser visualizado mais um pequeno fato nesse palco, mesmo que seja o olhar triste de uma irmã numa noite nebulosa da época da colonização. Essa subjetividade no espaço da colonização, talvez fosse possível de se esmiuçar, caso houvesse mais registros. Mas o que se passou naquele instante, foge à análise histórica na sua integralidade, pelo menos até o presente. Talvez se possa falar em ansiedade, talvez em solidão, naquela “suspeita” noite, que poderia trazer a chuva e atrapalhar o dia da inauguração da Casa. Porém, aquela estrelinha no céu que “piscou” para a irmã, talvez queira ter-lhe avisado que o outro dia seria de muita chuva. Não foi de outra forma.

De manhã cedo o tempo continuou duvidoso. O povo vinha chegando em grande número. Antes da Sta. Missa o bom Deus já nos mandara sua bênção com uns pingos d’água. Durante a Sta. Missa chovia regularmente. Logo após teve lugar a procissão. Foi introduzida solenemente a estátua de Nossa Senhora da Salete que até então estava na capelinha das Irmãs do Seminário. Esta estátua foi doada por um senhor de Santa Lúcia às irmãs da escola (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 07).

A estátua que estava toda enfeitada foi conduzida em procissão pelas “filhas de Maria”. Quando chegaram em frente ao colégio a chuva começou a engrossar. Porém, a festa, segundo relata a irmã, estava bem animada, pois a chuva torrencial não deixou as pessoas saírem. Por fim “Deus foi bom. Nada sobrou e deu um lucro de Cr\$ 50.000,00” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1957, p. 08).

No início de 1958 12 pessoas “leigas” já estavam atuando no Grupo Escolar. O total de alunos chegava a 506 com 255 meninos e 251 meninas. O internato já contava com 15 moças. As moças internas, ao mesmo tempo em que eram alunas também eram preparadas para ingressarem na Congregação (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1958 p. 09). No dia 15 de agosto de 1962 uma nova turma de meninas, alunas ingressaram nas fileiras das congregadas (ANAIS, 1962, p. 51).

A maquinaria escolar e religiosa estava engrenando. No cerimonial representativo que classifica e dividem os corpos, feito por um grupo que tem o seu poder legitimado pelos próprios atingidos por esta educação, as crianças e os familiares participam e legitimam esse poder. Essa análise é tomada a partir do efeito do Panóptico de Bentham, modelo de prisão do século XVIII, que exerce uma vigilância constante sobre o preso fazendo com que ele próprio participe do funcionamento automático do poder. O Panóptico é analisado por Foucault (1987), de forma que induza no detento:

Um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores (FOUCAULT, 1987, p. 166).

Conforme Foucault (1987) o Panóptico é uma máquina maravilhosa que fabrica a partir dos desejos mais diversos, efeitos homogêneos de poder. O filósofo afirma que ele desindividualiza o poder. Na falta do diretor da instituição, qualquer um pode exercer esse poder. Da mesma maneira que o motivo que o anima também pode ser diverso: a malícia da criança ou mesmo a maldade daqueles que querem simplesmente espionar e punir. É nessa medida que tomamos a análise de Foucault para a investigação dos discursos e práticas da Congregação de Notre Dame. Toda essa maquinaria escolar e “economia moral”²⁷ funcionam com a participação de todos os sujeitos. Não é necessário a “mão e os olhos” da “suprema” diretora para fazer funcionar o “cerimonial do poder”, pois “quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disse, retoma por sua conta as limitações do poder” (FOUCAULT, 1987, p. 168). Levando em conta que Foucault apresenta o sistema do Panóptico para exemplificar a forma como o poder percorre todo o corpo social e ao mesmo tempo ele é incorpóreo, podendo ser “ativado” por qualquer sujeito, utilizamos seu estudo, que além do mais, é pertinente às instituições, como conventos e escolas, pois,

é polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas

²⁷ Thompson (2011, p. 152) analisando a multidão inglesa no século XVIII, utiliza o termo para definir “um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a provação real, era o motivo habitual para a ação direta”.

também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e os ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, [...] que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões (FOUCAULT, 1987, p. 170).

Conforme Souza (2001, p. 05), é sobre o corpo que repousa a disciplina. É através dela que se maximizam os percentuais produtivos e a proliferação da vida. Dessa forma, o corpo se liga a duas ideias fundamentais; a de força de trabalho e a de vida. Estas duas ideias passam a se tornar instituição e se naturalizam. Portanto, tudo que se rivalizar contra estes dois dispositivos passarão a ser entendidos como antagônicos a ordem social. Aí está a necessidade de controlar hábitos e costumes e submeter os corpos às ideias das instituições ligadas a um projeto desenvolvimentista econômico.

No dia primeiro de março de 1958 as 07h30min houve uma missa acompanhada pelo corpo docente e pelas crianças, todas uniformizadas. O padre Pedro Elsen M.S.F. conduziu a cerimônia. Em seguida as 08h30min houve uma sessão cívica com apresentação da bandeira nacional. Logo após aconteceu a classificação dos alunos que foram apresentados aos seus respectivos professores. Foram formadas 13 classes todas com mais de 35 alunos. Dessa forma: “Levou umas semanas até que a máquina escolar correu automaticamente e normalmente” (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1958, p. 14).

3.3 Corpos sujeitos a injeção de subjetividades

Esse “modo de ser”, ou seja, a subjetividade provoca reações na teia de relacionamentos. Conforme Bauman (2007, p. 30) numa sociedade de indivíduos todos são forçosamente a serem semelhantes. O indivíduo usa sinais e símbolos conhecidos por todos para expressar suas ideias. Sendo assim, não é possível o indivíduo ser diferente. Fazer parte de um grupo, isso é ser indivíduo. Caso não o queira, terá de se sujeitar às consequências. Desejamos nessa sociedade individualizada, sermos realmente indivíduos. Por isso buscamos dentro de nós mesmos alguma subjetividade que não esteja contaminada, para sermos nós mesmos. Os sentimentos ao contrário da razão, que é universal, são apenas meus, subjetivos. As crianças, desde a mais tenra idade se deparam com uma “rede de subjetividades” que a envolve e a modela dentro dos padrões da sociedade que a rodeia. Então vejamos o que diz Guattari (1999) a respeito de subjetividade:

Mesmo uma criança de dois anos, quando tenta organizar seu mundo, construir sua própria maneira de perceber as relações sociais, apropriar-se das relações com as outras crianças e com os adultos – essa criança participa, à sua maneira, da resistência molecular. E o que ela encontra? Uma função de equipamento subjetivo da televisão, da família, dos sistemas escolares. Portanto, a micropolítica dessa criança envolve as pessoas que estão em posição de modelização em relação à ela (GUATTARI, 1999, p. 54).

Esse sistema escolar citado na passagem anterior por Guattari (1999) está presente no espaço educacional, onde existe todo um cerimonial e uma representação do modo de ser e agir dentro de padrões que se reproduzem nas relações do espaço do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette. Esses elementos tinham como vetor, as reuniões realizadas para “socializar as diretrizes”. Um exemplo disso é que na reunião pedagógica do dia 15 de fevereiro de 1966 a diretora Irmã Ancila repassou uma espécie de “receita” para os educadores, ou seja, pontuou algumas causas da indisciplina, que são as seguintes:

a) incapacidade por parte do professor; b) Falta de preparação; c) a voz com que o Educador expõe seus temas; d) As disposições em que o professor se encontra; e) Espírito arrogante e falta de trabalho metódico. [...] Procurar manter disciplina, estudando os meios para conseguí-la de uma maneira mais eficiente. Castigos – castigos corporais não devem ser infligidos as crianças. Foi explicado aos professores qual o método a ser empregado para o ensino da leitura e taboada (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS, nº 89, 1966, p. 08).

Essas “dicas” remetem a uma época de vigilância sobre o corpo, sobre as atitudes, que desembocam em “receitas” prontas para o educador executar homogeneamente, válido para todas as turmas. Difícil perceber que essas “dicas” não fossem praticadas em diferentes medidas, pelos educadores, nesse contexto. Toda uma maquinaria escolar se debruça no âmago da disciplina para regular os corpos e proporcionar um resultado desejável. Não é possível conceber que esse processo fosse eficiente na sua totalidade, pois para o exercício da docência não existem receitas. Mesmo que naquele momento e atualmente isso se torne idéia perfeitamente aceitável, navegar por essa seara corre-se o risco de não levar em conta as subjetividades, pois, tanto naqueles anos quanto na atualidade, existem visões diferentes sobre o mesmo tema. Com relação aos castigos, não eram permitidos, mas era um paradigma que ainda não havia sido quebrado (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 89, 1966, p. 08).

Como já foi dito, a família exercia papel preponderante na formação social e econômica. Os casamentos determinavam essa formação. Com a imposição da família a maioria dos casamentos no início da colonização na região oeste, eram endogâmicos, ou seja,

ficavam dentro dos limites étnicos e confessionais. O casamento representava para a família do colono a continuidade de seu nome e o “aumento da força de trabalho além da manutenção ou não das práticas socioculturais” (NODARI, 2009, p. 117).

A família atuou como protagonista na reelaboração, na transmissão de crenças, valores e cultura e, sobretudo na identidade da comunidade. O vínculo estreito entre família, Igreja e a escola é notório não somente no cotidiano do povoado, mas também nos dias de comemorações festivas. As festas reforçam o sentimento de pertencimento e reproduzem as relações sociais de poder (GUIMARÃES apud NODARI, 2009, p. 121).

A gestão religiosa da Igreja Católica sobre os indivíduos se caracterizou nesse sentido, um poder e um saber sobre os corpos. Ao analisar, classificar, através de sua observância embasada em um critério de “verdade”:

Possibilitou-se a penetração deste poder institucional com o propósito de dar funcionalidade e utilidade aos sujeitos que estavam envolvidos no espaço familiar. A constituição de uma família requeria responsabilidades e normas específicas que atestassem uma conduta positiva em direção à moral cristã, à regulação dos corpos e à capacidade de procriação (SOUZA, 2001, p. 13).

Na década de 1930 até meados da década de 1940 o governo do estado de Santa Catarina se preocupou em reordenar o espaço rural e urbano, visando construir cidadãos calcados na ordem e conseqüentemente úteis nas relações sociais que estavam em expansão nas cidades que se encontravam em processo de urbanização e industrialização. Buscava-se com isso, colocar em vigência políticas que visavam aperfeiçoar os mecanismos de dominação e de controle. Essa política teve um caráter normatizador que procurava solucionar o problema social causado pela vadiagem, prostituição e infância abandonada. Isso resultou em investimentos na família, no hospital e na escola. Na área da saúde buscou-se promover hábitos de higiene na população catarinense. Foi uma ação normatizadora, higienizadora e moralizadora (CAMPOS, 1992, p. 86, 87, 88). Surgiram dispositivos para intervir sobre o corpo e a mentalidade dos habitantes das cidades de Santa Catarina, com o objetivo de promover uma “moral” sobre o corpo. Em relação a este último buscava-se implantar o lazer regulado e a higiene. Além disso, havia a intenção de estabelecer normas para o cumprimento de horários e ritmo de trabalho. Como ideal, existe a intenção de formar o homem “ordeiro” e “trabalhador”. Agindo desta forma este homem ordeiro seria um exemplo para inclusive se evitar “desvios” sociais (CAMPOS, 1992, p. 90). Toda essa intencionalidade e predisposição sofreram um processo de continuidade e com algumas pequenas diferenças e uma realocação, vieram ser observadas durante as relações no tecido social do período e do espaço delimitado

desta pesquisa (1954-1976).

Conforme Altmann (2009, p. 342) no século XIX forjou-se um projeto de higienização para o Brasil, calcado na ciência. Essa medicina higiênica implantou um modelo amparado na razão médica. O espaço de difusão desse saber? O da escola. Em nome dessa racionalidade pública os médicos entraram na escola a fim de “educar” crianças e suas famílias. Os principais objetivos? Combater a masturbação, educar as famílias e preparar a mulher para o papel de esposa e mãe, pois, torna-se necessário:

Despertar a consciência dos deveres de mãe, cujos deveres consistem no amor e compreensão mútua; educação, sustenta a formação moral e religiosa dos filhos. A Diretora fêz uma clara explicação sôbre cada uma dessas obrigações. Foi com prazer que obtivemos palavras belas da Rvdma. Diretôra, sôbre as glórias da maternidade. [...] A mãe deverá formar o caráter da criança desde 1 ano de idade, porque nesta idade a criança é como uma cêra mole que pode-se moldar como se quizer (sic). [...] Uma grande obrigação da mãe é ensinar aos filhos uma boa moral (ATA CLUBE DE MÃES nº 06 e 09, 1963-65, p. 05).

Nesse contexto, o corpo da mulher, como alvo de um saber/poder, recebia “injeções” de subjetividades onde eram fornecidas representações de “ser esposa” e “ser mãe”. O discurso se apoiava, sobretudo na vida do matrimônio. A moça, em primeiro lugar deveria ser preparada para tal empresa.

A seguir falou-nos sôbre a situação da família na vida social da humanidade. Depois de ter orientado as mães neste ponto, a Diretôra disse que organizou um curso Pré-Nupcial para as môças, com aulas de 14 em 14 dias, para assim melhor enfrentarem a vida matrimonial (ATA CLUBE DE MÃES nº 07, 1963, p. 06).

Toda essa intencionalidade de prescrever regras, costumes e crenças, fez parte de um longo processo que teve uma continuidade e se apresentou enquanto a forma e a característica da educação religiosa conduzida pelas irmãs de Notre Dame nesse “palco”, aonde se observou ainda indícios desse saber/poder. Problematizar tal temática é trazer à tona os elementos que construíram esse edifício, que através de ações isoladas, e em conjunto determinaram a forneceram uma visão de mundo para esta comunidade.

3.4 A presença marcante de Irmã Ancila

No dia 3 de março de 1958 – ano da emancipação de Maravilha - começou a funcionar o jardim de infância. No primeiro dia as crianças que foram trazidas por suas mães, foram divididas em duas salas. O número de crianças matriculadas chegou a 90. O jardim de infância era municipal. O ambiente daquele momento se caracterizava por ser de extrema obediência, culto a autoridade, principalmente por parte das crianças para com as irmãs. Não obstante, as irmãs deviam grande obediência à hierarquia estabelecida dentro da própria Congregação e da Igreja Católica. As crianças eram coadjuvantes ativos do cerimonial de culto a autoridade e personalidade. Esta personalidade forte era representada por Lúcia Linck, ou seja, irmã Maria Ancila (1926-2004), diretora do Grupo Escolar. Estava presente um poder não deliberado, mas que nascia de pequenas ações conscientes ou inconscientes e da participação/legitimação coletiva:

25 de março onomástico da Irmã Maria Ancila. Tendo a irmã o cargo de diretora foi festejado seu dia de maneira costumada. Logo depois da santa missa professoras e alunos se reuniram enfrente do grupo onde receberam a irmã. Os alunos apresentaram vários números e a irmã ficou um tanto surpreendida. No fim levaram seus presentinhos o que para eles é indispensável como sabonete, bombons, vasilhinhos, arroz, feijão, amendoim, etc....e até um galo e uma vassoura não puderam faltar. O turno da tarde não se deixou vencer. Igualmente prepararam alguns números, mas cada classe separada, e sempre 2 alunas buscaram a irmã. Até o jardim de infância fez uma linda festinha e trouxeram seus presentinhos. Como recompensa puderam jogar caçador. Finalmente receberam todos umas balinhas. Todos se alegraram (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1958, p. 16).

A personalidade da irmã Maria Ancila, que chegou ao povoado no dia 14 de fevereiro de 1957, transferida de Palmitos, marcaria presença no espaço escolar e no Clube de Mães. Sua atuação deliberou o rumo da formação educacional/religiosa do vilarejo. A irmã assume oficialmente o cargo no dia 20 de março de 1958 na Inspeção Escolar da 54ª Circunscrição:

Perante o inspetor escolar, Professor Olavo Raul Quandt, compareceu Lúcia Link (Irmã Maria Ancila) [...], nomeada por Decreto de 11 de março de 1958 para exercer o cargo de Diretor do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete, distrito de Maravilha, município de Palmitos [...], fazendo a seguinte promessa: “Por minha honra e pela pátria, prometo solenemente preencher com exatidão e escrupulos, os deveres inerentes ao cargo de Diretor de Grupo Escolar, envidando, neste empenho, quanto em mim couber, a bem do Estado e dos meus concidadãos” (LIVRO DE COMPROMISSOS GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 17).

Porém, apesar de ser nomeada por decreto somente em 1958, a religiosa já havia assumido a direção do Grupo Escolar ainda no ano anterior, conforme fica evidente no Livro de Correspondência. No ofício de número 1, datado de 14 de fevereiro de 1957, há um pedido de exoneração da Irmã Maria Borja e nomeação da Irmã Maria Ancila para o cargo de diretora. Irmã Maria Borja deixou a direção da escola para assumir a supervisão da Casa Nossa Senhora da Salete. Logo em seguida o ofício 3 endereçado ao Inspetor Escolar Olavo Raul Quandt, comunica que a Irmã Ancila assumiu a direção do Grupo. Tal fato é comunicado também ao Delegado de Ensino através do ofício nº 4 (LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 04).

Analisando o Livro de Compromissos do Grupo Escolar, mais precisamente o Termo de Compromisso com o professor Angelo Riboldi, livro este onde eram registradas as contratações e dispensa de professores, percebe-se que ao ser admitido no Grupo e assinar o Termo de Compromisso, todos deviam fazer a seguinte promessa: “Por minha honra e pela Pátria prometo solenemente preencher com exatidão e escrupulo, os deveres inerentes ao cargo de Professor, envidando, neste sentido, quanto em mim couber, a bem do Estado e dos meus concidadãos”. Maravilha, 2 de agosto de 1958. Irmã Maria Ancila S.N.D. Diretora. Angelo Riboldi (LIVRO DE COMPROMISSO, 1958, p. 13).

A personalidade de irmã Maria Ancila se apresentava determinante para os rumos do povoado. Durante um considerável tempo ela foi “um pouco de tudo” na vida comunitária. Sua influência transpassava os muros da escola. Atuava na formação moral da família dentro dos preceitos cristãos aglutinando essas idéias nas reuniões do Clube de Mães. Sua presença se verificava nas diversas solenidades realizadas para receber autoridades que com alguma frequência acorriam a estas paragens. É possível observar que nos anos iniciais de atuação da Congregação, as autoridades, sobretudo estaduais, quando empreendiam visita ao povoado, visitavam o espaço educacional e religioso, porque esses eram vetores de onde emanavam as regras e as normas que atingiam em menor ou maior medida, a organização no povoado.

Porém, um fato ocorrido entre os dias 3 e 10 de abril de 1968 provocou fissuras na estrutura do poder e reverberou na “maquinaria escolar”. A irmã Ancila foi informada por um professor que um grupo de pessoas estava “tramando” para depor a irmã da direção do primário, do ginásio secundário e normal. Tal grupo, aconselhado pelo padre vigário, na época José Bunse (1905-1992), que empresta seu nome a atual praça da igreja matriz de Maravilha, dirigiu-se para Passo Fundo para solicitar a transferência da irmã Ancila. O grupo alegava, entre outros, que entravam milhões na caixa do Grupo Escolar “e ninguém conhecia seu paradeiro”. A religiosa na ocasião procurou o inspetor escolar e este lhe aconselhou

buscar suporte junto ao povo. Dessa forma, foram colhidas 700 assinaturas;

Os pobres vinham e diziam-: queremos dar o nosso voto para a Irmã”. Estudantes se mexeram e preparam uma passeata silenciosa e protesto levando cartazes com dizeres como: “A juventude, quer, reclama, exige Irmã Maria Ancila”, “I. M. Ancila a juventude é sua defesa. “Estudantes com Ancila”, “Unidos venceremos”. “Fora com o que pretende” (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1968).

À noite esses jovens saíam às ruas e calçadas para protestarem a favor da irmã, diretora do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete. Surtiu efeito. O juiz Elói Dadam, a pedido do inspetor escolar promoveu um encontro no dia 10 de abril de 1968 com a participação de autoridades incluindo os professores. Depois, analisando os documentos, pode-se perceber que o fato talvez possa ser caracterizado como disputas de poder internas. A análise documental evidencia que os alunos estavam agitados naquele dia e o inspetor chegou ao local procurando acalmar os ânimos. Enquanto a reunião acontecia no interior do Seminário, os alunos aguardavam no pátio, “embora lhes fôsse proibida tal atitude” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1968).

A “grande líder” do povoado estava no banco dos réus, sendo sabatinada. Era um cerimonial de representação do poder. No dia do referido encontro, autorizado pelo juiz, o primeiro a falar foi o Inspetor Escolar. Além dos dois compunham a mesa o prefeito municipal, dois sacerdotes, o pastor luterano²⁸ e irmã Maria Ancila. Na seqüência da fala do Inspetor, fez uso da palavra um integrante do grupo que fez a acusação à religiosa. Tratava-se do professor Antônio Conci, do Grupo Escolar. Deve-se levar em conta que a fonte deste fato e da maioria desta pesquisa, é de documentos que foram escritos pelas Irmãs de Notre Dame, portanto não encontramos pormenores do discurso da acusação.

O professor do Grupo que acusou a irmã se pronunciou solicitando que a religiosa deixasse a direção. Porém, do primário ela não podia sair porque era concursada e da mesma forma do ginásio. A irmã Maria Ancila acabou deixando a direção do ginásio Normal. Assumiu em seu lugar uma professora “leiga”, vaga esta que pertencia ao partido do Regime Militar, dominante na época, a ARENA²⁹. A reunião terminou mesmo com a intenção de algumas pessoas se pronunciarem. O cerimonial do poder foi representado. Após houve o regozijo:

²⁸ Não foram identificados os nomes, pois, os Anais não citam o nome dos sacerdotes e do pastor.

²⁹ A Aliança Renovadora Nacional – ARENA, era o partido do Regime Militar (1964-1985) no Brasil.

O Juiz de Direito convidou as pessoas de destaque para um almoço de “confraternização” no hotel. A Irmã M. Ancila não pôde esquivar-se uma vez de que ela era o alvo de toda reunião. Em companhia da I. M. Inocente fez ainda esse ato de heroísmo. Tudo parecia terminado, mas as conseqüências nós a vimos e vivemos no decorrer do ano. Mas unidas pelos laços do amor e da caridade fomos firmes até o fim (ANAIS CASA NOSSA SENHORA DA SALETE, 1968).

Esta passagem nos traz muitas reflexões sobre o fato. Por exemplo, as aspas na palavra “confraternização”, demonstram a princípio certo descontentamento das irmãs com o “espetáculo” do poder, representado culminando no afastamento de Ancila, da direção do Ginásio Normal. Outro ponto possível de análise se refere à parte final da passagem onde diz que “tudo parecia terminado, mas as conseqüências nós a vimos e vivemos no decorrer do ano”. Fica inferido aí que as irmãs não se manifestaram contra a decisão, porém não a aceitaram. No final do cerimonial do poder, para as religiosas preponderou a volúpia, que se sobrepôs à soberba, pois como sugere boa parte dessa pesquisa, as forças centrífugas do poder no povoado se concentravam em torno do espaço educacional, geograficamente e ideologicamente falando. As forças não se anulavam entre si. Pelo contrário, justificavam-se mutuamente, ou seja, a reciprocidade do poder para que determinado grupo permaneça no “topo dessa pirâmide”. Para explicar como se cristalizavam as relações de poder neste cenário, usamos o exemplo de Thompson (2011, p. 40), que analisa a relação da *gentry*³⁰ e os “pobres” na Inglaterra do século XVIII, que embora exista uma diferença de três séculos,

Mas é certamente possível que uma sociedade esteja rachada e barbaramente faccionária no topo, mas conserve a sua coesão na camada inferior. As juntas militares se envolvem em golpes e contragolpes, os pretendentes ao trono trocam de lugar, os senhores da guerra realizam marchas e contramarchas, mas na base da sociedade os camponeses ou os trabalhadores [...] permanecem passivos submetendo-se às vezes a uma troca de senhores, contidos pela força das instituições paternas locais, obrigados a se sujeitar pela ausência de horizontes sociais alternativos.

Tal fato, de depor a irmã Ancila de seu posto, seria mais tarde relatado num livro de poesias que apresenta uma cronologia de eventos entre 1954, data da chegada das irmãs, até 1973:

³⁰ “Embora a *gentry*, pela sua riqueza e influência política, pudesse aspirar e, eventualmente, obter títulos nobiliárquicos, no contexto do século XVIII inglês era um grupo social distinto da nobreza. Dona de cerca da metade das terras do país, a *gentry* determinava os padrões de poder local como juizes de paz e responsáveis pelas milícias”. Seriam como o próprio Thompson a define, “vigorosos capitalistas agrários” (THOMPSON, 2011, p. 16).

Abrem-se as cortinas do palco e o ano de 1968 surge e com ele novas atividades. Todos estão ansiosos da grande realizações (sic). Ness (sic) ano um grande obstáculo foi colocado no nosso caminho da nossa querida diretora. Queriam a toda força tirar seu cargo. Mas com sua eficiencia e heroismo nada conseguiram fazer. Porem ela colocou a disposição o cargo de diretora do Normal Reginola (sic). Sendo a nova diretora a Srt. Ilse Ebert. E a irmã M^a Ancila permaneceu como diretora do Ginasio e primário, para a felicidade dos alunos (LIVRO DE POESIAS, 1954-1973, p. 15).

Esse episódio evidencia que as relações eram caracterizadas por uma simbiose do poder público municipal com a esfera de atuação da Congregação das Irmãs de Notre Dame. Ainda nesse momento, a educação e a religiosidade confluíam-se com o governo municipal nas decisões e “destinos” do município. Estar no espaço de atuação do Grupo Escolar era precipitar-se no palco político e na esfera do “status” da “elite” maravilhense. Os “outros” eram os ditos “leigos”, despossuídos do saber. As Irmãs de Notre Dame, os padres da Sagrada Família e os professores partilhavam entre si e se projetavam para a “massa” popular, como os detentores do saber/fazer/poder.

Durante algum tempo, até 1976, irmã Ancila permaneceu no povoado exercendo papel de protagonista nas diversas bifurcações de relações estabelecidas no espaço da colonização e participou dos momentos do apogeu e viveu os momentos finais da atuação, mais cristalizada, da Congregação nesse espaço. A religiosa decidiu em 1975 pela exlausuração, ou seja, suspensão das atividades religiosas para o período de um ano. Permaneceu até julho deste ano fora de Maravilha. Em agosto reassumiu a direção da escola e permaneceu até o final do ano de 1975. Na sua ausência, sua “fiel escudeira”, irmã Maria Inocente, assumiu a direção. Nesse ano já havia somente 3 irmãs com uma escola com 1.500 alunos e 50 professores “leigos” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1975, p. 01).

No entanto, era chegada a derradeira hora, e no fim de fevereiro de 1976, Irmã Maria Ancila pediu mais um ano de exlausuração e foi residir em Blumenau. Foi o momento em que deixou a direção da escola. Neste ano a escola ainda possuía 1.500 alunos, 3 irmãs e 55 professores “leigos” (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1976, p. 01).

No ano 2000, mesmo trêmula e com lapsos de memória causados pelo Mal de Parkinson, Irmã Ancila comentou, em entrevista, que seus colegas já lhe diziam que Maravilha não era mais o seu lugar, que deveria procurar um local aonde lhe dessem mais valor. No final, enfatizou que muitos, por questões pessoais e políticas, impediam seu trabalho e de como as questões políticas incomodavam nesta cidade. Afirmou que percebeu que seu lugar não era mais neste local, ou seja, em Maravilha (LINCK apud DE LEMES, 2005, p. 108). Mesmo não fazendo mais parte da estrutura religiosa da SND, Irmã Ancila

prosseguiu ligada às atividades conduzindo aulas de catequese em Carazinho no Rio Grande do Sul. Irmã Ancila faleceu junto à família nesta cidade, em novembro de 2004.

3.5 As ramificações da Congregação de Notre Dame

3.5.1 O Clube de Mães e a Associação de Pais e Mestres

Com todos esses acontecimentos ocorridos no “palco da colonização”, as instituições aos poucos iam tomando forma. Surgia em cena mais um ator social: o Clube de Mães. A princípio foi uma instituição criada com o objetivo de reunir as mães dos alunos do Grupo Escolar para tratar sobre os “destinos” e buscar estabelecer padrões de conduta moral nas famílias. De Lemes (2005, p. 57) afirma que o Clube foi criado no dia 28 de maio de 1961. Porém os Anais de 1959 dão conta de que o Clube já existia antes, pois, no dia 23 de agosto de 1959, aconteceu a segunda reunião do Clube de Mães. A data da criação com a primeira reunião não foi localizada nos documentos, mas, na citação a seguir está inferido que foi criado neste mesmo mês, ou seja, agosto de 1959: “Devido à doença da irmã ficou um pouco parada esta associação, mas logo no primeiro mês de atividade foi reorganizado” (ANAIAS CASA N. S. DA SALETE, 1959, p. 27). Portanto, na data de 28 de maio de 1961, citada anteriormente, acontece na sala número 1 do Grupo Escolar, “a primeira reunião do corrente ano das sócias do Clube das Mães” (ATA CLUBE DE MÃES, 1961, p. 01).

Conforme está evidenciado nos documentos, provavelmente foi o primeiro Clube de Mães da Vila. De acordo com o que já foi dito, era formado pelas mães dos alunos do Grupo Escolar e constituía-se como “a parte feminina da Associação de Pais e Mestres”. Com 97 sócias, o Clube tinha como orientadora, a irmã Ancila. Os principais assuntos tratados nessas reuniões versavam sobre a educação dos filhos e a vida em família, mas, principalmente a: “importância da mãe para a felicidade do lar, necessidade de colaboração entre a família e a escola, como satisfazer o marido para que haja paz na família etc...”. Tais temas discutidos nas reuniões justificam-se por ser este, um momento paternalista e, sobretudo, de forte influência religiosa no povoado. As reuniões eram realizadas geralmente de dois em dois meses. O Clube também possuía uma biblioteca com livros para as moças que aspiravam ao matrimônio (ANAIAS CASA N. S. DA SALETE, 1959, p. 27). Aliás, um dos principais assuntos abordados nos encontros era sobre a preparação das moças para o casamento. Vale ressaltar também, que nesse momento esse era o ideal de vida aceito e difundido no tecido

social. Segundo Foucault (2005, p. 179):

Em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

O funcionamento do discurso estava presente nesta nascente sociedade que se formava, calcada na “ordem”, “progresso” e na “disciplina”. Tais preceitos eram repassados nas reuniões do Clube de Mães, local onde tal discurso se materializava. No entanto, com relação à sua eficácia, denotaria outra pesquisa com uma lente menos nebulosa, muito embora esse saber/poder atingia seus objetivos em grau e medida não verificáveis até aqui. Como sociedade paternalista, os encontros das mães serviam para as irmãs repassarem uma doutrina que legitimasse o homem como sendo o chefe da família. Por sua vez a Associação de Pais e Mestres, que realizou sua segunda reunião no dia 30 de agosto de 1959 tratava entre outros, de assuntos análogos ao do Clube de Mães.

Já que o Clube de Mães era a “parte feminina” da Associação de Pais e Mestres, os assuntos familiares deveriam ser tratados no Clube, enquanto a Associação tratava de questões “organizacionais”. Por este fato se verifica a intencionalidade de promover uma modelação dos costumes, tendo como alvo o corpo da mulher, que era alvo de saber/poder. Os discursos nas reuniões funcionavam de tal modo que atingisse o seio da família. Tal empresa recaía sobre as mães, que deveriam “doutrinar” suas filhas, sobretudo que se preparassem para o matrimônio e se responsabilizassem pela “paz no lar”.

Fica claro, de qualquer forma, que se institui uma noção e um controle sobre o corpo a partir do próprio controle e divulgação de um saber sexual modelar e definidor de práticas sociais. Contudo, caberá à família, formada nos princípios da moral cristã, a responsabilidade primeira pela manutenção da vida e pela pedagogização do corpo. Será através dela que o indivíduo deverá integrar-se ao modelo social proposto e firmar-se como sujeito ajustado às normas institucionais e ao novo regime produtivo (SOUZA, 2001, p. 13).

Naquele 28 de maio de 1961, dia de reunião do Clube de Mães estavam presentes 43 sócias. Tendo a Irmã Maria Ancila como orientadora, foi explicado às novas sócias o objetivo da Associação:

Unir a família a boa escola para a defesa dos direitos sagrados da família, principalmente contra as forças externas que procuram fazer vacilar as bases

da família. Uma mãe inteligente saberá fazer de sua família uma pequena e agradável sociedade, fazer tanto como seus filhos e esposo se sintam bem no lar (ATA CLUBE DE MÃES nº 1, 1961, p. 01).

O Clube de Mães era um braço da Congregação no povoado. Aliás, era a própria educação religiosa em ação, comandada pela orientadora irmã Ancila. Era em maior ou menor medida, uma forma eficaz de fazer percorrer por todo o tecido social a educação moral cristã, que dessa forma adentraria aos lares das famílias. Não obstante, a presidente da Associação repassava os ditames morais, os quais as mães deviam seguir para que seus lares fossem harmônicos. Sendo assim, orientou as esposas para que:

Procurassem tudo fazer para serem mesmo o sol do lar. Dentro sim de suas possibilidades cuidar muito da aparência pessoal para agradar o esposo. Muitas relacham (sic) em aparecer bonitas e pensam “ha eu tenho o meu” sim acrescentou tu tens o teu então segura-o faça com que o se sinta atraído ao lar é teu dever também. Finalizou explicando “ha economias que custam caro” (ATA CLUBE DE MÃES nº 1, 1961, p. 01).

As reuniões se tornavam momentos onde a doutrina era socializada visando formar a família dentro dos preceitos cristãos. Era o vetor da maquinaria educacional religiosa, que objetivava promover uma mudança com direção bem definida. Buscava circular nesse espaço e com isso atravessar todo o tecido social. Vale aqui ressaltar, no entanto, sem a pretensão de “naturalizar” a dominação da Congregação de Notre Dame – muito embora considerando que ela tenha atingido seus alvos em graus e medidas diferentes – que é importante destacar, que esse poder não ocorreu de forma homogênea nessa “emaranhada e confusa” teia de relações no “palco” da colonização. Concomitantemente, é mister considerar a possibilidade de que o poder emanava da instituição religiosa que promovia a sanção e legitimação dos princípios de “amor à pátria” e “progresso” e a chefia do homem na família:

A seguir acrescentou ainda a Revda. Irmã Orientadora, as mulheres sejam submissas, a seus maridos como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, [...]. Nós como religiosas mesmo dum certo modo também dependemos do homem (ATA CLUBE DE MÃES nº 02, 1961, p. 02).

O Clube de Mães era uma instituição auxiliar da escola, pois era ali que as irmãs difundiam as informações para as mães dos alunos. Elemento crucial na formação da sociedade, pois, seus dogmas tinham endereço certo: os lares das famílias de colonos.

A maneira de educar os filhos também estava em evidência durante as reuniões do

Clube de Mães. Irmã Ancila explicava que a mãe tem o dever de castigar seus filhos quando eles merecerem, pois, “quem mais executa seus filhos, mais gosta dêles”. Inclusive colocava que os pais não deviam fazer a vontade dos filhos e também não envolver em muitas brincadeiras, sendo que não deviam rir quando o filho praticasse uma má ação, pois dessa forma com o tempo a criança perderia o respeito e assim os castigos não adiantariam mais (ATA CLUBE DE MÃES nº 4, p. 1962, p. 03).

A moral cristã estabelecida no espaço escolar e além muro, direcionava e intencionava reger a vida social e os costumes das famílias. Um exemplo disso é que no dia 11 de maio de 1965 a irmã Ancila conclamou as mães a se unirem contra a abertura de uma “casa de corrupção” que estava prestes a abrir na cidade, considerando tal fato como sendo “perigoso” (ATA CLUBE DE MÃES nº 09, 1965, p. 07). As reuniões com as mães se tornavam estratégicas para difundir o cristianismo no âmago das famílias. A atuação das irmãs na educação e junto às famílias se constituía num saber/poder que fornecia uma visão de mundo aos estabelecidos e para isso, como já foi abordado anteriormente, essa doutrina era repassada às mães, porque estrategicamente estas se encarregariam de conduzir o “destino moral” e educacional da família.

Falou-nos também que cada família deveria ter uma bíblia em casa e na hora das refeições fosse lido um trechinho para assim difundir melhor o cristianismo em nossas famílias (ATA CLUBE DE MÃES nº 10, 1966, p. 07).

A pobreza era um elemento presente nesta sociedade. Nas reuniões do Clube as mães se reuniam também para costurar uniformes para os alunos pobres. Existiam também as “Representantes Sociais” que: “encarregadas da criança pobre andaram de casa em casa oferecendo assim oportunidade de freqüentar as aulas a diversas crianças pobres que não freqüentavam”. Além disso, “não deixaram de cumprir a missão de que foram encarregadas, em vigiar o comportamento dos colegiais na sociedade” (RELATÓRIO CLUBE DE MÃES, 1966, p. 09).

Durante a atuação das irmãs de Notre Dame à frente da educação em Maravilha, os sujeitos eram constantemente vigiados nas práticas que desabonassem a conduta e a moral cristãs. A passagem anterior deixa inferida, sem precisar em que medida, de que naquele ano de 1966, havia crianças fora da escola, talvez em número considerável, pois, o total de alunos matriculados na escola chegava a 931. O jardim de infância possuía 108 alunos sendo 32 meninos e 76 meninas. O pré tinha 49 crianças, sendo 23 meninos e 26 meninas. No primário

do 1º ao 5º ano havia 312 meninos e 319 meninas perfazendo um total de 631 alunos no primário. O ginásio possuía 143 alunos (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1966, p. 75).

3.5.2 Reuniões Pedagógicas

As reuniões pedagógicas eram na maior parte das vezes conduzidas pela Irmã Ancila, enquanto esteve à frente da direção da escola, ou seja, até 1976. Quando não podia comparecer por um ou outro motivo, a substituta era a sua “fiel escudeira”, irmã Inocente. Nesses espaços eram repassadas diversas orientações de como agir em relação ao aluno, organização de festas em datas especiais e outros comunicados que estavam na ordem do dia no espaço educacional do povoado. Porém, analisando as atas destas reuniões podemos encontrar elementos que fizeram parte do dia a dia da vida escolar como, por exemplo, no início das aulas deveria ser lido um trecho da Bíblia. A orientação era repassada por irmã Ancila:

Os professôres não se esqueçam de ler o trecho da Bíblia no início da aula. Logo após a leitura, que será feita por um aluno, os demais poderão fazer perguntas e comentários sôbre o referido trecho (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 87, 1966, p. 04).

No período em que a Congregação esteve efetivamente na direção da escola, as aulas era um mesclado de catecismo católico com as disciplinas, ou seja, eram aulas de religião católicas. Nesta reunião pedagógica foi falado sobre o significado da palavra “socializar”:

A qual para nós cristãos, significa tornar a criança mais desinibida, mais desembaraçada. [...] Nossos alunos são muito tímidos o que é causado pelo meio ambiente, falta de carinho, orgulho, etc. Na aula o professor deve torná-los mais sociais, mais decididos. O ideal seria tornar o período de aula num ambiente familiar, porém, sem perder por completo a disciplina. A Revda. Irmã Maria Ancila, disse-nos que na 2ª série do Ginásio, durante suas aulas, os alunos, para ler os responder (sic) perguntas, não precisam levantar-se e com isso notou que eles têm mais coragem para dissipar suas dúvidas, fazendo perguntas, ou mesmo comentando sôbre a matéria passada (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 87, 1966, p. 04).

Filas na porta antes de entrar na sala, orações e leitura de trecho da Bíblia no início das aulas, os alunos se levantarem para responder as perguntas formuladas pela professora, no recreio meninos e meninas brincando em pátios separados, eram práticas presentes nesse

contexto, no espaço escolar.

“Criança ocupada, criança disciplinada”. Essa era uma prerrogativa repassada nas reuniões pedagógicas. Além disso, o professor deveria acompanhar os alunos até o portão na hora da saída. Essa atitude provavelmente se relaciona ao fato de a irmã ter solicitado mais gentileza entre os professores, pois: “disse que vem notando uma certa tensão entre os professôres cansada (sic) por falta de delicadeza e pediu para que melhorassem neste sentido o que tb. irá beneficiar os alunos” (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 88, 1966, p. 06). As reuniões serviam também para repassar informações sobre a carreira docente. Irmã Ancila, tratando sobre benefícios citou que “o professor casado tem direito ao abôno espôsa, abôno família e auxílio natalidade, sendo que o professor Ângelo Riboldi requereu a dois anos o abôno espôsa e até hoje não recebeu” (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 88, 1966, p. 06).

Visando estabelecer o “reino de Deus na terra”, as reuniões pedagógicas não deixavam de ser esta simbiose entre educação e religião. Tornar aqui o “reino de Deus” era ao mesmo tempo preparar o aluno para a continuidade do processo numa direção bem definida, é adestrar os corpos, a fim de serem úteis, caminhando em direção ao “progresso” e às necessidades do capitalismo. Essa visão é evidenciada durante a reunião pedagógica do dia 10 de junho de 1967, quando foi feita a leitura de um artigo do Decreto do Concílio Vaticano II com o título de “*Gravíssimum Educacionis*”:

Lembrem-se, porém os professôres serem êles os primeiríssimos promotores do que a escola pode levar a concretizar em seus propósitos e iniciativas. Assim pois a escola, ao mesmo tempo que se abre como deve às condições de progresso da nova era, educa seus alunos para que desenvolvam com eficiência o bem estar terrestre, preparando-os igualmente para o serviço de expansão do Reino de Deus, a fim de tornarem-se como que fermento salutar da comunidade humana, pelo exercício de uma vida exemplar. [...] Nós temos que educar a sociedade do futuro, fazendo com que os alunos saibam participar da vida social. Devemos fazer de nossos alunos membros úteis à sociedade (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 91, 1967, p. 12).

Aliás, vale ressaltar, que conforme a doutrina deste Concílio, “Quanto mais o evangelho penetrar nas escolas, tanto mais progresso haverá na educação” (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 95, p. 16). Fica inferida nesta frase uma intenção com direção definida, a expansão de atuação da Congregação com a doutrina católica. Além de os valores e sentimentos cristãos serem difundidos nas reuniões do Clube de Mães, também o era nas reuniões pedagógicas. Era nesse espaço que se injetava subjetividades como “ser professor” e, por conseguinte “como ser aluno”:

O professor deve ser uma pessoa de muita responsabilidade, pois que, mais tarde os alunos dirão eu sou aquilo que de mim fizeram quando estive na escola. Assim vemos que a influência que o professor exerce sobre os alunos é grande. Cada qual deve colaborar para que seja sempre mais fomentado o espírito de caridade e fraternidade cristã entre professores e alunos (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 92, 1967, p. 13).

Como já foi dito, essas reuniões também serviam para repassar avisos de festas e regras para serem seguidas com o conseqüente estabelecimento do poder da disciplina. Na reunião do dia primeiro de agosto de 1967 verificamos a primeira menção ao mítico “livro negro”, que não localizamos. Em tal livro eram registrados os nomes dos chamados “alunos difíceis”, que em algum momento e medida, transgrediam as “regras” da instituição. Dessa maneira, deveria “Procurar manter a máxima disciplina nas salas de aula. Tendo um aluno difícil, procurar corrigi-lo, não sendo possível de outra maneira, levá-lo à secretaria onde deverá assinar o livro: “penalidades”, ou livro negro” (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 92, p. 14).

Na reunião pedagógica do dia primeiro de junho de 1968 a irmã Ancila abordou o tema “noção de obediência”. Referiu-se na reunião sobre a falta que há com relação à obediência às autoridades. É importante lembrar que nesse momento existe uma espécie de culto às autoridades. A religiosa afirmou que:

Porque há tanta discórdia, guerra? Tudo devido a falta de submissão e de respeito às autoridades. Isto requer uma submissão de livre e espontânea vontade, apesar de as ordens contrariarem nossas idéias. A criança já tem por natureza esta submissão aos pais e professores. Nós, da nossa parte devemos procurar formar nosso caráter para que seja submisso e respeitoso, especialmente às autoridades. A obediência existiu desde o início e vai até o fim dos tempos (ATA REUNIÕES PEDAGÓGICAS nº 96, 1968, p. 17).

Estas pequenas frases ditas pela irmã Ancila permitem uma análise do que é considerado natural nesse momento. Primeiro, a criança parece ser ainda considerada despossuída de saber. Essa “tenra parafina” precisa ser moldada para a obediência à hierarquia, culto às autoridades e submissão incondicional aos pais e professores. E, por fim, naturaliza e predestina a obediência dizendo que ela existiu “desde o início e vai até o fim dos tempos”.

3.5.3 Associações escolares

A “maquinaria escolar” contava com diversos atores sociais, ou seja, com vários “braços”, ou melhor, dizendo, Associações Escolares, como eram denominadas o Pelotão da Saúde, a Liga da Bondade, a Biblioteca Dom Pedro II e o Clube Agrícola. Essas Associações de algum modo serviam a estabelecer costumes, normas e regras a serem seguidos nesta sociedade. O Pelotão da Saúde funcionava de acordo com o “Regulamento”. Havia uma diretoria. Em cada classe foram escolhidos dois monitores que faziam uma “revista higiênica” todas as sextas feiras. Os integrantes do Pelotão usavam um avental e um capacete brancos. A classe vencedora dessa “revista” recebia uma bandeira branca que permanecia na sala até a próxima visita.

Assim sempre todos queriam ganhar a Bandeirinha e vinham limpos para a escola. [...] As reuniões foram feitas em junho e março e agora no fim do ano. Em todas (sic) elas foi sempre falado sobre (sic) a limpeza, ordem e asseio que devem (sic) haver entre os alunos. Por isso fizemos todas (sic) todas as semanas a revista. Alguns monitores se distinguiram pelo interesse que mostraram em conservar sempre o pátio limpo e também as privadas, quasi (sic) todos os dias as lavamos, e ensinamos aos pequenos como comportar-se neste lugar. Temos duas bandiras (sic) novas, uma para o turno matutino e a outra para o vespertino (RELATORIO FINAL PELOTÃO DE SAÚDE, 1959, p. 23).

O Pelotão da Saúde foi criado em 1957. Tinha como coordenador, geralmente um professor de ciências. Investigava a limpeza e o comprimento das unhas e dos cabelos. Era conferida também a limpeza dos uniformes e dos calçados, que nos dias de chuva e lama, o aluno deveria trazer outro para usar na sala de aula. Os cadernos deveriam ser encapados e sem as ditas “orelhas de burro” (DE LEMES, 2005, p. 40, 41). O Pelotão era uma espécie de “vigilante” da higiene. De alguma forma essas práticas, no cruzamento com outras ações, se tornavam um saber/poder, que exercia sobre os corpos uma tecnologia disciplinar, visando torná-los úteis para a sociedade capitalista que se formava no espaço da colonização. Essa tecnologia disciplinar da higienização, ao mesmo tempo em que fornecia uma ação pré-estabelecida com objetivo e direção claros, o de modelar indivíduos numa visão considerada como a certa para o período, jogava sobre esse indivíduo toda a carga e a responsabilidade de não fazer o oposto. Essa contraposição seria considerada uma anomia, ou seja, ausência da normalidade. Dessa forma, pode-se contar com um mecanismo eficiente que vinha de dentro do próprio indivíduo: a “vergonha”. Para Elias (1993, p. 242) a modelação da economia das pulsões é conhecida como “vergonha”. Segundo o autor ela foi institucionalizada no homem

ocidental a partir do século XVI com a caracterização de uma transformação na estrutura da personalidade social. Trata-se mais especificamente de: “Uma exaltação específica, uma espécie de ansiedade que automaticamente se reproduz na pessoa em certas ocasiões, por força do hábito. [...] é um medo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas” (ELIAS, 1993, p. 242).

Conforme Norbert Elias (1993), na sociedade de Corte, a exposição de alguma parte do corpo de superiores diante de inferiores, como, por exemplo, de um rei para seu ministro não sofria restrição social. Aliás, podia até ser considerado como um ato de benevolência superior. No entanto, o oposto foi sendo banido da vida social, como, por exemplo, a exposição de alguém de categoria inferior para um superior ou mesmo para outros da mesma categoria. Configurou-se como falta de respeito. Somente quando aumentou a dependência funcional de uns para com os outros e os membros da sociedade se tornaram mais iguais, é que passou a ser uma transgressão na presença de qualquer pessoa. No momento que esse comportamento se associou ao medo no indivíduo, a vergonha passou a ser um comando partido de dentro de si mesmo (ELIAS, 1993, p. 245).

A educação desta segunda metade do século XX não é a mesma do século XIX, mas, considerando que na história há rupturas e mudanças, existem também realocação de problemas. Na ação do Pelotão da Saúde há a presença de um discurso médico. Sendo o espaço escolar um local de aplicação de tecnologias governamentais, o sistema educacional é chamado a intervir na realidade e no comportamento moral e sexual das crianças. E, se historicamente a medicina priorizou um saber/poder sobre o corpo da mulher, também no espaço escolar foi alvo de maior atenção (ALTMANN, 2009, p. 342, 343). Segundo Altmann (2009, p. 343): a disciplina na escola mais próxima do discurso médico é a de ciências. Não por acaso, o Pelotão era coordenado por um professor de ciências. Não obstante o corpo da criança era alvo desse saber/poder. O Pelotão reproduzia o discurso médico higienista e normalizador.

Tinha reunião em março e agosto e no fim do ano. Nesta reuniões (sic) a orientadora sempre insistiu na ordem, asseio e higiene (sic). Os monitores se esforçaram para conservar a ordem e o asseio nas patentes e também no pátio e nunca zombaram de um aluno que não estava limpo (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 57).

No ano de 1969 o Pelotão da Saúde ainda estava em ação. Possuía um pequeno pronto socorro com medicamentos para atender alunos machucados. Também cuidava da limpeza e da ordem do pátio da escola. Ensinava aos alunos como manter a higiene do corpo e outras

ações que realizava desde sua criação. Andavam pelo pátio e pelas sanitárias durante o recreio, a fim de fiscalizar o comportamento higiênico e a ordem dos alunos. Como neste ano a escola estava sem serventes, o Pelotão ficou responsável por passar em todas as salas após o final das aulas. As turmas que deixavam a sala mais limpa eram premiadas com algum atrativo como, por exemplo, um filme de slides (RELATÓRIO GERAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1969, p. 39). O Pelotão era um “vigilante” do comportamento higiênico no espaço escolar. Com a atuação dessas Associações Auxiliares, o discurso normalizador de higiene, ordem e disciplina era difundido com o objetivo de “adestrar” os corpos, preparando-os para cumprir sua função dentro do modelo desejado de sociedade naquele momento.

Foucault (2005, p. 195, 197) afirma que no século XVIII a saúde e o bem-estar físico se tornam um objetivo político que a “polícia” do corpo social deve regular ao lado das questões econômicas e da ordem. Esta ordem “higiênica” era disseminada também pelas instituições de caridade e religiosas. Estas atribuições higiênicas vinham acompanhadas de atividades de distribuição de vestuário, amparo a crianças pobres abandonadas, educação moral e vigilância sobre mendigos e indigentes.

Outra associação auxiliar da escola, era a Liga da Bondade que foi fundada no dia 23 de março de 1957. Era integrada por dois alunos de cada classe além de uma diretoria que tinha no comando um professor de religião. Na segunda reunião da Liga foram socializadas as boas ações verificadas no espaço escolar como, por exemplo, uma aluna que encontrou no pátio Cr\$ 200,00 “e foi direitinho entregar à diretora”. Outro relato foi o de que um aluno do 3º ano repartiu sua merenda, ou, uma menina do 2º ano deu uma aritmética para outra que não tinha (RELATÓRIO ANUAL GRUPO ESCOLAR N. S. DA SALETE, 1957, p. 59). No ano seguinte foi escolhido um patrono para a Liga: Papa Pio X. Os integrantes da Liga deveriam dar bons exemplos de “civildade” e comportamento. Organizavam homenagens no dia do professor sendo que todas as “boas ações” deveriam ser registradas em um caderno. No entanto,

Muitas outras coisas ainda fizeram os monitores, mas como a orientadora sempre disse que não se deve fazer o bem para ser visto e elogiado, muitas coisas boas ficaram esquecidas, porque ninguém as marcou, mas assim mesmo ficamos contentes (RELATÓRIO FINAL LIGA DA BONDADE, 1959, p. 25).

A doutrina católica estava presente no espaço da comunidade escolar religiosa. As crianças eram preparadas para a vida religiosa, obediência à pátria e para as regras do trabalho, pois:

Aqui sempre é fácil de preparar as crianças à Primeira Comunhão, pois na aula as professoras e irmãs já ensinam bem o catecismo e tudo que precisam saber para fazerem a primeira comunhão. Mas mesmo assim sempre exige muito fervor e zelo por parte de quem as prepara e as auxilia na recepção do sacramento (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1959, p. 29).

Parece que o centro das atenções de políticos e religiosos que acorriam ao povoado era o educandário. Ali se encontrava a “tenra parafina”. Os “cidadãos” do amanhã. Sem levar em conta as constantes visitas do inspetor escolar e depois delegado de ensino, e também o fato que de tempos em tempos aparecia no espaço escolar algum candidato ou religioso do alto clero. No dia 3 de maio de 1961 chegou ao local, a visitadora geral madre Maria Gervásia, advinda de Roma. Para recebê-la, além das crianças e os professores, estavam presentes o prefeito municipal e os vereadores.

Naquele mesmo mês ainda visitaria o local o candidato a vice-governador Doutel de Andrade e sua comitiva. No início das aulas em cada ano a tradição era uma missa com a presença dos professores e alunos. Após, uma sineta tocava e anunciava, e as crianças ficavam curiosas para saber quem seria seu professor ou professora. A Vila respirava a educação e a religiosidade promovida pelas irmãs de Notre Dame, - embora tal empresa não tenha sido exclusiva da Congregação - enquanto o processo de colonização avançava. As crianças e seus familiares eram atores fundamentais nesse palco. As atividades das irmãs agiam como força centrífuga no povoado. Quem participava desta atmosfera estava no “caminho do bem”. Quem estava fora, não estava no caminho. Isto fica mais evidente quando acontece no dia 8 de dezembro de 1960 o batismo de 7 pessoas de uma família convertida:

Hoje foi batizada tôda a família do Sr. Arlindo Anel. Já há muito tempo que a sua espôsa estava sempre em dúvidas, ela via que estavam no caminho errado e queriam entrar no caminho que conduz verdadeiramente ao céu. [...] Em primeiro lugar o pai e a mãe deviam abjurar ao protestantismo, isto as crianças não precisaram porque ainda não eram confirmadas na igreja protestante (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1960, p. 38).

Os batismos de pessoas “convertidas” seguiam acontecendo nos anos seguintes. No dia 27 de março de 1961 os Anais citam que:

O senhor Egon Dispsel, era protestante, mas sua esposa é católica, e êle não se sentiu feliz ao ver que as crianças rezavam e a mãe os ensinava e êle não podia ensinar-lhe nada pois nada sabia de nossa religião para poder ensinar os pequenos. Por isso se tornou católico; mas a mais feliz foi a sua esposa que agora poderia novamente receber os sacramentos, que desde o dia do casamento não mais os recebeu em vista que ficou escomungada (sic) por ter

sido casado em uma outra religião (ANAIS CASA N. S. DA SALETE , 1961, p. 44).

Conversões, Primeira Comunhão, batismos, catecismo na sala de aula. Essas práticas se entrelaçavam na “formação” das crianças e também das famílias do povoado. Algumas crianças que faziam a Primeira Comunhão já tinham atingido a maioridade, devido a sua “conversão” do protestantismo para o catolicismo. Algumas ações e posições chegavam ao extremo, como é o caso de uma jovem “convertida” no dia 26 de setembro de 1961:

Esta jovem foi nossa aluna e já no tempo aula ela disse se eu me casar é só com um católico. E de fato isto deu-se no dia 26 de setembro deste ano. O pastor protestante queria obrigar o rapaz a ficar protestante, este apesar de ser um católico não muito fervoroso, protestou imediatamente e o pastor insistiu e o rapaz disse-lhe: o senhor me deixe em paz se não, não sairá bem e êle insistiu e se não tivesse outros homens perto, o pastor teria levado uma boa sova, mas uns aranhões (sic) no rosto ele recebeu (ANAIS CASA N. S. DA SALETE, 1961, p. 46).

É importante ressaltar, que nesses primórdios da educação oficial em Maravilha a atividade educacional das irmãs de Notre Dame, funcionava como força centrífuga. Estavam presentes nesse espaço católicos e protestantes. Não há evidências de hostilidades entre eles.

Como já foi dito anteriormente, o recorte temporal desta pesquisa é significativo na medida em que torna relevante um diálogo acerca dos primeiros momentos da instalação da Congregação de Notre Dame em Maravilha em 1954 e a sua saída efetiva da direção da instituição escolar em 1976. Não obstante, torna-se pertinente também enfatizar que a sua presença no local trouxe mudanças. Em que medida, seria pretensão demasiada tentar apresentar aqui, até porque “documentação dominante expressa relações da instituição dominante”. Salvo todas as considerações feitas neste capítulo sobre as relações que foram se criando no povoado no entrelaçamento da teia social, a documentação não roçou outra possibilidade se não a de expressar por hora, através de uma investigação nas entrelinhas, da visão da Congregação de Notre Dame.

Talvez seja um pouco de ingenuidade colocar tal afirmação, mas é importante também considerar a ausência de documentação que estabeleça e traga à tona as relações e o mundo “existente” no local antes da chegada das irmãs. As relações sociais no povoado tinham direção certa. Mas elas não partiram ou foram “inventadas” por alguém. Foram tomando corpo nos diversos cruzamentos do tecido social. No entanto, Colonizadora, SND e a presença do Estado partilhavam de uma visão de que a “tenra parafina” precisava ser moldada. Não

obstante, as estratégias partiram tanto de um lado quanto de outro, ou seja, elas existiram na ação da Colonizadora e também da Congregação. Ambas sabiam exatamente o que queriam.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa buscou-se elementos que pudessem trazer à tona a forma como a Congregação das Irmãs de Notre Dame conduzia as atividades educacionais. Sobretudo como aplicavam suas “receitas” para o corpo docente e, por conseguinte como estes agiam junto às crianças que freqüentavam o Grupo Escolar Nossa Senhora da Salette. Vale ressaltar que tal empresa se deu num contexto que teve como cenário a “frente colonizatória”. A chegada das irmãs no povoado representa uma intenção da Colonizadora em “propiciar” um local para os colonos oriundos do Rio Grande do Sul educar seus filhos e para praticar sua religiosidade. Como resultado uma procura considerável por estas terras, devido à presença da SND e dos Missionários da Sagrada Família. Todo esse processo se deu numa consonância entre Estado, Igreja e Colonizadora. Ademais, é mister ressaltar que essa educação moral cristã, representou a formação de um poder disciplinar sobre os corpos com direção bem definida: formar o “bom cidadão” e o “bom cristão” para que fosse útil à sociedade e atendesse às demandas do sistema capitalista.

O capítulo I deste texto contextualiza a constituição do espaço e das representações do colono e do caboclo, tomando como ponto de partida a longa disputa que ocorreu no campo jurídico acerca das deliberações espaciais ambicionadas por Paraná e Santa Catarina durante o período imperial e no início da Primeira República, sobre as terras contestadas. Essa contextualização serviu de pano de fundo para se compreender como se constituíram nesse emaranhado de “interesses”, as pretensas formações espaciais e culturais, desde o fomento do Estado em “povoar” as terras contestadas e o Oeste Catarinense com a “desejável civilização” até a atuação das colonizadoras e mais especificamente no caso, a da Companhia Territorial Sul Brasil. Esta que contou, sobretudo com o “apoio” do governador Adolfo Konder durante sua histórica visita à região em 1929, ocasião em que proferiu inflamado discurso em Cascalho, então sede da colonização. Mais do que enaltecer a atuação da Colonizadora, sua visita significa a presença do Estado neste “inóspito sertão”.

Não há dúvidas de que a Colonizadora Sul Brasil promoveu uma expulsão sistemática das pessoas que aqui estavam antes da chegada da “frente colonizatória”. Esse “convencimento” era feito de diversas formas. No entanto, vale ressaltar também as grandes dificuldades de adaptação que os colonos oriundos do Rio Grande do Sul sofreram quando aportaram por estas paragens. Além disso, o capítulo I abordou sobre os momentos iniciais do “arranque” econômico do vilarejo. Demonstrou que, por exemplo, a vinda do grupo dos 20

homens, entre eles madeireiros, aventureiros, fotógrafo e engenheiro oriundos do Rio Grande do Sul, demonstravam objetivo econômico da exploração de madeiras nestas "inóspitas paragens". Esse grupo partiu de Passo Fundo em novembro de 1948 em um caminhão, duas camionetes e um Jeep. O texto abordou, entretanto a presença de moradores do tempo "d'antes da colonização", ou seja, os caboclos. Aliás, Pilati (1991), com relação a isso, exprime a visão de que a região era habitada por "bandidos" e "foragidos da justiça". Esta é uma visão distorcida, pois considera que a história começa com o processo da colonização e procurando colocar à margem, aqueles que pertencem a uma cultura diversa dos colonizadores. Nesta "inóspita paragem" havia pessoas antes da chegada da "frente colonizatória". Sujeitos da história, que por não se enquadrarem aos padrões europeus de "civildade" eram considerados marginais. A vinda do "grupo dos 20" e a presença da Colonizadora se configuravam sem dúvida no "arranque" das práticas exploratórias capitalistas na região. É oportuno ressaltar aqui que a documentação deixa evidente de que a Colonizadora promovia a exclusão dos caboclos que habitavam nas terras que lhe foram concedidas pelo Estado.

O capítulo II abordou, sobretudo a respeito dos desígnios da Primeira República no campo educacional. A medida tomada pela República de passar para as unidades estaduais a prerrogativa de administrar as terras coube também para a educação. Mesmo com a decisão de as unidades da federação administrar as atividades educacionais, houve uma homogeneização e uma intenção de as escolas se tornarem laicas. Porém, mesmo com a intenção de ser laico o Estado Republicano necessitou contar com a experiência da Igreja Católica na educação. Essa "reaproximação" entre Estado e Igreja acontece a partir de 1910 e em Santa Catarina a partir de 1914 permitindo a difusão dos princípios cristãos na sala de aula. Este capítulo abordou também sobre os primeiros momentos das atividades educacionais no povoado, com a chegada da primeira professora, o que poderia se caracterizar como uma educação ainda não oficial. Essa considerada educação oficial começa a se configurar com a vinda das primeiras religiosas ao povoado para verificar a possibilidade de atuação da SND no local. Eram as primeiras ações com vistas a trazê-las para cuidar das questões educacionais nesta região. A presença dos Missionários da Sagrada Família era outro fator preponderante para a consolidação de um projeto colonizatório, educacional e religioso com direção bem definida: o surgimento do "progresso" e o "desenvolvimento". Este capítulo na sua parte final se caracterizou por problematizar o estabelecimento e as práticas iniciais da Congregação no povoado.

No capítulo III verifica-se uma abordagem acerca da regulação, classificação e moralização dos corpos no ambiente escolar. Este funcionando como uma "maquinaria"

produtora de subjetividades e de “verdades”. Foi o momento da consolidação do Grupo Escolar Nossa Senhora da Salete. Analisando toda essa “maquinaria escolar” percebe-se o transplante e a realocação de valores europeus revestidos de um paradigma cristão. Verificou-se também a intenção de a Congregação seguir o ritmo de expansão da colonização e estabelecer-se enquanto instituição no município vizinho de Cunha Porá. Mas após a análise documental, foi possível “aproximar a lente” e verificar o cotidiano forjado nas diversas reuniões pedagógicas. Desses encontros saíam as principais deliberações para o funcionamento desta maquinaria escolar. Tanto mais é mister também analisar o “apoio” fornecido pelas ramificações escolares, ou seja, as associações que estavam ligadas ao Grupo Escolar e que auxiliavam no “cumprimento” das normas estabelecidas.

Neste recorte temporal (1954-1976) buscou-se não naturalizar as relações estabelecidas no povoado. A seara na qual buscamos navegar foi perceber as mudanças ocorridas no povoado com a educação moral cristã promovida pela SND. Os documentos analisados neste trabalho expressaram e relataram os valores, a moral e a visão de mundo da SND, pois, documentação dominante expressa relações dominantes. Esta pesquisa foi mais uma página, um recorte, um “pequeno cantinho” que foi desvelado - não na sua integralidade - deste imenso palco da colonização, embora parcialmente, mas que almeja contribuir para a historiografia da colonização do oeste catarinense, na medida em que identificou através de documentação, a moral difundida durante a frente colonizatória. Esta pesquisa, em termos de contribuição pra a historiografia da colonização do Oeste Catarinense se caracterizou pelo fato de interpretar um momento em que foram difundidos princípios cristãos, que buscaram determinar as relações no tecido social da colonização. Em que medida essa difusão atingiu seu objetivo? Não foi possível identificar, porém não há dúvidas de que toda esta atmosfera de preceitos morais cristãos emanava de uma instituição religiosa, que trabalhava em consonância com a Colonizadora e o Estado, que também funcionava como força centrífuga no povoado, a SND.

FONTES DOCUMENTAIS

Anais Casa Nossa Senhora da Salete. Arquivo: Casa Provincial da Congregação das Irmãs de Notre Dame, Passo Fundo-RS, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1966, 1968,

CIA. TERRITORIAL SUL BRASIL. Ata da Assembléia Geral da Constituição definitiva da Sociedade realizada no dia 23 de maio de 1925. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. Ata do Clube de Mães de 1961, 1963, 1965. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE. Ata Reuniões Pedagógicas de 1966, 1967, 1968. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

Carta da Seção Técnica da Cia. Sul Brasil, Cunha Porã, 14 abr 1952. Arquivo: Museu Padre Fernando Nagel.

CARTA Nº 52/1 para Otto Mussnich Diretor Gerente em Passarinhos, Cunha Porã, 19 jan. 1952. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel

CARTA À CIA. SUL BRASIL, Porto Alegre, 27 Ago. 1955. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

CARTA ENDEREÇADA À CIA. SUL BRASIL, Cunha Porã-SC, 26 mai. 1952. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

CARTA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA CIA. SUL BRASIL PARA JOSÉ LEAL FILHO, Cunha Porã, 24 jun. 1952. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

CARTA DO ESCRITÓRIO DE PASSARINHOS À SEÇÃO TÉCNICA EM CUNHA PORÃ, 10 abr. 1952. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

CARTA DA SEÇÃO TÉCNICA AO ESCRITÓRIO DA CIA. SUL BRASIL EM PASSARINHOS, Cunha Porã, 26 jun. 1952, p. 01 e 02. Arquivo: Museu Municipal Padre Fernando Nagel.

DADOS DA CIA. SUL BRASIL INFORMADOS AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 27 Out. 1949, Arquivo: Museu Municipal Padre Fernand Nagel.

LIVRO DE COMPROMISSOS DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE DE MARAVILHA, DISTRITO DE PALMITOS, 1957, 1958. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete

LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1956, 1957. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

LIVRO DE POESIAS GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1954-1973. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

MEMORIAL DA CIA. SUL BRASIL AO DEPTO. DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, TERRAS E COLONIZAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO IGUASSÚ, Passarinhos, 19 ago. 1944. Arquivo: Museu Padre Fernando Nagel.

RELATÓRIO ANUAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1957. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete, Maravilha.

RELATÓRIO CLUBE DE MÃES GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1966. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

RELATORIO FINAL DO PELOTAO DE SAUDE DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1959. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

RELATÓRIO FINAL LIGA DA BONDADE GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1959. Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

RELATÓRIO GERAL DO GRUPO ESCOLAR NOSSA SENHORA DA SALETE, 1969 Arquivo: EEB. Nossa Senhora da Salete.

PASTA DE LEIS CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA, 1959-1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, Helena. Corpo e gênero na educação sexual: análise de uma escola carioca. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.) [et al]. **Sexualidade, Reprodução e Saúde**. Rio de Janeiro. FGV, 2009.

ANDRADES, Claudiomar. **A constituição da escola entre o médio e o extremo-oeste catarinense (1930-1960)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Oeste de Santa Catarina-Unoesc, Joaçaba, 2006.

ARENS, Bernard. **A Bem-Aventurada Júlia Billiart**. Passo Fundo: Editora e Gráfica Berthier, 2001.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2.a Edição. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-79.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Ciclos econômicos regionais: modernização e empobrecimento no Extremo Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2005.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normatização de condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro, RJ. Bertrand Brasil, 1990.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o ginásio catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto (org). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DE LEMES, Lucirlene Pertuzatti. **Educação em Maravilha: o pioneirismo da Escola Salete.** Porto Alegre, EST edições, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões.** Petrópolis: Vozes, 1987.

GIALDI, Francisco. **Maravilha: sua terra, sua gente, sua história.** 2. ed. Porto Alegre: EST Editora, 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco.** Passo Fundo: Méritos, 2007.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWM, Eric J.. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente Medieval.** Bauru: Edusc, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

LOPES, Irmã Terezinha T. SND. **Hiligonde Wolbring: Sonho que deu Certo.** Canoas: Inovare, 2007.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo.** 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

NÓBREGA, Paulo de. Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas**: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

OTTO, Clarícia. As escolas Italianas entre o Político e o Cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas**: modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PASSOS, Izabel C. Friche (org). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PATTYN, Pierre. **Santa Júlia Billiard e Francisca Blin de Bourdon**: Duas Amigas Educadoras Segundo o Coração de Deus. Passo Fundo: Província de Santa Cruz, 2005.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PIAZZA, Walter F. **Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: 3. ed. Lunardelli, 1994.

PILATI, José Isaac. **História da Colonização de Maravilha**. Florianópolis: UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

POLI, Jaci. Caboclo: **pioneirismo e marginalização**. In: **Para uma história do oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó, SC. UNOESC, 1995.

RADIN, José Carlos. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

RAMBO, Arthur B. **Restauração católica no sul do Brasil**. História: Questões & Debates: Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

RENK, Arlene. A religião como idioma da identidade faccional entre brasileiros no oeste catarinense. In: TEDESCO, Adair. **O peso da cruz**: conquista e religião. Chapecó: Unoesc, 1993.

RODRIGUES, Almerinda Maria dos Reis Vieira. **O MOVIMENTO DA ESCOLA NOVA NO SUL DE MATO GROSSO:** Uma análise de suas contribuições para a educação do Estado na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2006.

SERVATIA, Irmã M.; AMABILIS, Irmã M. **Soli Deo:** Vidas a Serviço. Passo Fundo: Nova Prova, 1952.

SOUSA (sic), Rogério L. de. As escolas Paroquiais. IN: DALLABRIDA, Norberto (org). **Mosaico de Escolas:** modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Fpolis: Cidade Futura, 2003.

SOUZA, Rogério L. de. **A reforma social católica e o novo limiar capitalista.** Curitiba. UFPR, 2001.

TEIVE, Gladys Mary, Ghizoni. A Escola Normal Catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães. In: DALLABRIDA, Norberto (org). **Mosaico de Escolas:** modos de educação em Santa Catarina na primeira República. Fpolis: Cidade Futura, 2003.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WERLANG, Alceu Antônio. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense:** a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil. Chapecó: Argos, 2006.

VICENZI, Renilda. **Mito e história na colonização do oeste catarinense.** Chapecó: Argos, 2008.

ZANOTTO, Gizele. Nossa Senhora, Congregação das Irmãs de – Notre Dame. In: MURARO, Valmir Francisco (Dir.). **Dicionário de Ordens de Congregações Religiosas no Brasil (1500-2008).** Ainda sem data de lançamento. s/d.